

# Malha Censitária e e-Fiscalização são temas de webinar da Sefaz-Ba e CRC

Na próxima quinta-feira (24), às 15 horas, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBa), realiza webinar sobre o novo procedimento de malhas fiscais da Fazenda Estadual, com destaque para a Malha Fiscal Censitária e o sistema e-Fiscalização. O evento é voltado para os profissionais contábeis e, para participar enviando perguntas, a inscrição deve ser feita por meio do sistema de eventos do Conselho, com acesso pelo site ([www.crcba.org.br](http://www.crcba.org.br)). O webinar é organizado pela Universidade Corporativa do Serviço Público – Unidade Fazenda (UCS/Sefaz-

-Ba), juntamente com o CRCBa. A abertura do evento on-line será feita pelo presidente do CRCBa, André Luís Barbosa, pelo superintendente de Administração Tributária da Sefaz-Ba, José Luiz Souza, e pelo diretor de Produção de Informações da Fazenda Estadual, Jadson Bitencourt, responsável também pela mediação do webinar. O tema será exposto pelos auditores fiscais da Sefaz-Ba César Furquim, diretor de Planejamento da Fiscalização, juntamente com Eduardo Jung, coordenador de Malhas Fiscais da Inspeção de Fiscalização Eletrônica de Tributos (Ifet) e Felipe Abreu, da Gerência de Sistemas e

de Modelagem das Regras de Negócio (Gesim). O webinar também será transmitido pelo canal do Youtube do CRC-Ba.

A estratégia metodológica adotada para o evento, segundo a diretora da UCS/Sefaz-Ba, Nilma Oliveira, é de aula dialogada. Será feita uma exposição inicial do conteúdo por 30 minutos, pelos palestrantes, abordando resumidamente o tema, e depois será aberto espaço para esclarecimento de dúvidas.

### Curta, acompanhe e compartilhe:

Facebook: [facebook.com/sefaz.govba](https://facebook.com/sefaz.govba)

Twitter: [twitter.com/sefazba](https://twitter.com/sefazba)

Instagram Sefaz-Ba: [@sefazbahia](https://instagram.com/sefazbahia)





# Nota Premiada Bahia chega a 2,4 mil ganhadores e 650 mil inscritos

22 março 2022

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Mais de 650 mil baianos já se cadastraram na Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), com o objetivo de incentivar a população a exigir a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) nas compras realizadas no mercado varejista. Todos os cadastrados que solicitam as notas estão aptos a concorrer ao próximo sorteio mensal de R\$ 100 mil, previsto para 24 de março, e ainda ao sorteio especial de R\$ 1 milhão, programado para acontecer dia 4 de julho.

Além de concorrer todos os meses a 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil e a prêmios especiais de R\$ 1 milhão, os participantes apoiam o trabalho de 539 instituições filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, com as quais compartilham suas notas. Ainda ajudam o fisco estadual no combate à sonegação. Para concorrer e fazer as doações, basta se

cadastrar [no site](#) e solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimentos emissores da NFC-e.

Além dos 91 prêmios sorteados mensalmente, já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da Nota Premiada. Lançada em 2018, a campanha já premiou 2.407 pessoas, das quais 1.510 da capital, 896 do interior e uma de fora da Bahia. Os vencedores moram em 119 municípios baianos. Feira de Santana (120 ganhadores), Lauro de Freitas (82), Itabuna (75), Camaçari (67), Vitória da Conquista (38), Ipiaú (36), Jequié (34), Teixeira de Freitas (33), Simões Filho (31) e Barreiras (24) são, até agora, as cidades do interior com maior número de premiados. Já as filantrópicas receberam repasses de R\$ 53,4 milhões desde o início da Nota Premiada Bahia.

Maria Bispo, ganhadora da campanha no mês de dezembro de 2020, disse que o prêmio veio em ótimo momento, pois estava desempregada havia dois anos e iria iniciar um tratamento de saúde. “Me inscrevi na campanha desde o começo e sempre coloquei o CPF na nota em todas as compras. Sempre tive uma esperança em meu coração de que poderia ganhar, e o prêmio veio em um momento muito importante realmente. Só tenho a agradecer”, explica.

Residente em um município do interior da Bahia, Maria Bispo aconselha que as pessoas participem da Nota Premiada. “Recomendo demais. É muito gratificante, pois além de concorrer aos prêmios podemos ajudar também as filantrópicas. Para mim não poderia ter vindo em ocasião melhor”, afirma.

### **Como funciona**

Todas as compras realizadas pelos participantes da campanha e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu “Minha Conta”, escolher a opção “Bilhetes”. A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas.

São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 40 se alcançar R\$ 2 mil.

Acima de R\$ 2 mil, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, o participante terá direito a 45 bilhetes, independentemente do valor.

**Fonte: Ascom/Sefaz**

---

---

# Nota Premiada Bahia chega a 2,4 mil ganhadores e 650 mil inscritos

Mais de 650 mil baianos já se cadastraram na Nota Premiada Bahia, campanha de cidadania fiscal promovida pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), com o objetivo de incentivar a população a exigir a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) nas compras realizadas no mercado varejista. Todos os cadastrados que solicitam as notas estão aptos a concorrer ao próximo sorteio mensal de R\$ 100 mil, previsto para 24 de março, e ainda ao sorteio especial de R\$ 1 milhão, programado para acontecer dia 4 de julho.

Além de concorrer todos os meses a 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil e a prêmios especiais de R\$ 1 milhão, os participantes apoiam o trabalho de 539 instituições filantrópicas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, com as quais compartilham suas notas. Ainda ajudam o fisco estadual no combate à sonegação. Para concorrer e fazer as doações, basta se cadastrar no site solicitar a inclusão do CPF cadastrado a cada

compra realizada em estabelecimentos emissores da NFC-e.

Além dos 91 prêmios sorteados mensalmente, já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da Nota Premiada. Lançada em 2018, a campanha já premiou 2.407 pessoas, das quais 1.510 da capital, 896 do interior e uma de fora da Bahia. Os vencedores moram em 119 municípios baianos. Feira de Santana (120 ganhadores), Lauro de Freitas (82), Itabuna (75), Camaçari (67), Vitória da Conquista (38), Ipiauí (36), Jequié (34), Teixeira de Freitas (33), Simões Filho (31) e Barreiras (24) são, até agora, as cidades do interior com maior número de premiados. Já as filantrópicas receberam repasses de R\$ 53,4 milhões desde o início da Nota Premiada Bahia.

## COMO FUNCIONA

Todas as compras realizadas pelos participantes da campanha e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada, que podem ser conferidos no site da Nota Premiada. Para

conferir, basta acessar o site, fazer o login e, no menu "Minha Conta", escolher a opção "Bilhetes". A busca pode ser filtrada pelo período de emissão da NFC-e.

Os bilhetes vencedores são conhecidos com base nos sorteios da Loteria Federal. A quantidade de bilhetes eletrônicos a que o cidadão terá direito para concorrer aos prêmios dependerá do volume de compras realizadas. São, no total, oito faixas de volumes de compras. Se a soma dos valores das notas associadas ao seu CPF for de até R\$ 100 no mês, o cidadão terá direito a dez bilhetes eletrônicos. Se a soma for de até R\$ 200, serão 15 bilhetes. Serão 20 bilhetes quando a soma dos valores das notas for de até R\$ 400; 25 bilhetes se o somatório for de até R\$ 800; 30 bilhetes, se for de até R\$ 1,2 mil; 35 se chegar a R\$ 1,6 mil e 40 se alcançar R\$ 2 mil. Acima de R\$ 2 mil, como forma de equilibrar as chances dos cidadãos com maior ou menor volume de compras, o participante terá direito a 45 bilhetes, independentemente do valor.





## ELIO GASPARI

oglobo.globo.com/brasil/elio-gaspari/

# BOLSONARO PRECISA DE LULA

Há um novo Bolsonaro na praça. É muito parecido com os anteriores, mas tem a marca do candidato. Abandonou algumas causas perdidas, parou de falar das vacinas e esqueceu a cloroquina. Tenta se dissociar do aumento dos combustíveis: "Vilões são a roubalheira na Petrobras e o ICMS".

A falta de fôlego dos candidatos da terceira via levam-no para a desejada polarização Bolsonaro x Lula. Há quatro anos, o comissariado petista achava que Bolsonaro seria o candidato mais fácil de derrotar. Deu no que deu.

Apresentar Lula como uma ameaça às instituições democráticas é uma carta amarelada. Ele governou o país por oito anos sem ofendê-las.

As campanhas eleitorais têm suas dinâmicas próprias. Se caixas, tempo de televisão e as costas dos primeiros meses do ano decidissem a parada, o Brasil estaria sendo governado por Geraldo Alckmin. Cada candidato precisa dos erros do outro, e nem sempre os erros são percebidos como tais.

Em janeiro, o deputado Rui Falcão, fundador e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, quadro que passou pelo poder sem se lambuzar, disse ao repórter Ranier Bragon que a campanha, por "aguerida", precisaria da "construção de comitês de defesa da eleição do Lula que permaneçam depois como comitês de apoio do programa de transformação".

Em fevereiro, durante uma reunião do Partido dos Trabalhadores, tratou-se da criação de 5 mil comitês, com a participação de partidos aliados. Divulgou-se que eles trabalhariam na campanha e também depois dela, para assegurar a posse. A partir de janeiro de 2023, os comitês continuariam ativos. Nas palavras de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da Fundação Perseu Abramo, "se ganharmos as eleições, a gente vai ter de mobilizar o povo para exigir o cumprimento do programa de governo".

Imagine-se Jair Bolsonaro propondo a mesma coisa. Vem logo à memória a formação de milícias. Lula não é Bolsonaro, mas na sua banda do espectro político estão simpatizantes da experiência cubana, do chavismo venezuelano e do orteguismo da Nicarágua, com seus comitês de defesa do regime. De pouco adiantará o exemplo das Comissões Obreras chilenas e espanholas para quem quer instrumentalizar o medo.

No Brasil, uma experiência parecida desmanchou-se no ar. Foram os Grupos dos Onze de 1964. Serviram apenas para assustar a classe média, porque, na hora de a onça beber água, sumiram. (Um posto de alistamento criado na manhã de 1º de abril de 1964 no Teatro Nacional de Brasília cadastrava voluntários. Cadastro com nome, telefone e endereço serve para facilitar emprego. Os voluntários passaram horas queimando as fichas.)

Propostas desse tipo geralmente não passam de promessas de campanha, como a do bujão de gás a R\$ 35, feita por Bolsonaro. A diferença do bujão do capitão é que não podia ser instrumentalizado pelos adversários.

Faz tempo, Brian Jenkins, um dos fundadores da empresa de segurança Kroll e ex-responsável pela seção de estudos de terrorismo da Rand Corporation, ensinava:

"O 'Minimanual do guerrilheiro urbano', de Carlos Marighella, é um pacote de platitudes inúteis. Serviu para dar à esquerda a ideia de que tinha um manual e para botar na direita o medo de que a esquerda o tivesse".

**Apresentar Lula como uma ameaça às instituições democráticas é uma carta amarelada. Ele governou o país por oito anos sem ofendê-las.**

**Elio Gaspari** é jornalista e escreve às segundas e quartas-feiras

# Estados congelam ICMS sobre combustíveis por mais 90 dias

**IMPOSTO** O Fórum de Governadores decidiu prorrogar por mais 90 dias o congelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) médio que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. O anúncio foi feito ontem pelo coordenador do fórum, o governador do Piauí, Wellington Dias, após reunião com governadores, vice-governadores e secretários, em Brasília. Caso não fosse prorrogado, o congelamento, que está em vigor desde 1º de novembro do ano passado, acabaria no próximo dia 31.

A prorrogação começa a valer no dia 1º de abril. Na reunião de ontem, os governadores debateram,

entre outros temas, a fixação de uma alíquota única para o ICMS de combustíveis, conforme sancionado, na semana passada, pelo presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com Dias, o Conselho de Secretários de Fazenda (Comsefaz) deve definir até amanhã uma fórmula para a cobrança da alíquota única que deve ser aplicada inicialmente em relação ao óleo diesel. O desafio é encontrar uma média de cálculo que não resulte em aumento do tributo em alguns estados, consequentemente, aumentando o preço do combustível.

Segundo Dias, pelo menos nove estados e o Distrito Federal praticam uma alíquota do ICMS em cima do diesel

mais baixa que outros estados. Para evitar o aumento, os secretários estão estudando aplicar um incentivo fiscal para compensar o aumento da alíquota nessas unidades da federação.

"Estamos autorizando o conselho dos secretários de Fazenda nesta quinta-feira a realizar uma reunião do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] para ali aprovar uma resolução que possa ser o parâmetro para aplicação da lei nas 27 unidades da federação", disse o governador do Piauí. "Somos favoráveis ao trecho da lei no que diz respeito à criação de um auxílio combustível e ao fundo de estabilidade dos preços dos combustíveis".

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA (BA)**  
**AVISO DE LICITAÇÃO (CREDENCIAMENTO Nº 001/2022)** - O Município de Amargosa torna público que realizará Chamamento Público para Credenciamento nº 001/2022, destinado a credenciar empresa especializada na Execução de Serviços de Vistoria para Inspeção Veicular, para atender às necessidades dos veículos do transporte escolar e ao administrativo, que prestam serviços à Secretaria Municipal de Educação, conforme descrito no Edital. Informações: licitacoes@amargosa.ba.gov.br ou TEL: (075) 3634-2735. Cópia do Edital pelo endereço: https://amargosa.ba.gov.br/diario-oficial/a-partir-de-5-5-2019/ultimos-dianios-publicados/ Carla Souza Oliveira - Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2022** A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINAS DA MARGARIDA realizará licitação em 04/04/2022 às 08h30min, Local Sítio: www.licitacoes-e.com.br. Nº928964 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022. Objeto: Seleção de propostas para aquisição futura e eventual de materiais de pintura para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Salinas da Margarida, através do Sistema de Registro de Preços, conforme quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (https://www.salinasdamargarida.ba.gov.br/site/edital) e no www.licitacoes.com.br. Informações podem ser obtidas pelo e-mail salinaslicitacao@gmail.com ou pelo tel. (75) 3659-1061. Salinas da Margarida, 22 de março de 2022. Patrícia Andrade Fonseca - Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA**  
**ESTADO DA BAHIA**  
**CNPJ: 13.845.086/0001-03**  
**AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022)**  
 O Pregoeiro torna público aos interessados que realizará a licitação Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2022 - Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE. Modo de Disputa: ABERTO e FECHADO - Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Material Elétrico e ferramentas. SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00h do dia 04/04/2022. Edital e publicações posteriores dos atos subsequentes e demais informações estarão à disposição, nos sites: https://www.serrinha.ba.gov.br, ou através do site da plataforma BLL: www.bllcompras.org.br - Informações: (75) 3261-8500 Suporte BLL nos telefones (46) 3520-2107 e 3520-2103.  
 Emerson Rosa dos Santos  
 Pregoeiro - Portaria 002/2022

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA (BA)**  
**AVISO DE LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA Nº 003/2022)**  
**Processo Administrativo nº 044/2022**  
 A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaparica/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 015/2022, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Concorrência Pública nº 003/2022. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obras/serviços de pavimentação em paralelepípedo, drenagem superficial e implantação de passeios públicos nas Ruas do Céu e Alto do Céu, em Amoreiras, no Município de Itaparica/BA, conforme respectivos projetos, especificações e quantitativos. Sessão de Abertura: 25/04/2022 às 09h30min. Edital e Anexos estão disponíveis no site http://pmitaparcaba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/. Informações: itaparialicitacao@gmail.com  
 Mayane Cristina Silva do Nascimento - Presidente da Comissão.

**AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2022)**  
**Processo Administrativo nº 046/2022**  
 O Fundo Municipal de Saúde através da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Itaparica/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 016/2022, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em equipamentos médicos e odontológicos. Data e horário de realização: Sessão de disputa no dia 05/04/2022 às 14h00min horas/Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no sítio www.licitacoes-e.com.br ou através do site http://pmitaparcaba.imprensaoficial.org/. Informações: itaparialicitacao@gmail.com  
 Mayane Cristina Silva do Nascimento - Pregoeira.

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,912	R\$ 4,952
Dólar Turismo	R\$ 4,96	R\$ 5,087
Euro turismo	R\$ 5,487	R\$ 5,623

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	117.272,44	0,96%

### POUPANÇA

23/3/2022	0,50%
-----------	-------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

### INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	1,01%	1,56%	10,54%
INPC/IBGE	1,00%	1,68%	10,80%
IGP-M/FGV	1,83%	3,68%	16,12%

## DÓLAR TEM QUINTA QUEDA SEGUIDA E FECHA A R\$ 4,91

**CÂMBIO** O dólar fechou em queda, ontem, se mantendo abaixo dos R\$ 5 - e engatando seu quinto pregão seguido de baixa. A moeda norte-americana recuou 0,60%, cotada a R\$ 4,912. Trata-se do menor patamar de fechamento desde 24 de junho de 2021 (R\$ 4,9034). Na mínima da sessão, chegou a R\$ 4,9051.

Anteontem, o dólar fechou em queda de 1,43%, cotado a R\$ 4,9440. Com o resultado de ontem, passou a acumular queda de 4,69% no mês. No ano, tem baixa de 11,85% frente ao real.

Já o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira (B3), encerrou em alta de 0,96%, aos 117.272,44 pontos - portanto, a variação mensal teve ganho de 3,65% e a anual subiu 11,88%. O fechamento de ontem da Bolsa de São Paulo é o maior desde 6 de setembro de 2021, quando o índice alcançou 117.868,63 pontos.

Veículo: G1	
Data: 22/03/2022	Caderno: Cita Sefaz



## Bahia está entre estados que decidiram prorrogar congelamento do ICMS sobre gasolina, etanol e GLP por 90 dias

*Informação foi divulgada pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA).*

Por g1 BA e TV Bahia

22/03/2022 18h56 Atualizado há 13 horas



Bahia está entre estados que decidiram prorrogar congelamento do ICMS sobre gasolina, etanol e GLP por 90 dias — Foto: Reprodução/RBS TV

A Bahia está entre os estados que decidiram, nesta terça-feira (22), prorrogar por mais 90 dias o congelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha (GLP). A informação foi divulgada pela **Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz-BA)**.

Um decreto com a atualização deve ser publicado nos próximos dias. Essa é a segunda vez que o congelamento é prorrogado. A última prorrogação iria até o dia 31 de março.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador do Fórum de Governadores fez o anúncio da decisão horas antes da confirmação da Sefaz-BA. A entrevista aconteceu após uma [reunião de governadores, vices e secretários em Brasília.](#)

Em relação ao óleo diesel, Dias afirmou ainda que na quinta-feira (24) o Comsefaz vai definir a fórmula para cumprir a lei, que, entre outras medidas, determina a fixação de uma [alíquota única do ICMS sobre os combustíveis.](#)

### ***ICMS e preço dos combustíveis***

Também nesta terça-feira, o coordenador do Fórum dos Governadores voltou a dizer que o ICMS não é o responsável pelo aumento do preço dos combustíveis.

Segundo Wellington Dias, a "prova maior" disso é que desde novembro o tributo está congelado e, mesmo assim, houve aumentos sucessivos do valor final, impulsionado pelo aumento do dólar e pela crise gerada da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

No último dia 11, a Petrobras [reajustou novamente o preço da gasolina e do diesel para as distribuidoras.](#) Em algumas regiões do Brasil, [os postos estão cobrando R\\$ 8 pelo litro](#) de gasolina.

*Veja mais notícias do estado no [\*\*g1 Bahia.\*\*](#)*



## POLÍTICA

---

Publicado em 22/03/2022 às 16h28.

# Governadores prorrogam congelamento de ICMS sobre combustíveis por mais 90 dias

Anúncio foi feito após reunião de governadores em Brasília

Redação



Foto: Agência Brasil

Os governadores decidiram prorrogar por mais três meses o congelamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. O anúncio foi feito nesta terça-feira (22) pelo governador do Piauí, Wellington Dias, coordenador do Fórum de Governador. A medida estava prevista para terminar no próximo dia 31.

“Estamos autorizando ao Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] a prorrogação da medida que adotamos desde 01/11/2021 que fez o que se chama de congelamento do preço médio base para efeito do ICMS e neste período, o Conselho dos Secretários de Fazenda deve tratar especificamente da gasolina”, afirmou.

Sobre o diesel, Dias afirmou que na próxima quinta-feira (24) os secretários de Fazenda vão deliberar sobre a taxa única, conforme foi aprovado pelo Congresso Nacional.

neste período, o consenso dos secretários de Fazenda deveria encontrar qual o texto adequado para que possamos ter o cumprimento desta regra”.

Segundo ele, a medida representa “um impacto nas contas dos estados, no caso do diesel cerca de 30% da receita dos estados e dos municípios”. “Nós temos um impacto que é estimado em aproximadamente R\$ 14 bilhões”.

Dias também informou que os governadores vão ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar detalhes da lei que trata especificamente da gasolina e como estabelecer a alíquota única também para este combustível, que segundo Dias é mais difícil encontrar um consenso entre os Estados.

### **Auxílio-combustível**

O governador do Piauí também reiterou que os governadores são favoráveis ao PL 1472/20, que cria o auxílio-combustível e a Conta de Estabilização dos Combustíveis (CEP-Combustíveis).

“Somos favoráveis e apoiamos o texto da lei no que diz respeito à criação de um auxílio combustível e ao fundo de estabilidade dos preços dos combustíveis e, inclusive, em relação à composição para as receitas previstas para o fundo de atualização dos combustíveis”.



## **MAIS NOTÍCIAS**

---

POLÍTICA 10h26 de 23/03/2022

### **Ex-deputado Roberto Britto é exonerado da direção geral da Egba**

Outros nomes ligados ao PP foram desligados do governo estadual na terça-feira, após saída da legenda da base

Veículo: Política Livre	
Data: 22/03/2022	Caderno: Economia



22 de março de 2022 | 15:47

## ***Fórum de Governadores prorroga congelamento do ICMS sobre gasolina***

### **ECONOMIA**

O Fórum de Governadores decidiu prorrogar por mais 90 dias o congelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) médio que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. O anúncio foi feito hoje (22) pelo coordenador do fórum, o governador do Piauí, Wellington Dias, após reunião com governadores, vice-governadores e secretários, em Brasília. Caso não fosse prorrogado, o congelamento, que está em vigor desde 1º de novembro do ano passado, acabaria no próximo dia 31. A prorrogação começa a valer no dia 1º de abril.

Na reunião desta terça-feira, os governadores debateram, entre outros temas, a fixação de uma alíquota única para o ICMS de combustíveis, conforme sancionado, na semana passada, pelo presidente Jair Bolsonaro (Lei Complementar 192/22).

De acordo com Dias, o Conselho de Secretários de Fazenda (Comsefaz) deve definir até quinta-feira (24) uma fórmula para a cobrança da alíquota única que deve ser aplicada inicialmente em relação ao óleo diesel. O desafio é encontrar uma média de cálculo que não resulte em aumento do tributo em alguns estados, conseqüentemente, aumentando o preço do combustível.

Segundo Dias, pelo menos nove estados e o Distrito Federal praticam uma alíquota do ICMS em cima do diesel mais baixa que outros estados. Para evitar o aumento, os secretários estão estudando aplicar um incentivo fiscal para compensar o aumento da alíquota nessas unidades da federação.

“Estamos autorizando o conselho dos secretários de Fazenda nesta quinta-feira a realizar uma reunião do Confaz [Conselho Nacional de Política

Fazendária] para ali aprovar uma resolução que possa ser o parâmetro para aplicação da lei nas 27 unidades da federação”, disse o governador. “Somos favoráveis ao trecho da lei no que diz respeito à criação de um auxílio combustível e ao fundo de estabilidade dos preços dos combustíveis”.

O governador disse ainda que, durante o período de prorrogação do congelamento do ICMS, os secretários vão procurar uma fórmula que possa ser aplicada em relação à gasolina.

“Neste período, o Conselho dos Secretários de Fazenda deve tratar especificamente da gasolina”, disse. “Ainda não conseguimos encontrar uma alternativa para essa pactuação”, acrescentou Dias.

O governador disse ainda que, na reunião, foi decidido que os estados vão entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar um artigo da lei que prevê que, enquanto não for disciplinada a cobrança da incidência do ICMS, o cálculo deverá levar em conta o preço médio do diesel cobrado do consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação.

### **Redução do IPI**

Na reunião, os governadores também debateram a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida, anunciada pelo governo federal, em fevereiro, reduziu o imposto em 25% para boa parte dos produtos.

Em relação ao IPI, Dias disse que os governadores enxergam a forma como o governo vem adotando as medidas como uma “ameaça concreta” aos estados e municípios. Na avaliação dos governadores, a medida, além de ferir a autonomia dos estados e o pacto federativo, deve causar forte impacto na arrecadação dos estados.

“Uma medida unilateral como a que foi feita por parte da União é vista, por nós, como a quebra do pacto federativo”, acrescentou Dias, destacando que os estados também devem recorrer ao STF contra a medida.

## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
paineisa@grupofolha.com.br

## Boca do povo

O radar das campanhas eleitorais deve provocar uma mudança que as redes sociais começam a mostrar neste mês. Em março, a inflação foi o tema mais debatido na internet, segundo pesquisa da agência .MAP com 1,4 milhão de publicações diárias feitas no Twitter e no Facebook. Esta é a primeira vez que a alta dos preços ocupa o primeiro lugar do ranking dos assuntos mais populares desde que o monitoramento começou a ser feito, em 2015, segundo a empresa.

**TELA** A conversa sobre economia também deu um salto, chegando a 28% de participação entre os temas mais discutidos nas redes sociais, junto com política e bem-estar. Em março do ano passado, o assunto representava apenas 9%.

**BOMBA** Só a alta da gasolina ocupou mais de 87% das postagens em economia.

**CLIQUE** Na política, o bloqueio no Telegram, na última sexta (18), inflou ataques a Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal. O tema ficou em segundo lugar.

**BOLETO** As contas de telefone foram a dívida mais negociada no Feirão Serasa Limp. Na semana passada em São Paulo, segundo a Serasa, o estado concentra mais de 15 milhões de inadimplentes, sendo 4,2 milhões de reais na capital. A dívida média entre os paulistanos é de quase R\$ 5.000, cerca de R\$ 951 acima da nacional, diz a empresa.

**BOLSO** Na ação montada no largo da Batata, na região oeste da capital, entre os dias 15 e 19 de março, foram feitos mais de 5.900 acordos de débitos atrasados e negativos. Outros 230 mil foram realizados em todo o estado.

**ELEVADOR** O volume de ações por falta de pagamento de condomínio deu um salto em fevereiro, segundo levantamento do Secovi-SP (sindicato da habitação) com base em dados do Tribunal de Justiça de São Paulo. No mês, a alta foi de 50% em relação a janeiro com 688 ações protocoladas por falta de pagamento de taxa na capital paulista. Na comparação com fevereiro do ano passado, o crescimento é de 8%.

**JANELA** O movimento pode vir a acender uma luz amarela, especialmente no cenário de perda de renda sem perspectiva de retomada significativa. Porém, segundo Moira Toledo, vice-presidente de administração de imóveis do Secovi-SP, ainda não é possível afirmar que os números atuais representem um aumento de inadimplência, porque podem sinalizar apenas um represamento sazonal.

**COELHINHO** A presença de ovos de chocolate nos carrinhos de supermercado acelerou nas últimas semanas. Porém, o comportamento desses consumidores aponta tendência de uma Páscoa da lembrancinha para 2022, de acordo com análise da empresa de inteligência de mercado Horus com base no monitoramento das notas fiscais.

**CESTA** A proporção das notas fiscais que contém a categoria de ovos de Páscoa, subiu seis vezes entre 15 a 19 de fevereiro e o intervalo de 6 a 13 de março, segundo Luiza Zacharias, diretora da Horus. O ticket médio, que mostra o valor gasto por compra em média, fica pouco acima dos R\$ 40.

**BARRA** O que chama a atenção, segundo Zacharias, é que o preço médio por quilo do produto, em torno de R\$ 250, aponta uma compra de ovos menores. Ela avalia que, neste ano, o consumidor deve adotar um comportamento típico de momentos inflacionários, trocando os ovos por bombons e barras de chocolate.

**SACOLA VAZIA** As vendas no varejo brasileiro devem cair em março, segundo as projeções do Ibeval (Instituto de Varejo e Mercado de Consumo). A entidade diz que o varejo restrito, que integra combustíveis, alimentos, eletrodomésticos e farmacêuticos, vai recuar 0,32% neste mês. Para abril e maio, a tendência é de oscilação nos resultados.

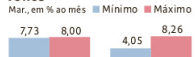
**VITRINE** Já o varejo ampliado, que considera também veículos e materiais de construção, deve registrar queda de quase 1,6% na comparação com fevereiro. A previsão, considerando cenário ruim de renda e emprego, indica que as vendas devem fechar o acumulado de 12 meses em queda —o varejo restrito de 2,55% e o ampliado, 1,44%.

**DEU ZEBRA** O Reino Unido multou em mais de 3 milhões de euros a operadora de loteria nacional, Camelot, por erros em seu app, um deles informando a 22 mil ganhadores que o bilhete não havia sido premiado. Segundo a Gambling Commission, os jogadores foram prejudicados entre novembro de 2016 até 2020.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

## INDICADORES

## JUROS



Cheque especial Empréstimo pessoal  
Fonte: Procon-SP

## CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência fevereiro  
Autônomo e facultativo  
Valor mín. R\$ 1.212,00 20% R\$ 242,40  
Valor máx. R\$ 7.087,22 20% R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 50% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 mar.

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ 1.212 5% R\$ 60,60

**Assalariado**  
Até R\$ 1.212,00 7,5%  
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35 9%  
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03 12%  
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18 mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

## IMPOSTO DE RENDA

Em R\$ Até	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
1.903,98	7,5	142,80
1.903,99 até 2.826,65	15	354,80
2.826,66 até 3.751,03	22,5	636,13
3.751,04 até 4.664,68	27,5	869,36

Acima de 4.664,68

## EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP  
R\$ 1.296,32 Valor, em R\$  
Empregado 98,48  
Empregador 259,25

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vencer em 7 mar. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 9% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

## Governadores prorrogam congelamento de ICMS da gasolina por mais 90 dias

Medida está em vigor desde novembro e valerá até o fim deste mês; estados dizem que já perderam R\$ 3,4 bi em arrecadação

Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Os governadores decidiram prorrogar o congelamento de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a gasolina e o GLP (gás liquefeito de petróleo) até o fim de junho. A medida valerá até o fim de março, mas foi postergada por mais 90 dias.

A decisão foi tomada nesta terça (22) em reunião do Fórum de Governadores e ainda precisa ser formalmente confirmada em reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), marcada para esta quinta-feira (24).

Com a prorrogação do congelamento, a base de cálculo do tributo sobre a gasolina continua inalterada desde novembro — quando a medida foi adotada para combustíveis em geral por decisão dos próprios estados. A previsão inicial era que ela valerá até o fim de janeiro.

O Confaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) afirma que o congelamento levou os estados a reduzir suas receitas em R\$ 3,4 bilhões no período de novembro de 2021 até 15 de fevereiro.

A nova prorrogação abrange apenas a gasolina e o GLP, enquanto a cobrança sobre o diesel será modificada em outro processo, por consequência de lei já aprovada pelo Congresso e sancionada por Jair Bolsonaro (PL) neste mês.

A sistemática da cobrança de ICMS sobre combustíveis usa como base o chamado Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (o PMPF) — valor calculado quinzenalmente a partir de pesquisas feitas pelo estado sobre os valores observados em uma amostra de postos.

Após aplicar o PMPF, o estado adiciona a ele a alíquota de ICMS em vigor, o que resulta, na prática, em um valor de tributo por litro — que é estendido a todo o estado. Ou seja, um aumento no PMPF costuma elevar a cobrança do ICMS para todos os postos.

A lei complementar 192 altera as regras. Ela foi sancionada integralmente por Bolso-

naro em 11 de março e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022, além de modificar o ICMS.

Em vez do preço nas bombas, a lei determina que a cobrança de ICMS estabeleça um valor fixo por litro. Além disso, a alíquota do imposto será a mesma em todos os estados.

Ao longo das últimas semanas, estados afirmaram que a nova lei poderia até mesmo aumentar o imposto cobrado. Mais recentemente, no entanto, eles sinalizaram que estudavam uma alternativa para evitar a elevação da carga.

A ideia é estabelecer como alíquota única o valor equivalente ao percentual máximo usado pelos estados, hoje em 18%, e permitir, em convênio do Confaz, a concessão de benefício fiscal sobre o combustível. Assim, cada estado poderia cobrar valor equivalente à alíquota que cobra atualmente.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou nesta terça-feira que os estados ainda discutem quais serão os efeitos da lei, sem dar detalhes. Segundo ele, será contestada apenas a constitucionalidade de um trecho da lei sancionada que trata da transição das regras.

O texto determina nesse ponto que, enquanto não estiver definida a incidência do ICMS nos termos da nova lei, a base de cálculo do imposto neste ano será a média móvel dos preços médios praticados nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Dias evitou fazer estimativas sobre o ICMS a ser aplicado por litro sobre o diesel, mas técnicos envolvidos nas discussões dizem que ficará próximo de R\$ 0,90 — embora os debates ainda continuem e devam ser concluídos ainda nesta semana.

Dias também afirmou que os governadores irão contestar no Supremo o decreto que reduziu em 25% o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O impacto para os cofres públicos é de aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, sendo metade para a União e outra metade para estados e municípios.

**ENEVA, PETRORECONCAVO E 3R FAZEM OFERTA POR CAMPOS DA PETROBRAS**

As empresas de energia Eneva, Petroreconcavo e a 3R Petroleum estão entre as companhias que apresentaram ofertas vinculadas por um complexo de campos terrestres da Petrobras, conforme comunicados nesta terça-feira (22) e três fontes com conhecimento direto do assunto disseram à Reuters. O valor da oferta não foi revelado.

## Estoques serão acompanhados diariamente

Nicola Pamplona

**RIO DE JANEIRO** A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) declarou nesta terça-feira (22) sobreaviso no abastecimento de combustíveis no país, determinando que refinarias e distribuidoras informem diariamente seus estoques para acompanhamento da oferta.

A decisão ocorre em um cenário de crescimento da demanda que elevou a dependência de importações de diesel em meio a incertezas sobre a evolução dos preços internacionais dos combustíveis.

Em nota, a agência diz que, “no momento, o abastecimento está regular em todo o território nacional” e que o sobreaviso “visa tão somente permitir que esse acompanhamento dos estoques e das importações de produtores e distribuidores seja intensificado”.

A medida segue iniciativa do MME (Ministério de Minas e Energia), que criou no dia 11 um grupo de trabalho para estudar medidas para evitar problemas no abastecimento de combustíveis no país diante das incertezas geradas pela guerra na Ucrânia.

Distribuidores e revendedores vinham reclamando de dificuldades pontuais para encontrar combustíveis, diante da redução de importações privadas quando os preços da Petrobras tinham grandes defasagens em relação às cotações internacionais.

A própria estatal usou o risco de desabastecimento como uma das justificativas para a mega-aumento nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha implementado no dia 11.

Executivos do setor de combustíveis consultados pela Folha dizem que ainda não há sinais de problemas graves de abastecimento, mas o prazo permanece, já que o prazo entre a decisão de importar e a chegada dos navios leva entre 45 e 60 dias.

## TSE rejeita consulta da gestão Bolsonaro sobre reduzir preço de combustível em ano eleitoral

José Marques

**BRASÍLIA** O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) rejeitou nesta terça-feira (22) uma consulta da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a possibilidade de reduzir a alíquota de impostos de produtos e insumos em ano eleitoral por meio de lei aprovada no Congresso. A questão envolvia, sobretudo, o preço dos combustíveis.

Por unanimidade, a corte decidiu não conhecer (ou seja, rejeitar sem nem sequer analisar o caso) o pedido da AGU, órgão do governo Jair Bolsonaro (PL), que queria saber se seria possível essa redução por meio de proposta legislativa.

Para o tribunal, a forma como a consulta foi feita não é adequada para obter a informação antecipada sobre eventual redução.

A dúvida do órgão do governo era se essa redução entraria em conflito com um trecho da

Lei das Eleições que veta em ano eleitoral “a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública”, com exceção em casos de calamidade, estado de emergência ou de programas sociais já em execução desde o ano anterior.

A AGU afirmava, no pedido, que insumos e produtos, a exemplo de petróleo, medicamentos e trigo “estão sujeitos à variação cambial, que, diante de determinadas questões macroeconômicas e de pressão internacional ou doméstica, podem experimentar variações significativas em seus valores, com consequente impacto econômico interno relevante e repercussão sobre cadeias produtivas, relações de consumo e de emprego”.

O relator do processo, ministro Carlos Horbach, afirmou que não cabe ao Poder Judiciário se manifestar sobre demandas “particularizáveis e que já se encontram em estado

**“NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE GASTOS INFINITOS”; DIZ SECRETÁRIO**

Em meio à pressão da ala política do governo por mais medidas para conter o preço dos combustíveis, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que desonrar tributos sobre gasolina “não é uma boa política”, pois beneficiaria também famílias de classe média alta que usam carro particular.

de gestação” e nem de maneira “excessivamente abstrata”.

Segundo ele, já há proposições legislativas que são destinadas a alterar a forma de tributação dos combustíveis, com o objetivo de limitar ou reduzir o preço final para o consumidor.

Ele citou matérias a respeito do tema tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

“Diante da ausência do preenchimento da abstração, que se traduz, à luz do entendimento da corte, na completa desvinculação de casos concretos, aliada à necessária objetividade do questionamento, compreendo que a consulta não preenche os pressupostos indispensáveis à sua análise”, disse Horbach.

Ele foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Banhos e Edson Fachin.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/03/2022	Coluna: Economia



## GOVERNADORES DECIDEM PRORROGAR CONGELAMENTO DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS



admin 22 Março, 2022

Os governadores decidiram prorrogar por mais 90 dias o congelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) médio que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. O anúncio foi feito nesta terça-feira, 22, após reunião de gestores estaduais, vice-governadores e secretários, em Brasília.

Caso não fosse prorrogado, o congelamento, que está em vigor desde 1º de novembro do ano passado, acabaria no próximo dia 31. A prorrogação começa a valer no dia 1º de abril.

Na reunião, os governadores também falaram sobre a fixação de alíquota única para o ICMS de combustíveis, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (Lei Complementar 192/22), na última semana. Sobre o tema, o Conselho de Secretários de Fazenda (Comsefaz) deve definir até quinta-feira, 24, uma fórmula para a cobrança da alíquota única que deve ser aplicada inicialmente em relação ao óleo diesel.

Os gestores estaduais ainda debateram a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida, anunciada pelo governo federal, em fevereiro, reduziu o imposto em 25% para boa parte dos produtos. Em relação ao IPI, os governadores enxergam a forma como o governo vem adotando as medidas como uma “ameaça concreta” aos estados e municípios.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 22/03/2022	



Terça, 22 de Março de 2022 - 21:00

## ***Governadores prorrogam congelamento de ICMS da gasolina até fim de junho***

por Fábio Pupo | Folhapress



Os governadores decidiram prorrogar o congelamento de **ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)** sobre a gasolina e o GLP (gás liquefeito de petróleo) até o fim de junho. A medida valeria até o fim de março, mas foi postergada por mais 90 dias.

A decisão foi tomada nesta terça-feira (22) em reunião do Fórum de Governadores e ainda precisa ser formalmente confirmada em reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) a ser feita na próxima quinta-feira (24).

Com o congelamento, a base de cálculo do tributo sobre a gasolina continua inalterada desde novembro —quando a medida foi adotada para combustíveis em geral por decisão dos próprios estados. A previsão inicial era que ela valeria até o fim de janeiro.

O Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) afirma que o congelamento levou os estados a reduzirem suas receitas em R\$ 3,4 bilhões no período de novembro de 2021 até 15 de fevereiro deste ano.

A nova prorrogação abrange apenas a gasolina e o GLP, enquanto a cobrança sobre o diesel será modificada em outro processo —por consequência de lei já aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) neste mês.

A sistemática da cobrança de ICMS sobre combustíveis usa como base o chamado Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (o PMPF) —valor calculado quinzenalmente a partir de pesquisas feitas pelo estado sobre os valores observados em uma amostra de postos.

Após verificar o PMPF, o estado aplica a ele a alíquota de ICMS em vigor, o que resulta, na prática, em um valor de tributo por litro —que é estendido a todo o estado. Ou seja, um aumento no PMPF costuma elevar a cobrança do ICMS para todos os postos.

A lei complementar 192 altera as regras. Ela foi sancionada integralmente por Bolsonaro em 11 de março e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022, além de

modificar o ICMS.

Em vez do preço nas bombas, a lei determina que a cobrança de ICMS vai estabelecer um valor fixo por litro. Além disso, a alíquota do imposto será a mesma em todos os estados.

Ao longo das últimas semanas, estados afirmaram que a nova lei poderia até mesmo aumentar o imposto cobrado. Mais recentemente, no entanto, eles sinalizaram que estudavam uma alternativa para evitar a elevação da carga.

A ideia é estabelecer como alíquota única o valor equivalente ao percentual máximo usado pelos estados, hoje em 18% e permitir, em convênio do Confaz, a concessão de benefício fiscal sobre o combustível. Assim, cada estado poderia cobrar valor equivalente à alíquota que cobra atualmente.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou nesta terça que os estados ainda discutem quais serão os efeitos da lei e não deu detalhes. Segundo ele, será contestada apenas a constitucionalidade de um trecho da lei sancionada que trata da transição das regras.

A lei determina nesse ponto que, enquanto não disciplinada a incidência do ICMS nos termos da nova lei, a base de cálculo do imposto neste ano será a média móvel dos preços médios praticados nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Dias evitou fazer estimativas sobre o ICMS a ser aplicado por litro sobre o diesel, mas técnicos envolvidos nas discussões dizem que ficará próximo de R\$ 0,99 —embora os debates ainda continuem e devam ser concluídos ainda nesta semana.

Dias também afirmou que os governadores irão contestar no STF (Supremo Tribunal Federal) o decreto que reduziu em 25% o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O impacto para os cofres públicos é de aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, sendo metade para a União e outra metade para estados e municípios.



# ICMS sobre gasolina seguirá congelado até o fim de junho

Governadores decidiram prorrogar por 90 dias fórmula de cálculo do imposto

Por Agência O Globo — De Brasília

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

Pressionados a reduzir o ICMS sobre combustíveis, os governadores decidiram prorrogar por 90 dias a fórmula de cálculo do imposto para a gasolina, que mantém os preços congelados a valores de novembro de 2021. A medida perderia validade no dia 31 de março, mas agora valerá até o fim de junho.

Este congelamento foi adotado, no ano passado, como respostas às críticas do presidente Jair Bolsonaro, que culpava os governos estaduais pelas altas no preço dos combustíveis.

A decisão de prorrogar o congelamento ocorreu no X Fórum de Governadores, que ocorreu ontem em Brasília.

Além disso, em outra frente, os governadores acertaram que vão adotar uma alíquota uniforme de ICMS para o diesel em todo o país e valor fixo por litro, conforme determina a Lei Complementar 192, em vigor desde 11 de março. Esse novo regime de cobrança do ICMS sobre o diesel valerá a partir de 1º de abril.

Os Estados decidiram propor uma alíquota fixa de R\$ 0,999 por litro do diesel para atender a nova lei. O valor é muito maior que o aplicado atualmente, dentro da regra de um percentual sobre um valor de referência, na maior parte dos Estados. Mas, segundo interlocutores envolvidos nas negociações, os Estados poderão dar “descontos” nesta alíquota. Ou seja, na prática, tudo seguirá como é hoje, sem alterações relevantes de preços nas bombas dos postos.

Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias, porta voz do fórum, o ICMS único do diesel não vai resultar em aumento de carga tributária porque os Estados que cobram alíquotas menores poderão adotar uma espécie de subsídio para evitar aumento de preço para os consumidores. Atualmente, os percentuais variam entre 12% e 18%.

Ele disse que a mudança representará perda na arrecadação de Estados e municípios da ordem de R\$ 14 bilhões em 12 meses.

O convênio com as regras do ICMS único sobre o diesel será debatido amanhã pelo Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz).

No encontro, os chefes dos Executivos fecharam posição e autorizaram o colegiado de procuradores estaduais a apresentar ação ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da Lei 192. A ideia é questionar, principalmente, o trecho da lei que trata da transição das novas regras do ICMS, como a que obriga os governadores a adotarem como parâmetro para a cobrança do tributo, o preço médio do produto nos últimos cinco anos.

Os governadores também autorizaram o colegiado de procuradores a recorrer ao STF contra o decreto que reduziu em 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A medida também reduz receitas de Estados e municípios ao diminuir os repasses dos fundos constitucionais.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Esse chinelo Nike te dá a sensação de estar andando nas nuvens**

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

**40 Piores filmes de todos os tempos, de acordo com o Rotten Tomatoes**

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Veículo: Rádio Sociedade da Bahia	Programa: Sociedade Urgente
Data: 23/03/2022	

Bahia está entre os estados que decidiram prorrogar por mais 90 dias o **congelamento do ICMS** da gasolina, etanol e gás de cozinha

**Sinopse:** Bahia está entre os estados que decidiram prorrogar por mais 90 dias o congelamento do ICMS da gasolina, etanol e gás de cozinha - foi confirmado pela Sefaz-Ba

**Emissora:** SOCIEDADE DA BAHIA

**Programa:** SOCIEDADE URGENTE

**Apresentador (a):** JOÃO KALIL

**Data:** 23/03/2022

**Hora:** 06:28:44

**Duração:** 00:03:59

Veículo: Varela Net	
Data: 22/03/2022	Caderno: Cidade



## CIDADE

# Fórum de Governadores prorroga congelamento do ICMS sobre gasolina

Medida será válida por mais 90 dias



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil | Por Agência Brasil no dia 22 de março de 2022 às 05:30

O Fórum de Governadores decidiu prorrogar por mais 90 dias o congelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) médio que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. O anúncio foi feito hoje (22) pelo coordenador do fórum, o governador do Piauí, Wellington Dias, após reunião com governadores, vice-governadores e secretários, em Brasília. Caso não fosse prorrogado, o congelamento, que está em vigor desde 1º de novembro do ano passado, acabaria no próximo dia 31. A prorrogação começa a valer no dia 1º de abril.

Na reunião desta terça-feira, os governadores debateram, entre outros temas, a fixação de uma alíquota única para o ICMS de combustíveis, conforme sancionado, na semana passada, pelo presidente Jair Bolsonaro (Lei Complementar 192/22).

De acordo com Dias, o Conselho de Secretários de Fazenda (Comsefaz) deve definir até quinta-feira (24) uma fórmula para a cobrança da alíquota única que deve ser aplicada inicialmente em relação ao óleo diesel. O desafio é encontrar uma média de cálculo que não resulte em aumento do tributo em alguns estados, consequentemente, aumentando o preço do combustível.

Segundo Dias, pelo menos nove estados e o Distrito Federal praticam uma alíquota do ICMS em cima do diesel mais baixa que outros estados. Para evitar o aumento, os secretários estão estudando aplicar um incentivo fiscal para compensar o aumento da alíquota nessas unidades da federação.

"Estamos autorizando o conselho dos secretários de Fazenda nesta quinta-feira a realizar uma reunião do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] para ali aprovar uma resolução que possa ser o parâmetro para aplicação da lei nas 27 unidades da federação", disse o governador. "Somos favoráveis ao trecho da lei no que diz respeito à criação de um auxílio combustível e ao fundo de estabilidade dos preços dos combustíveis".

O governador disse ainda que, durante o período de prorrogação do congelamento do ICMS, os secretários vão procurar uma fórmula que possa ser aplicada em relação à gasolina.

"Neste período, o Conselho dos Secretários de Fazenda deve tratar especificamente da gasolina", disse. "Ainda não conseguimos encontrar uma alternativa para essa pactuação", acrescentou Dias.

O governador disse ainda que, na reunião, foi decidido que os estados vão entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar um artigo da lei que prevê que, enquanto não for disciplinada a cobrança da incidência do ICMS, o cálculo deverá levar em conta o preço médio do diesel cobrado do consumidor final nos 60 meses anteriores à sua fixação.

# A TARDE

## GOVERNADORES

### Gestores estaduais vão ao STF contra ICMS dos combustíveis

Insatisfeitos com a Lei Complementar que fixa o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) sobre os combustíveis, governadores decidiram ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF). **B1**

# A TARDE

**REAÇÃO** Estados alegam inconstitucionalidade nas alterações, que influenciam na arrecadação de tributos

## Governadores vão ao STF contra mudanças no **ICMS** e IPI

### DA REDAÇÃO

Insatisfeitos com a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, governadores decidiram, em reunião ontem, ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) pela derrubada de artigos da matéria. O texto fixa o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis e zera alíquotas de PIS/Co-fins para importação de petróleo, diesel e gás.

A alegação é de que há quebra do pacto federativo. "Vamos pedir ao colegiado

para que possa trabalhar as teses para que possamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Se aprovamos essa lei, abrimos um precedente para que o Parlamento e o Executivo possam alterar, sozinhos, tributos de estados e municípios", declarou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Os gestores estaduais vão questionar o artigo 7º da lei, que prevê uma transição para que o preço-base do ICMS incidente sobre diesel e biodiesel em cada estado seja calculado com base na média dos 60 meses anteriores. Atualmente, a base de cál-

culo é reajustada de 15 em 15 dias.

Outro ponto criticado pelos governadores é a aplicabilidade da lei ao diesel. Para cumpri-la, seria necessária a definição pelos estados de uma alíquota única do ICMS para o diesel, sem perda de arrecadação.

"O ICMS não é o responsável pelo aumento dos combustíveis. O país, que é autossuficiente na produção de petróleo, precisa ter uma política de aumento de refino dentro do Brasil", completou Dias.

Na reunião, o grupo se mostrou disposto a aceitar



Fachada do Supremo Tribunal Federal

Gerúlsio Baptista / SCO-STF / Divulgação

uma outra proposta, em tramitação no Congresso. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.472/2021, aprovado na última semana no Senado. O texto ainda precisa ser aprovado na Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial.

"Somos favoráveis e acolhemos a criação de um auxílio-combustível e do fundo de estabilidade do preço

dos combustíveis", afirmou o governador do Piauí.

O projeto prevê a criação de um sistema de bandas de preços para limitar a variação dos valores e também uma conta federal para financiar essa ferramenta.

### IPI

A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por meio de decreto

presidencial também será questionada no Supremo. Os governadores avaliam que a decisão de Bolsonaro é inconstitucional.

Através do decreto, a União diminuiu em 25% a alíquota de boa parte dos produtos abrangidos pela taxação, com exceção do tabaco e dos automóveis, que sofreram queda de 18,5% da alíquota.

**REAÇÃO** Estados alegam inconstitucionalidade nas alterações, que influenciam na arrecadação de tributos

# Governadores vão ao STF contra mudanças no ICMS e IPI

## DA REDAÇÃO

Insatisfeitos com a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020 pelo presidente Jair Bolsonaro, governadores decidiram, em reunião ontem, ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) pela derrubada de artigos da matéria. O texto fixa o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis e zera alíquotas de PIS/Co-fins para importação de petróleo, diesel e gás.

A alegação é de que há quebra do pacto federativo. “Vamos pedir ao colegiado

para que possa trabalhar as teses para que possamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Se aprovamos essa lei, abrimos um precedente para que o Parlamento e o Executivo possam alterar, sozinhos, tributos de estados e municípios”, declarou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Os gestores estaduais vão questionar o artigo 7º da lei, que prevê uma transição para que o preço-base do ICMS incidente sobre diesel e biodiesel em cada estado seja calculado com base na média dos 60 meses anteriores. Atualmente, a base de cál-

culo é reajustada de 15 em 15 dias.

Outro ponto criticado pelos governadores é a aplicabilidade da lei ao diesel. Para cumpri-la, seria necessária a definição pelos estados de uma alíquota única do ICMS para o diesel, sem perda de arrecadação.

“O ICMS não é o responsável pelo aumento dos combustíveis. O país, que é autossuficiente na produção de petróleo, precisa ter uma política de aumento de refino dentro do Brasil”, completou Dias.

Na reunião, o grupo se mostrou disposto a aceitar



Fachada do Supremo Tribunal Federal

Gervásio Baptista / SCO-STF / Divulgação

uma outra proposta, em tramitação no Congresso. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.472/2021, aprovado na última semana no Senado. O texto ainda precisa ser aprovado na Câmara dos Deputados antes de seguir para sanção presidencial.

“Somos favoráveis e acolhemos a criação de um auxílio-combustível e do fundo de estabilidade do preço

dos combustíveis”, afirmou o governador do Piauí.

O projeto prevê a criação de um sistema de bandas de preços para limitar a variação dos valores e também uma conta federal para financiar essa ferramenta.

## IPI

A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por meio de decreto

presidencial também será questionada no Supremo. Os governadores avaliam que a decisão de Bolsonaro é inconstitucional.

Através do decreto, a União diminuiu em 25% a alíquota de boa parte dos produtos abrangidos pela taxação, com exceção do tabaco e dos automóveis, que sofreram queda de 18,5% da alíquota.

## CAMAÇARI

# Agentes Comunitários vão receber incentivo

## DA REDAÇÃO

Os vereadores do município de Camaçari aprovaram ontem o Projeto de Lei nº 1071/2022, que beneficia os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate a Endemias (ACE) com um incentivo financeiro adicional de 95% do valor do piso salarial instituído.

As despesas referentes a este incentivo serão supridas com recursos do Fundo Municipal de Saúde. Terão

direito ao recebimento do percentual agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias que estiverem exercendo suas atividades com, no mínimo, um ano de ingresso na área ou de retorno às suas atividades de origem.

Ainda segundo o PL, 30% do valor do adicional concedido deverá ser destinado à compra de itens que compõem o uniforme dos profissionais, como vestimentas e protetor solar, por

exemplo. Essa compra ficará a cargo de cada agente, que deverá comprovar a aquisição dos itens à chefia imediata. No caso da ausência dessa comprovação, o percentual será descontado do valor repassado ao agente.

Sobre o PL, o presidente da Câmara, vereador Júnior Borges (UNIÃO), disse que a aprovação da proposta é um reconhecimento ao trabalho das categorias, especialmente durante o período de pandemia. “Os agentes são a

ponta do atendimento ao cidadão na área de saúde. São trabalhadores incansáveis e de extrema dedicação que percorrem toda cidade para atender as famílias da nossa cidade”, pontuou.

A sessão contou com a presença de profissionais das categorias atendidas pelo PL. O presidente da Associação dos Agentes de Saúde do Estado (AASA), Ivando Antunes, destacou a importância desse reconhecimento por parte do município.

“Com a aprovação dessa matéria tão importante para esses trabalhadores, Camaçari torna-se pioneira nesse sentido. Esse projeto foi construído com a participação ativa da categoria e, ao chegar nesta Casa Legislativa, foi recebido positivamente com a celeridade que tanto precisávamos”, destacou.

**Vereadores aprovaram ontem o pagamento adicional de 95% para os agentes de saúde e agentes de combate a endemias**

**EXCEPCIONALMENTE HOJE NÃO PUBLICAMOS A COLUNA DE LEVI VASCONCELOS**

pegue a visão!

**ESTREIA 23/03**

## Nova Coluna do Jornalismo da Rádio Sociedade da Bahia.

Com João Kalil & Rogério Alves.



**RÁDIO SOCIEDADE**  
AM 740 il 102.5 FM

DENÚNCIA DENÚNCIA DENÚNCIA DENÚNCIA  
INVESTIGAÇÃO INVESTIGAÇÃO INVESTIGAÇÃO INVESTIGAÇÃO  
SERVIÇO SERVIÇO SERVIÇO SERVIÇO  
JORNALISMO JORNALISMO JORNALISMO JORNALISMO



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/03/2022	Coluna: Economia



## GOVERNADORES VÃO ACIONAR STF CONTRA MUDANÇAS NO ICMS



admin 22 Março, 2022

Reunidos nesta terça-feira (22), governadores decidiram recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela derrubada de artigos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que fixa o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis e zera alíquotas de PIS/Cofins para importação de petróleo, diesel e gás. A avaliação é que as mudanças aprovadas pelo Congresso Nacional e sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) podem alterar e impactar significativamente a arrecadação dos estados e municípios.

“Vamos pedir ao colegiado para que possa trabalhar as teses para que possamos recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Se aprovamos essa lei, abrimos um precedente para que o Parlamento e o Executivo possam alterar, sozinhos, tributos de estados e municípios”, defendeu o governador do Piauí, Wellington Dias (PT). “Há grande chance de vitória no Supremo Tribunal Federal, pela flagrante inconstitucionalidade das medidas”, enfatizou Dias.

Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil

# Estados congelam ICMS da gasolina por mais 3 meses; diesel terá alíquota única

A fórmula será definida em uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) na próxima quinta-feira (24)



Tribuna da Bahia, Salvador

22/03/2022 16:03

18 horas e 16 minutos



Foto: Divulgação

Os governadores decidiram prorrogar o congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a gasolina por mais três meses e adotar uma alíquota única do imposto para o diesel, conforme lei aprovada recentemente pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Os Estados devem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar um dos dispositivos da lei, o artigo 7º da norma, que prevê uma regra de transição para congelar, até o fim de 2022, a cobrança do ICMS sobre o diesel com base na média de preços dos últimos cinco anos.

A avaliação é que a regra de transição provocaria um rombo maior nos caixas estaduais. Os governadores argumentam que a lei é inconstitucional, por ferir a autonomia dos Estados, e contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de esbarrar na lei eleitoral, que limita a concessão de benefícios em ano de eleição.

A decisão foi tomada em uma reunião de governadores nesta terça-feira (22), em Brasília. De acordo com o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), os Estados calculam que, com a decisão, será possível reduzir a queda de arrecadação de R\$ 30 bilhões para R\$ 14 bilhões aos Estados neste ano.

A adoção de uma alíquota uniforme pode aumentar a carga tributária cobrada sobre o diesel no Distrito Federal e em nove Estados, incluindo São Paulo, como revelou o Broadcast (sistema de notícias em

tempo real do Grupo Estado), pois são localidades que atualmente aplicam uma taxa menor do que outras regiões.

Para evitar esse aumento, os secretários estaduais estudam lançar mão de um incentivo fiscal para compensar a alta, que não recairia sobre o consumidor final, mas impactaria o caixa dos governadores.

A fórmula será definida em uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) na próxima quinta-feira (24).

Fonte: Estadão Conteúdo.

## BAHIA

MARINA SILVA

## EMPRESAS FALAM EM NORMALIDADE APÓS ACORDO COM AGERBA

## REGIÃO METROPOLITANA

Após mais de uma semana de instabilidade, representantes da Agerba (agência que regula o transporte estadual), do Sindicato dos Rodoviários Metropolitanos (Sindmetro) e das empresas de ônibus da região conseguiram entrar em um acordo com relação às exigências dos trabalhadores.

Os rodoviários tinham uma série de demandas para voltar à normalidade e, após várias reuniões, o coordenador geral do Sindmetro, Mário Cléber, informou que os pedidos foram atendidos.

Nos próximos 30 dias, 250 funcionários da BTM, que faliu, serão absorvidos pelas empresas Expresso Vitória, Avanço Transportes e Atlântico Transportes. O passivo trabalhista dos funcionários da BTM será pago pelo Sindmetro, que alugará os 29 veículos da empresa para obter o valor necessário e ir pagando de forma parcelada aos trabalhadores.

A Avanço Transportes informou que absorverá ainda os 155 trabalhadores da VSA, que faliu em janeiro. Uma nova reunião definirá a requalificação tarifária da integração, ou seja, a divisão do que é arrecadado com a tarifa entre as empresas e o metrô.

## CONQUISTA RETIRA OBRIGATORIEDADE DO USO DA MÁSCARA

## AO AR LIVRE

O uso de máscaras em ambientes abertos passou a ser facultativo em Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia. O decreto municipal também retirou a limitação de público em eventos e atividades. O documento foi publicado em edição extra do Diário Oficial do Município na tarde de ontem e tem validade imediata.

A medida leva em consideração os dados epidemiológicos que apresentam uma redução no número de casos confirmados, internações e óbitos em decorrência da covid-19, além do avanço da vacinação contra a doença. Vitória da Conquista já disponibilizou mais de 758.430 doses de vacina, sendo que 298.852 pessoas, entre adultos, adolescentes e crianças, já receberam, pelo menos, duas doses. Ontem, a cidade registrou 19 casos ativos e 16 pacientes internados.

Continua mantida a obrigação do uso da máscara para proteção contra o novo coronavírus em espaços fechados, a exemplo do transporte público, mercados, lojas, escolas, bares e restaurantes. O decreto assinado pela prefeita Sheila Lemos também retirou a limitação de público em eventos e atividades, inclusive com venda de ingressos.

## Bruno Reis aguarda subsídio para evitar reajuste

**TRANSPORTE** A manutenção do transporte público continua sendo um problema para a gestão das prefeituras. Segundo o prefeito de Salvador, Bruno Reis, o sistema de transporte da capital está próximo ao colapso. A expectativa é de que o subsídio do governo federal, previsto em projeto de lei aprovado no Senado, seja liberado para amenizar o impacto nas contas das empresas.

“Estamos próximos de um colapso. Esperamos que o subsídio possa sair. Minha próxima reunião é com o secretário da Mobilidade para tratar do transporte público. Se o subsídio não sair, o reajuste terá que ser dado e isso vai causar problema em todo país”, disse o prefeito. O PL que prevê o subsídio do transporte foi encaminhado à Câmara, mas ainda não entrou na pauta de votação.

Bruno citou a situação do transporte na região metropolitana, que na semana passada viveu dias de caos, com a paralisação da BTM e de outras seis empresas (leia ao lado). “Vocês estão vendo a região metropolitana enfrentando um problema, que é algo que já aconteceu em Feira de Santana, em Itabuna, aqui em Salvador no ano passado também.”

Ontem, um grupo de ex-funcionários da



**Movimentação na região da Lapa, que chegou a ter a entrada e a saída de ônibus impedidas por manifestantes em ato contra a antiga CSN**

antiga empresa CSN, concessionária que teve o contrato encerrado com a prefeitura de Salvador em 2021, protestou nos Barris, chegando a fechar a entrada e saída de veículos da Estação da Lapa. Além do pagamento dos direitos trabalhistas, os rodoviários querem que os dispensados sejam absorvidos pelas empresas que seguem atuando no sistema de transporte público da capital.

Além da aprovação do

projeto de lei na Câmara, o prefeito pediu que o governo do estado reduza o ICMS do diesel. “Duas medidas têm que acontecer: o subsídio federal e também a redução do ICMS do transporte público. Defendemos que os estados façam sua parte. Não há mais estímulo fiscal que a Prefeitura possa fazer. O estado aumentou 38% com a arrecadação do ICMS, há margem orçamentária para esse estímulo fiscal”, pontuou.

## Policiais civis exigem transferência de presos e suspendem atividades

**BAIXA DO FISCAL** A Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR), na região da Baixa do Fiscal, em Salvador, suspendeu suas atividades ontem, sob o argumento de que 30 presos que estão custodiados no local já deveriam ter sido transferidos para o presídio.

O Sindicato dos Policiais Civis da Bahia (Sindpoc) afirma que, dos 30 presos na delegacia, 26 já possuem prisão preventiva decretada e deveriam estar no sistema prisional. De acordo com o presidente da entidade, Eustácio Lopes, existe uma decisão judicial de 2017 que determina que não deveria existir presos em delegacias, mas o estado não cumpre.

Eustácio afirma que a delegacia já faz a custódia desses presos há cerca de 30

dias e, por isso, as atividades exercidas no local só voltarão à normalidade depois que os presos forem transferidos para o presídio. “Temos mais de mil presos em todas as delegacias da Bahia e isso não deveria acontecer”, diz o presidente.

Segundo ele, algumas delegacias de Salvador ficam com mais de 150 presos diariamente e isso atrapalha na função dos policiais civis, já que cuidar dos presos é tarefa do agente penitenciário.

A Polícia Civil informou, em nota, que a gestão das vagas no sistema prisional é de atribuição da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) e que eles realizam diariamente tratativas com a pasta para a transferência de custodiados.

A Seap esclareceu que há

“ Em vez de investigar os homicídios, a gente tem que custodiar presos. Não podemos mais fazer isso Eustácio Lopes

Presidente do Sindicato dos Policiais Civis da Bahia (Sindpoc)

um acordo em que os presos com prisão preventiva seriam recepcionados pelo Centro de Observação Penal (COP). “O COP é a porta de entrada para o sistema carcerário e assim está sendo feito. Na semana passada, a Seap recepcionou cerca de 60 novos internos oriundos das delegacias de Polícia Civil”, declarou a pasta.

A Polícia Civil também detalhou que, em julho de 2021, a corporação aderiu ao Programa de Gestão de Riscos, quando foi iniciado o mapeamento dos riscos e consequências da custódia de presos em unidades da corporação. A proposta do plano de ação foi apresentada à Secretaria da Segurança Pública (SSP) em fevereiro deste ano. Já a SSP não respondeu à reportagem.

## BAHIA REGISTRA 25 ÓBITOS E 1.405 CASOS ATIVOS DE COVID-19 EM 24 HORAS

**PANDEMIA** O boletim epidemiológico de ontem registrou 1.405 casos ativos de covid-19 na Bahia. Em 24 horas, foram 1.105 novos casos de covid-19 (taxa de crescimento de +0,07%), 1.229 recuperados (+0,08%) e mais 25 óbitos.

Dos 1.525.657 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.494.626 já são considerados recuperados e 29.626 tiveram óbito confirmado, segundo a Secretaria Estadual de Saúde (Sesab).

O boletim contabiliza ainda 1.795.360 casos descartados

e 326.508 em investigação. Na Bahia, 62.781 profissionais da saúde foram confirmados com a doença.

Os dados representam notificações oficiais compiladas pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica em Saúde da Bahia (Divep), em

conjunto com as vigilâncias municipais e as bases de dados do Ministério da Saúde.

Sobre a vacinação, 10.454.274 estão com a segunda dose ou dose única e 4.492.546 com o reforço.

VEJA ESTRATÉGIA DE VACINAÇÃO EM SALVADOR NO SITE CORREIO24HORAS.COM.BR

## ABM OFERECERÁ ORIENTAÇÕES E EXAMES MÉDICOS GRATUITOS A MULHERES NO SÁBADO

**ENDOMETRIOSE** Uma das ações locais mais esperadas do Movimento Brasileiro de Consolidação da Endometriose (MovEndo), que busca fortalecer a campanha mundial Março Amarelo na

Bahia, será realizada nesse sábado (26), na sede da Associação Bahiana de Medicina (ABM), das 9h às 12h e das 14h às 17h. Oitenta mulheres em idade fértil (20 a 45 anos) serão contempladas

com exames diagnósticos gratuitos ou com descontos e orientações sobre a endometriose. A distribuição de senhas acontecerá na sexta-feira (25), a partir das 8h, na sede da ABM (Av. Bae-

pendi, 162), em Ondina.

Entre os serviços gratuitos oferecidos estão orientações sobre endometriose, orientações nutricionais e sobre fisioterapia pélvica, exames de glicemia e ultrassonografia.

**A TARDE****GESTÃO** Prefeito de Salvador recorre ao Estado para suprir déficit que tornou sistema público ainda mais precário

# Bruno Reis pede **ICMS** menor para conter crise no transporte



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, cobrou ontem do governo do Estado uma redução do ICMS sobre combustíveis, para evitar, segundo ele, um colapso do sistema de transporte público. Procurado, o governo não se manifestou sobre a fala do gestor municipal até o fechamento. "O que nós prefeitos cobramos é que o Estado também faça sua parte.

A União está fazendo através do subsídio, a prefeitura já isentou ISS e não cobra outorga", declarou. **A4**

**"Ou teremos apoio ou vai colapsar"**

**BRUNO REIS, prefeito**

# A TARDE

**TRANSPORTE PÚBLICO** Prefeito de Salvador diz é necessária a redução do ICMS dos combustíveis e ajuda federal

## Bruno Reis pede ajuda para evitar colapso

### DA REDAÇÃO

O prefeito de Salvador, Bruno Reis, cobrou ontem do governo do Estado uma redução do ICMS sobre combustíveis, para evitar, segundo ele, um colapso do sistema de transporte público. Procurado, o governo não se manifestou sobre a fala do gestor municipal até o fechamento da matéria.

"O que nós prefeitos cobramos é que o Estado também faça sua parte. A União está fazendo através do subsídio, a prefeitura já isentou ISS e não cobra outorga. Não há mais nenhuma concessão ou estímulo fiscal que a prefeitura possa fazer. Agora cabe ao Estado reduzir ICMS para combustível. O Estado aumentou em 38% a arrecadação de ICMS por conta do combustível, então há margem orçamentária para isso. Os municípios não têm receita para continuar assumindo esse ônus. Ou teremos apoio ou o sistema vai colapsar", declarou o prefeito.

O assunto também foi abordado pelo ex-prefeito de Salvador, ACM Neto, pré-candidato ao governo. "Se todo mundo abrir mão, estados e governo federal, se cada um der a sua contribuição, a gente consegue conter essa alta absurda no preço dos combustíveis. Agora, não pode ser esse jogo de empurra", disse Neto, em entrevista à Rádio Sociedade. Ao falar sobre a situação da Bahia, ele acrescentou: "Em relação à tributação, basta comparar com outros estados do Brasil que você vai ver que a Bahia tem uma das mais elevadas do país".

### Governadores

Ontem, o Fórum de Governadores anunciou a prorrogação por mais 90 dias do congelamento dos valores de referência para cálculo do ICMS sobre gasolina, etanol e gás de cozinha (GLP). A medida, adotada desde novembro do ano passado, se encerraria no dia 31 de março.

Em relação ao diesel, o Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) vai definir amanhã a fórmula para cumprir a nova legislação, que determina alíquota única do ICMS sobre os combustíveis para os estados.

Em agenda no interior, o governador Rui Costa não participou ontem da reunião do fórum de gestores estaduais. O Estado ainda não confirmou se haverá um novo decreto para prorrogar o congelamento do



Prefeitura isentou ISS e não cobra outorga, mas diz que é preciso mais para controlar a tarifa dos ônibus

## Assembleia pode definir greve

### GABRIELA CRUZ\*

Hoje, às 14h, o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários da Região Metropolitana de Salvador (Sindmetro) irá se reunir com os trabalhadores da empresa Bahia Transporte Metropolitano (BTM) para discutir a possibilidade de uma paralisação após as reuniões de ontem. As linhas da empresa, que foi desfeita, seguem operando emergencialmente até serem assumidas por outras empresas. "A gente vai para guerra, mas quem decide é o trabalhador", afirmou Valter Ferreira, presidente do Sindmetro.

Após mais de 8 horas de reuniões com o Sindmetro, a BTM, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e demais empresas de trans-

porte, foi decidido que as linhas e os trabalhadores da BTM serão divididos entre a Atlântico Transporte, Expresso Luxo Vitória e Avanço. Por enquanto, ainda não é possível operar com 100% da frota, pois as linhas ainda estão sendo transferidas.

"A BTM morreu. Vai rodar o emergencial, na medida que as empresas que garantiram assumir essas linhas e colocarem novos ônibus, esses ônibus vão saindo", afirmou o presidente do sindicato.

Em relação às férias e salário atrasados dos trabalhadores da BTM, a questão será resolvida na rescisão de contrato. "Para não deixar os trabalhadores com fome, conseguimos acertar com a prefeitura e as empresas que vão assumir as linhas que assegurem cestas básicas", contou Valter Ferreira, que detalhou que na proporção em que as empresas que garantiram assumir as linhas

de ônibus coloquem novos veículos e empreguem os trabalhadores, os ônibus emergenciais vão saindo, dentro do prazo de 60 dias estipulado pela Agerba.

Em nota, a Agerba informou estar atuando como mediadora das discussões, pois o impasse é uma relação entre empresa e trabalhadores: "A Agerba tem mantido aberto o diálogo com as empresas, bem como com o sindicato dos trabalhadores do sistema rodoviário metropolitano. As negociações entre empresas e trabalhadores estão em andamento, com o intuito de solucionar o impasse entre as categorias, reduzindo danos à população".

Valter Ferreira afirma que a Agerba é responsável pelos transportes do município e que a prefeita Moema Gramacho estava mediando as discussões.

Em outra tentativa de negociação, a categoria havia

marcado uma paralisação para amanhã. Na última quinta-feira, houve paralisação das atividades das empresas Nova Aviação, Atlântico Transporte, Asa Bela, Avanço Transporte, Costa Verde e Expresso Luxo Vitória, em apoio aos trabalhadores da BTM e deixando cerca de 300 mil passageiros prejudicados.

Há uma semana, os trabalhadores da empresa foram surpreendidos ao chegar à garagem e perceber a ausência de dez ônibus. Lá, foi informado que os ônibus não iriam rodar por falta de óleo diesel, mas que o problema estava sendo solucionado. Após o ocorrido, a Agerba solicitou que outras empresas integrantes do sistema cobrissem parcialmente as linhas operadas pela BTM, até que a situação fosse regularizada.

**\*SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR RAFAEL TIAGO NUNES**

**O Fórum de Governadores anunciou a prorrogação por mais 90 dias do congelamento dos valores de referência para cálculo do ICMS sobre gasolina**

ICMS, como foi feito ao final de janeiro.

Há duas semanas, o governo do Estado reiterou o entendimento de que as frequentes altas registradas nas bombas de combustíveis decorrem da política de preços da Petrobras, "que gera a maior parte da sua produção em território brasileiro, com custos em reais, mas insiste em dolarizar os valores praticados para o mercado interno, o que tem resultado em frequentes reajustes dos combustíveis e em forte pressão inflacionária, situação que tende a ser agravada com a guerra na Ucrânia".

"As alíquotas do ICMS para combustíveis permanecem as mesmas há vários anos, e o congelamento dos preços de referência para cálculo do imposto foi adotado pelos estados na expectativa de que o Governo Federal e a Petrobras promovessem a revisão da política de preços da empresa", disse o Estado, em nota, na ocasião.

### Tarifa

Bruno Reis também voltou a cobrar a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de um subsídio federal para evitar um reajuste na tarifa de transporte da capital. A proposta já passou pelo Senado. Pelos cálculos da prefeitura, a cidade receberia em torno de R\$ 64 milhões.

"Se a matéria for aprovada e vierem os R\$ 64 milhões, não terá reajuste. Então, faço um apelo ao Congresso para aprovar essa matéria ainda esta semana", afirmou o prefeito. "Se o subsídio não sair, infelizmente o reajuste terá que ser dado. Falei com [Arthur] Lira [presidente da Câmara] na semana passada. Ele não conseguiu pautar, espero que pauté essa semana", completou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/03/2022	Coluna: Economia



## BRUNO AFIRMA QUE RECEITA DO ICMS COM COMBUSTÍVEIS AUMENTOU 38%



admin 22 Março, 2022

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (UB), afirmou nesta terça-feira (22), que a arrecadação do ICMS (tributo estadual) com combustíveis aumentou 38% em função dos aumentos nos preços neste item. Em conversa com a imprensa durante ato na área educacional, o chefe do Executivo ressaltou que, após o último reajuste anunciado pela Petrobras, sem apoio federal, a conta do sistema não vai fechar. Bruno Reis argumenta que o governo federal tem encaminhado um subsídio de R\$ 5 bilhões – em todo o Brasil –, dos quais R\$ 64 milhões virão para Salvador, e a prefeitura isentou taxas, outorgas e ISS. “Quem é que pode fazer algo agora? É o governo estadual, reduzindo ICMS para comustíveis”, acrescentou.

Sobre o subsídio federal, a medida depende da aprovação de um projeto já votado no Senado. Bruno Reis disse que conversou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada, mas não houve condições de a proposta ser pauta para votação em plenário. “Espero que pautem esta semana”, disse o prefeito, lembrando que o prazo previsto para esta definição era 15 de março. Bruno também comentou sobre a crise na BTM, que gerou uma paralisação no transporte metropolitano na semana passada.

“Vocês estão vendo a Região Metropolitana enfrentando o problema. Eu dizia que quando o meu problema for velho e de vocês serão novos. Só no último mês o aumento de 30% nos combustíveis. A situação é gravíssima. Estamos próximos de um colapso.”

Foto: Matheus Miranda

**Veículo:** BAHIA SEMFRONTEIRAS

**Canal de Comunicação:**  
INTERNET

**Título:** Paulo Câmara volta a criticar cálculo do ICMS dos combustíveis após estado registrar maior preço do diesel do país; veja vídeo

**Data:** 22/03/2022

**Link:** <https://www.bahiasemfronteiras.com.br/paulo-camara-volta-a-criticar-calculo-do-icms-dos-combustiveis-apos-estado-registrar-maior-preco-do-diesel-do-pais-veja-video/>



Através de um vídeo divulgado em suas redes sociais hoje (22), o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) voltou a criticar o cálculo do ICMS dos combustíveis no estado da Bahia, mencionando matéria divulgada na imprensa, no último dia 19, que mostra que a Bahia registrou maior preço do diesel no país, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). "Venho denunciando sistematicamente a maneira perversa e cruel como o governo da Bahia vem tratando o cálculo de ICMS dos combustíveis. De dezembro de 2020 a março de 2022, o governo da Bahia foi responsável pelo aumento de mais de 60% no preço do diesel. Isso reflete, principalmente, no preço das passagens de ônibus, atingindo aquelas pessoas que mais precisam", criticou Câmara. "Está na hora de rever essa política agressiva de preços e pensar, primeiramente, nas pessoas do nosso estado", finalizou o deputado.



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 23/03/2022	Coluna: Economia



## PAULO CÂMARA VOLTA A CRITICAR CÁLCULO DO ICMS DOS COMBUSTÍVEIS APÓS ESTADO REGISTRAR MAIOR PREÇO DO DIESEL DO PAÍS



admin 23 Março, 2022

Através de um vídeo divulgado em suas redes sociais hoje (22), o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) voltou a criticar o cálculo do ICMS dos combustíveis no estado da Bahia, mencionando matéria divulgada na imprensa, no último dia 19, que mostra que a Bahia registrou maior preço do diesel no país, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“Venho denunciando sistematicamente a maneira perversa e cruel como o governo da Bahia vem tratando o cálculo de ICMS dos combustíveis. De dezembro de 2020 a março de 2022, o governo da Bahia foi responsável pelo aumento de mais de 60% no preço do diesel. Isso reflete, principalmente, no preço das passagens de ônibus, atingindo aquelas pessoas que mais precisam”, criticou Câmara. “Está na hora de rever essa política agressiva de preços e pensar, primeiramente, nas pessoas do nosso estado”, finalizou o deputado.

## COPA DO BRASIL

## Vitória tem a obrigação de vencer o Glória

Sem direito a qualquer tipo de desculpas. E olhe que as opções são muitas: técnico recém contratado, com apenas quatro dias de trabalho, problemas de contusões, João Pedro infectado pelo Covid-19, e fora da partida, demissões e mudanças no Departamento Médico, pressão com traumas recentes, como a eliminação da Copa do Nordeste, nos pênaltis, em pleno Barradão, e cobranças da parte de uma torcida insatisfeita com tantas decepções. Mas esquece tudo isso. Para o Vitória, no jogo desta noite contra o Glória, do Rio Grande do Sul, às 21h30 no Estádio Manoel Barradas, na Toca do Leão, só existe a opção do time voltar a vencer, ganhar do adversário gaúcho para chegar nas oitavas de final da Copa do Brasil, e garantir a gratificação

de R\$ 1,9 milhão da CBF.

Mas nem tudo é tensão, problemas. Existe uma expectativa muito boa com as estreias do técnico Geninho, e do atacante Santiago Trellez, e a certeza do apoio da torcida Rubro-negra, que deve ser o 12º jogador do Vitória na luta pela classificação. Junto a tudo isso, o torcedor do Vitória tem a certeza de que aquele time apático, sem garra, ficou para trás, com a chegada de Geninho. "Quero ver pelo menos um time focado, que acredite, que lute e busque essa vitória. Temos que nos impor, neutralizar o adversário, e a expectativa é muito boa e que o grupo mostre alguma coisa diferente do que vinha fazendo", disse Geninho.

Contra o Glória, o Vitória não vai poder contar com dois jogadores: o volante João Pedro, que acusou contami-

nação pelo vírus da Covid-19, e o lateral-esquerdo Vicente. Esse, um problema mais grave, com a lesão dos ligamentos do joelho, terá que ser operado, com previsão inicial de até seis meses de recuperação.

## FICHA

O árbitro goiano Jefferson Ferreira de Moraes apita o último jogo pela 2ª fase de classificação da Copa do Brasil. Se der empate no tempo regulamentar, a vaga será decidida nas cobranças de pênaltis; Vitória - João Arcaño, Lucas Arcaño; Alemão Teixeira, Mateus Moraes, Ewerton Páscua e Salomão; Allan Santos, Eduardo e Jadsen; Roberto, Dinei e Luidy; Glória/RS - Régis; Bahia, Igor Souza, Manoel e Vitor; Vacaria, Rafael Gelatti e Baggio; Matheus Paulista, Biel e Wellington; Técnico: Alê Menezes.



**GENINHO, AO LADO** de Jadsen e Dudu, promete um Vitória diferente, focado e acreditando no triunfo no jogo desta noite contra o Glória no Barradão

Crédito: Mário Cunha/Ascom/Chape



**CAMPEÃO 2020 DA** Série B do Brasileiro pela Chape, Paulinho Mocellin, atacante de beirada, está na mira do Bahia e do Vasco da Gama para 2022

## IDAS E VINDAS NO BAHIA

## Paulinho Mocellin é a bola da vez

Os portões da Cidade Tricolor continuam abertos, com idas e vindas de jogadores dentro da proposta de reformulação do time, que não foi bem na Copa do Nordeste e Campeonato Baiano, e está sendo qualificado para a Copa do Brasil e Série B do Brasileiro. O volante William Maranhão está deixando o Tricolor, que negocia a contratação do atacante Paulinho Mocellin, ex-Chape, e fechou com o atacante Petterson, conhecido como Pet, de 18 anos, ex-São Paulo, que já chegou, assinou contrato

e está até registrado no BID da CBF. William Maranhão, que não conseguiu se firmar no time Tricolor, pediu licença ao Bahia, alegou questões pessoais, viajou para São Paulo e acertou a sua ida para o Santos. O técnico Guto Ferreira conta com as opções de Patriok, Rezende e o argentino Lucas Mugni para o meio-campo Tricolor. O atacante Paulinho Mocellin, que foi campeão da Série B de 2020 pela Chapecoense, pertence a do Londrina, jogou a Série A do ano passado pelo Sport,

marcou o gol do triunfo do time pernambucano contra o Bahia, na lida do retiro, e atualmente disputa o Campeonato Paulista pelo São Bernardo.

Já o atacante Pet, revelado pelo São Paulo, chegou a um acordo com o clube paulista para a rescisão de contrato, e já está integrado ao Bahia. Petterson será inclusive titular no time Sub-20 do Tricolor no jogo-treino contra a Seleção Brasileira da categoria, sob o comando do técnico Ramon Menezes, no sábado, dia 16, às

19hs, no Estádio do Barradão.

Com todo o tempo do mundo pela frente, até o próximo jogo de estreia na Série B do Brasileiro, previsto para 10 de abril, na Fonte Nova, Comissão Técnica e jogadores do Bahia voltaram a treinar ontem pela manhã no Estádio do Maracanã. A boa notícia foi a participação de jogadores como Rezende e Danilo Fernandes, que estavam sob cuidados médicos, junto com o recém contratado atacante Jacaré, treinaram normalmente com o grupo.

## SORTEIO DA COPA

## FIFA fará os procedimentos valorizando ranking mundial

A FIFA divulgou como serão os procedimentos para a realização do sorteio da Copa do Mundo, nos meses de novembro e dezembro, no Catar. A entidade vai usar como referência o ranking de seleções a ser publicado no próximo dia 31 de março. O evento acontecerá no dia 1º de abril, em Doha, no Catar, a partir das 13h (horário de Brasília). A previsão é de que até a terça-feira, dia 29, as 32 seleções participantes da Copa do Mundo de 2022 já serão conhecidas até o dia do sorteio, e 28 delas serão colocadas nos potes de 1 a 4 de acordo com o ranking da entidade.

O País-sede da Copa do Mundo, o Catar ficará na po-

sição A1 do primeiro pote, que também terá as sete melhores seleções no ranking que estão classificadas. Do atual top 7, apenas a Itália, disputando a repescagem, não está garantida na Copa do Mundo. Bélgica, Brasil, França, Argentina, Inglaterra e Espanha já se classificaram. O segundo pote terá as seleções entre as posições 8 e 15 da lista de classificadas, o terceiro pote com aquelas entre o 16º e o 23º lugares, e o quarto pote terá os times entre a 24ª e 28ª posições mais três espaços reservados representando os dois vencedores dos playoffs intercontinentais e um vencedor dos playoffs da Europa.

## CORRIDA DA ADVOCACIA

## CAAB realiza no domingo a competição em Salvador

Tudo pronto para a realização da 4ª edição da "Salvador 10 Milhas - Corrida da Advocacia", que a CAAB - Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia que acontece no próximo domingo, dia 27, com o objetivo de estimular a prática de atividades físicas entre advogados, fazendo parte do calendário de corridas de rua da capital baiana. A prova é uma das mais procuradas por corredores e costuma reunir mais de 2.500 participantes, não apenas da capital como das 36 subseções da OAB-BA no interior da Bahia.

"Faremos mais uma bela prova com duas saídas simultâneas no Rio Vermelho e Comércio e chegada em um dos mais bonitos cartões

postais da cidade que é a Ponta de Humaitá", disse o presidente da CAAB, Maurício Leahy.

Laçada pela CAAB em 2018 e organizada pela Jardim Moura Assessoria Desportiva, a Salvador 10 Milhas - Corrida da Advocacia é disputada em dois percursos com largadas simultâneas às 6h na Praia da Paciência-Rio Vermelho (10milhas/16Km) e na Avenida Contorno-Comércio (5 milhas/8Km) com chegada no cartão postal da Ponta de Humaitá, onde a CAAB monta uma estrutura com vários serviços para a classe, que conta com o apoio da comunidade baiana no incentivo aos atletas de uma corrida que cresce a cada ano.

## SELEÇÃO BRASILEIRA

## Tite convoca o goleiro Everson do Atlético/MG

O goleiro Ederson, do Manchester City, foi cortado dos dois próximos jogos da seleção brasileira, contra Chile e Bolívia, pelas Eliminatórias. Ele apresentou um quadro de gastroenterite, inflamação do revestimento do estômago e dos intestinos grosso e delgado. Para o lugar dele, foi convocado o goleiro Everson, do Atlético Mineiro, que só se apresenta depois da primeira partida semifinal do Campeonato Mineiro, nesta quarta-feira, contra a Caldense.

O corte de Ederson é o terceiro na Seleção antes desta partida. Antes, o técnico Tite já havia desconvocado o atacante Raphinha, que testou positivo para Co-

vid-19, e o zagueiro Gabriel Magalhães, que pediu para ser liberado para acompanhar o nascimento da primeira filha. A partida entre Brasil e Chile acontece nesta quinta-feira, dia 24, às 20h30 no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Já o duelo contra a Bolívia será na próxima terça-feira, no mesmo horário, em La Paz.

Até ontem, já tinham sido vendidos 42 mil ingressos para o jogo de amanhã entre Brasil x Chile, esgotando os setores Leste Superior, Norte Inferior e parte do Sul do Maracanã. Segundo site de vendas online para a partida, a carga total de 70 mil lugares pode ser vendida para o jogo que marca a volta da seleção ao Rio.

## Geral

## Governadores prorrogam congelamento do ICMS sobre gasolina por 90 dias

LUCIANO NASCIMENTO - REPORTER DA AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

O Fórum de Governadores decidiu prorrogar por mais 90 dias o congelamento do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) médio que incide sobre gasolina, etanol e gás de cozinha. O anúncio foi feito ontem (22) pelo coordenador do fórum, o governador do Piauí, Wellington Dias, após reunião com governadores, vice-governadores e secretários, em Brasília. Caso não fosse prorrogado, o congelamento, que está em vigor desde 1º de novembro do ano passado, acabaria no próximo dia 31. A prorrogação começa a valer no dia 1º de abril.

Na reunião de ontem, os governadores debateram, entre outros temas, a fixação de uma alíquota única para o ICMS de combustíveis, conforme sancionado, na semana passada, pelo presidente Jair Bolsonaro (Lei Complementar 192/22).

De acordo com Dias, o Conselho de Secretários de Fazenda (Comsefaz) deve definir até quinta-feira (24) uma fórmula para a cobrança da alíquota única que deve ser aplicada inicialmente em relação ao óleo diesel. O desafio é encontrar uma média de cálculo que não resulte em aumento do tributo em alguns estados, consequentemente, aumentando o preço do combustível.

Segundo Dias, pelo menos nove estados e o Distrito Federal praticam uma alíquota do ICMS em cima do diesel mais baixa que outros estados. Para evitar o aumento, os secretários estão estudando aplicar um incentivo fiscal para compensar o aumento da alíquota nessas unidades da federação.

"Estamos autorizando o conselho dos secretários de Fazenda nesta quinta-feira a realizar uma reunião do Confaz para aprovar resolução parâmetro para aplicação da lei nas 27 unidades da federação", disse o governador.

## Solidariedade e espírito de luta marcam a resistência de Kiev aos russos

CARLOTTA GALL, NEW YORKE TIME, KIEV

O centro histórico de Kiev, que normalmente fervilha com os turistas e as barracas de souvenir em torno de seus edifícios em tom pastéis e igrejas abobadadas, está praticamente deserto esses dias. Comércio e escritórios estão fechados, e a cidade, sob toque de recolher a partir das 20h, jaz obscura e silenciosa durante a noite.

Aproximadamente metade da população deixou Kiev ao longo das primeiras semanas da guerra, num êxodo caótico que ficou conhecido como "lota" a estação ferroviária central. Mas uma proporção igual da população permaneceu na cidade — estima-se que sejam dois milhões de habitantes. Alguns porque não tinham recursos para fugir, ou nenhum lugar para onde ir, mas outros ficaram movidos por um senso de patriotismo ou de um novo espírito de luta

diante da invasão russa.

No domingo de manhã, cidadãos ainda levavam cães para passear no parque próximo à Igreja de Santo André ou à beira do Rio Dnieper, mesmo enquanto retumbavam os ruídos dos pesados bombardeiros que atingiam os subúrbios do norte da cidade.

"Não quero fugir", afirmou Galina Sizikova, de 48 anos, arquiteta que levava sua husky para passear nas proximidades da Catedral de Santa Sofia, no centro de Kiev. "Tenho muitas oportunidades de fazer algo para ajudar". As filhas dela são crescidas e foram ficar com parentes em Viena, e Sizikova ficou com sua cadelinha, Avrova.

Ela passa o tempo costurando coletes à prova de balas para os voluntários que se alistaram para integrar as forças de defesa territorial. "Muitos amigos foram lutar", afirmou ela. "Meu hobby é costurar, então pus minhas mãos à obra."

## Bolsonaro sanciona lei e SUS vai receitar remédios sem aval da Anvisa

LUCI RIBEIRO E ISABELA MOYA, O ESTADO DE S. PAULO

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que permite ao Sistema Único de Saúde (SUS) receitar e aplicar medicamento que tenha uso distinto daquele aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), desde que seja recomendada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), colegiado vinculado ao Ministério da Saúde.

Para isso, diz a nova lei, deverão ser demonstradas as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança, e estejão padronizado em protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Marcas de saúde ganham força na pandemia e aparecem pela 1ª vez entre as mais bem avaliadas.

Marcas de saúde ganham força na pandemia e aparecem pela 1ª vez entre as

mais bem avaliadas

A lei, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, 22, também libera o uso de "medicamento e produto recomendados pela Conitec e adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública do Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas".

O texto sancionado modifica a Lei Orgânica da Saúde e cria duas exceções, que, na prática, anulam a participação da Anvisa nesses processos. Até então, a legislação vedava, em todas as esferas de gestão do SUS, "o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento, produto e procedimento clínico ou cirúrgico experimental, ou de uso não autorizado pela Anvisa" e "a dispensação, o pagamento, o ressarcimento ou o reembolso de medicamento e produto, nacional ou importado, sem registro na Anvisa."

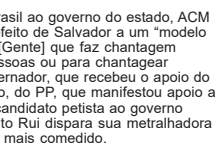
Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro  
paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

# Raio Laser

## Comedido

Determinado a liderar a campanha contra o candidato do DEM ao governo, ACM Neto (UB), o governador Rui Costa (PT) tem aproveitado os eventos no interior para atacar o adversário. Ontem, em discurso em Gandu, voltou a criticar o pré-candidato do União Brasil ao governo do estado, ACM Neto, associando o ex-prefeito de Salvador a um "modelo antigo" de fazer política. "Gente que faz chantagem política para empregar pessoas ou para chantagear atendimento", disse o governador, que recebeu o apoio do prefeito local, Léo de Neco, do PP, que manifestou apoio a Jerônimo Rodrigues, pré-candidato petista ao governo estadual. Detalhe: enquanto Rui dispara sua metralhadora verbal, Jerônimo tem sido mais comedido.

Rui Costa



## Único

Enquanto os petistas disseminam a ideia de que João Leão e todo o PP não passam de traidores, por causa do apoio a ACM Neto, candidato do União Brasil ao governo, os adversários repassam vídeos e memes dizendo que o único Jerônimo que eles conhecem é o cantor de "E D'Óxum", numa referência a Jerônimo Rodrigues, nome do PT a governador.

## Avaliação

Um petista procurou ontem a coluna para dizer que, em sua avaliação, há um equívoco das forças progressistas e, especialmente, petistas da Bahia em achar que Lula pode tudo, inclusive, eleger quem ele quiser ao governo baiano. Segundo ele, quem pensa desta forma esquece que os tempos mudaram, o presidente Jair Bolsonaro (PL) está vivo, o prestígio de Lula decaiu e que hoje ele não pode mais estar puxando mas precisa também ser "empurrado e puxado".



Lula

## Operação

A Polícia Federal iniciou ontem uma operação contra um esquema de fraudes na Previdência Social, com quatro mandados de busca e apreensão nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Amargosa, no Recôncavo Baiano. Um servidor público federal foi afastado do cargo. Batizada de "Marco Reverso", a operação identificou que o servidor público, que trabalhava nas cidades de Amargosa e Muzilpe, inseria tempos de atividades urbanas e rurais no sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para conceder benefícios fraudulentos.

## Indenização

O engenheiro Zuleida Veras, dono da construtora baiana Gautama e alvo da operação Lava Jato, exige ressarcimento pelo que perdeu e pelo que alega ter deixado de ganhar. São R\$ 50 milhões apenas por danos morais. Ele foi acusado de corrupção e fraudes em obras públicas, provocando um prejuízo aos cofres públicos calculado em 350 milhões de reais. O empresário respondeu a quarenta processos, mas ficou livre de condenações. A informação é da "Veja".

## Novos casos

Ontem, foram registrados 1.105 casos de Covid-19, 1.229 recuperados e mais 25 óbitos na Bahia. Dos 1.525.657 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.494.626 já são considerados recuperados e 29.626 tiveram óbito confirmado. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.795.360 casos descartados e 326.508 em investigação. Na Bahia, 62.781 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

## Imunizados

Até ontem, 11.426.021 pessoas haviam sido vacinadas com a primeira dose, 10.454.274 com a segunda dose ou dose única e 4.492.546 com a dose de reforço. Do público de 5 a 11 anos, 763.280 crianças já foram imunizadas com a primeira dose e 98.838 já tomaram também a segunda dose. Ao todo, foram distribuídas 464,8 milhões de vacinas contra a Covid-19 no Brasil. Dessas, 391,5 milhões de doses chegaram aos braços dos brasileiros como D1 e D2 – respectivamente 171,8 milhões e 153,7 milhões.

## GAUDÊNCIO TORQUATO

### Imbróglia nas redes sociais

Ao ser perguntado sobre as leis que outorgara aos atenienses, Sólon, um dos sete sábios da Grécia antiga, respondeu: "Dei-lhes as melhores que eles podiam aguentar".

Essa poderia, até, ser uma boa resposta dos nossos legisladores se fossem indagados sobre o vasto arsenal legislativo. Temos leis para tudo e todos. A questão, pois, não é de quantidade, mas de aplicação. Os brasileiros, só mesmo depois de alguma punição, "aguentam" se reger dentro das normas. Foi difícil implantar o cinto de segurança no trânsito. Em espaços delimitados para uso exclusivo de pedestres, como no parque do Ibirapuera, em São Paulo, os ciclistas não se conformam em correr em seus corredores sinalizados e acabam atropelando pedestres.

Questão de cultura, dizem. Em Singapura, jogar na rua a pasta de um chiclete mastigado ou a bituca de um cigarro é motivo de punição. Em suma, seja qual for a reforma, esta precisa ser internalizada pelo sistema cognitivo dos consumidores.

Esperamos para ver o fenômeno das fake news nas redes tecnológicas durante a campanha. Será uma onda gigante de mentiras e versões estapafúrdias que deverão inundar os espaços do ciclo eleitoral. Os dispositivos armados para cobrir as meias verdades não darão conta do recado.

A adoção de ferramentas tecnológicas, como a internet, faz parte do mundo contemporâneo e

Tem uma passagem bíblica que fala que alguém pediu sabedoria. Eu sei que não sou tão inteligente assim, e eu pedi mais do que isso a Deus, eu pedi coragem para poder decidir

Bolsonaro

## Parceria

A próxima edição do Carnaval, em 2023, terá transmissão do Band Folia, projeto de sucesso da Band Nordeste, que leva o Carnaval de Salvador para todo o Brasil. A emissora vai montar um estúdio e transmitir para o público de casa todos os detalhes da folia mais esperada do verão, que acontecerá nos dias 17, 18 e 20 de fevereiro. A assinatura da parceria aconteceu ontem, na sede da Band, na Federação, com a participação dos representantes da Arena Fonte Nova, o presidente Dênio Cidreira e o diretor comercial, Alexandre Gonzaga, além dos diretores da emissora, Augusto Correia Lima, diretor regional da Band Nordeste, e Zuleica Andrade, diretora de jornalismo.

## Nomeados

Mais 58 profissionais de saúde aprovados em seleção pública foram nomeados para atuação na rede municipal de Salvador. A lista com os selecionados foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial do Município (DOM). Os convocados deverão se apresentar na sede da Secretaria Municipal de Gestão (Semge), nos Barris, no prazo de 30 dias corridos da data da publicação, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h. Para assinatura dos contratos, os candidatos deverão apresentar carteira de identidade, CPF, PIS/Pasep, carteira de trabalho, título de eleitor, comprovante de votação na última eleição e comprovante de residência, dentre outros documentos. A lista pode ser conferida no site [www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br).



Paulo Câmara

## ICMS

Através de um vídeo divulgado em suas redes sociais ontem, o deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) voltou a criticar o cálculo do ICMS dos combustíveis no Estado, ao mencionar uma matéria, divulgada no último dia 19, que mostra que a Bahia registrou maior preço do diesel no país, segundo levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

## terceira dose

Salvador atingiu, ontem, 55% da população imunizada com a dose de reforço (3ª dose) contra a Covid-19. Conforme dados do Vacinômetro, mais de 1 milhão de habilitados já garantiram no braço o ciclo de imunização completo. Entretanto, 638.529 mil pessoas com 18 anos a mais ainda não completaram o ciclo vacinal, e devem comparecer em caráter de urgência a um dos postos de vacinação. O percentual da cobertura com a primeira dose em Salvador segue em 96%; e 92% é o total do público imunizado com duas doses.

## Degola

O governo estadual deflagrou ontem a degola dos cargos do PP, que rompeu com o PT para apoiar a candidatura de ACM Neto (DEM) à sucessão estadual. Foram duas páginas do Diário Oficial com a lista de indicados pelo partido nas secretarias de Desenvolvimento Econômico e Recursos Hídricos. Entre os sobrenomes famosos que dançaram na guilhotina do governo estão Eria Vilma Negromonte, Jabes Ribeiro Jr., Jadson Ribeiro e Marcelo Cajado Sampaio.



Jabes Ribeiro

## Sábado que vem...

Aliás, a propósito das degolas de ontem, os petistas dizem que o pessoal do PP não perde por esperar porque a semana que vem vai sair a lista dos nomeados pelo partido na secretaria estadual de Planejamento, que era ocupada pessoalmente pelo vice-governador João Leão, cacique da legenda no Estado que vai concorrer a vice na chapa de ACM Neto (DEM).

## Sem representação

A Procuradoria-Geral da República (PGR) não havia recebido, até a tarde de ontem, nenhuma representação decorrente de informações divulgadas em matérias jornalísticas que tratam de aspectos relacionados ao funcionamento do Ministério da Educação. O procurador-geral da República é o baiano Augusto Aras.

## Suspensão

O atendimento ao público na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos (DRFR), na região da Baixa do Fiscal, em Salvador, foi suspenso ontem. O motivo é um protesto dos policiais civis, que pedem a remoção dos internos que já deveriam ter sido transferidos para o sistema prisional. Além da mudança dos custodiados, os servidores pedem que as viaturas passem por manutenção, além da equiparação salarial dos investigadores, escrivães e peritos criminais para nível superior.

## Vice I

O pré-candidato ao governo da Bahia, ACM Neto (UB), agora terá a missão de conciliar os interesses da base aliada e escolher um vice para a chapa. Dois possíveis nomes despontam como favoritos, por ora: o deputado federal Marcelo Nilo (Sem Partido) e o ex-prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo (UB). Segundo Neto, "essa é uma definição que pode ou não acontecer até o dia 2 de abril, que é o prazo final das filiações partidárias". "Assim como eu disse que Zé Ronaldo poderia ter, Marcelo também poderia ter. É um dos nomes que estão sendo analisados nesse momento. Marcelo é uma figura que tem larga experiência política, foi por dez anos presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, diga-se de passagem, sempre militou no campo político oposto ao meu", declarou ontem, em entrevista à Rádio Sociedade.



ACM Neto

## Vice II

O herdeiro carlista ainda confirmou os rumores de que Nilo rompeu com o grupo do governador Rui Costa (PT) por conta da perspectiva de ser candidato ao Senado. "Marcelo tinha, inicialmente, um projeto de ser candidato ao Senado da República, ele não escondia isso de ninguém, mas quando nós demos início à articulação para a vinda de João Leão para o nosso grupo, e que confirmamos a pré-candidatura de João Leão ao Senado federal, previamente Marcelo foi consultado, foi conversado", garantiu.

## Mortes

O Brasil registrou queda de 60,4% na média móvel de óbitos por Covid-19 desde o pico nas ocorrências causadas pela variante Omicron. Segundo o Ministério da Saúde, o recuo foi de 895,36, em 18 de fevereiro, para 354,3, registrado na segunda-feira (21). A média móvel de casos caiu 77,7% desde o dia 5 de fevereiro, quando a pandemia atingiu a máxima histórica de casos, registrando média de 183 mil. De acordo com a pasta, a vacinação contra a Covid-19 é a principal responsável pela queda nos registros.

A conectividade propicia a usuários a efetivação do processo criativo. Deixa de haver aquela margem de subordinação e passividade do leitor/ouvinte das mídias tradicionais. Na Telépolis, global e intensamente interativa, tentar garantir espaços iguais para cada candidato, com direito de resposta a quem se sentir atingido por uma adjectivação mais forte, é querer caçar dinossauros na Avenida Paulista.

Impor rigidez a uma esfera pluridimensional faz parte da mania de fazer leis sobre coisas impossíveis, como é costume por essas plagas. É por isso que muitas leis acabam sendo um tiro de festim. Para complicar ainda mais a moldura eleitoral, o ministro Alexandre de Moraes, que presidirá o pleito, terá de administrar o questionamento da uma eletrônica, um considerável avanço, ante as investidas contrárias a ela, feitas pelo presidente Bolsonaro. Em caso de derrota, certamente se escudaria no argumento de que o sistema eletrônico foi manipulado. Um imbróglia nos espera no princípio de outubro. O eleitorado bolsonarista estará mobilizado para cumprir as ordens do seu "mito". Estaria disposto a sair às ruas em caso de derrota do atual mandatário-mor.

Lembram-se de Sísifo, condenado pelos deuses a subir a montanha, todos os dias, com uma pedra nos ombros para depositá-la no topo? A nossa esperança de que, algum dia, o condenado pudesse cumprir a meta, se esvai. E mais uma vez assistiremos ao desfecho do eterno retorno: ver a pedra rolando montanha abaixo, para desespero de Sísifo, que fará esse exercício (?) por toda a eternidade.

Gaudêncio Torquato é escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

# ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

& NEGÓCIOS

**DIREITO** Após o fim da validade da Lei 14.020, no primeiro trimestre de 2021, 25 mil pessoas com deficiência e reabilitadas perderam trabalho formal no país

## Pessoas com deficiência lutam por empregos



BIANCA CARNEIRO

A pandemia atingiu em cheio o mercado formal de empregos. Em meio à parcela de trabalhadores em busca de uma oportunidade, estão as pessoas com deficiência (PcDs), que também lutam para ter seus direitos e espaços respeitados nas empresas.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que cerca de 25 mil pessoas com deficiência e reabilitadas perderam o emprego formal no Brasil, no primeiro trimestre de 2021. As demissões coincidem com o fim da validade da Lei 14.020, de julho de 2020, que não permitia a demissão de pessoas com deficiência sem justa causa até 31 de dezembro de 2020, devido ao estado de calamidade pública provocado pelo coronavírus.

Somente na Bahia, em 2021, foram registradas 1.071 rescisões de pessoas com deficiência. Isso porque, de março de 2020 a dezembro de 2021, houve o desligamento de 5.155 pessoas com deficiência dos postos de trabalho, sendo que 2.904 ocorreram sem justa causa, por iniciativa do empregado. O levantamento é do Ministério do Trabalho e Previdência, enviado ao Portal A TARDE.

Para a tradutora, intérprete e coach para Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e negócios, Eurides Nascimento, a dificuldade das pessoas com deficiência permanecerem nos empregos vai muito além dos fatores econômicos responsáveis pelo aumento do desemprego em geral. Um dos principais pontos, segundo ela, é o aumento do uso das tecnologias que, muitas vezes, não são acessíveis ou democratizadas para o uso da PcD, criando o chamado 'apartheid digital'.

"Muitas PcDs ficaram aquém da inserção no mercado de trabalho por causa desse apartheid digital e do avanço tecnológico. Além



Divulgação

**Elinilson buscou alternativas para complementar a renda na pandemia**

disso, algumas pessoas com deficiências específicas foram impedidas de transitar na pandemia porque tinham uma possibilidade muito forte de ter sintomas agravados. Essa alta de demissões representa um declínio de conquistas", pontua.

Professora bilingue na área de acessibilidade, Eurides também atua como consultora em empresas, com foco na inserção e permanência da pessoa com deficiência nestas instituições. Um dos beneficiados pelo trabalho foi Elinilson Soares, 40, que é da área das artes, mas também atua como professor de Libras, consultor linguístico e auxiliar administrativo. Ele conta que, apesar de não ter sido demitido no período mais crítico da pandemia, precisou buscar um complemento na renda após ter o horário reduzido. Foi quando começou a trabalhar em lives musicais e artísticas como consultor linguístico, além de dar palestras sobre sua vivência enquanto surdo e artista.

"Eu percebo que hoje é um

**Em 2021, só na Bahia foram registradas 1.071 rescisões de pessoas com deficiência**

momento de muito desafio. As pessoas com deficiência encontraram muitas barreiras durante esse período que vivemos na luta contra a Covid-19. Muitas empresas demitiram em massa, e algumas também faliram. Hoje, eu tenho tentado me fortalecer no trabalho, seja no administrativo ou nos estudos das artes, mas isso não é um processo fácil, é bem complicado. Tenho lutado muito e, se eu pudesse resumir o momento que estou vivendo com uma palavra, seria 'desafio', diz ele.

### Avanço da vacinação

Com a retomada progressiva do mercado, impulsionada pelo avanço da vacinação e redução das medidas de distanciamento social, a expectativa é que os postos de trabalho cresçam. Em Salvador, por exemplo, o Serviço Municipal de Intermediação de Mão de Obra (Simm) ofertou 1.008 vagas de emprego para pessoas com deficiência no ano passado, segundo balanço enviado ao Portal A TARDE. O mês com o maior número foi setembro, com 317, enquanto abril registrou o menor, com apenas nove. A procura por uma oportunidade foi grande: ao todo, o órgão realizou 1.408 encaminhamentos de PCDs para entrevista.

O soteropolitano Jailton Ribeiro, 40, foi um dos que conseguiram uma posição por meio do Simm. Ele, que possui deficiência física, já estava desempregado há cinco anos. "Vinha fazendo muitos processos seletivos,

sem conseguir. Vi a vaga na internet em outubro, fiz a entrevista e deu certo. Hoje, trabalho como empacotador em supermercado", conta ele.

No entanto, não basta apenas criar novas vagas no mercado. Também é preciso melhorá-lo para as pessoas com deficiência, combatendo o capacitismo e fazendo valer a inclusão. É o que pensa o administrador, professor de espanhol e palestrante Jaime Córdova. Chileno naturalizado brasileiro, ele é também diretor do Instituto Inserir, entidade sem fins lucrativos que atua na defesa dos direitos e presta assistência integral às pessoas com deficiência de qualquer natureza. A instituição foi fundada após o nascimento de seu filho Nicholas, de 11 anos, que tem Síndrome de Down.

"A falta de uma mudança cultural para com as PcDs, baixos salários e a falta de políticas públicas e privadas são os maiores problemas. As empresas deveriam criar suas próprias políticas para incentivar as PcDs para inseri-las no mercado de trabalho", diz ele. O Instituto Inserir, através de seu núcleo de empregabilidade, além de capacitar e treinar PcD para inseri-los no mercado de trabalho, também incentiva o empreendedorismo, como começar um negócio, como ser MEI, educação financeira, entre outros. São opções que ajudam a desenvolver e ter seu próprio negócio, muitas vezes sem sair de casa", explica.



## Novos caminhos para o associativismo empresarial



Divulgação

**Cavalcanti afirma que o Consempre busca estimular a valorização das pessoas jurídicas**

Amanhã diversas lideranças empresariais estarão reunidas para um almoço que marca o lançamento do Conselho Consultivo de Entidades Empresariais do Estado da Bahia - Consempre. Trata-se de uma entidade pensada para o fortalecimento do ativismo da função social da empresa, da voz dos empresários e da defesa dos interesses comuns da classe produtiva do estado.

Muito mais que unir as entidades empresariais, o Conselho inicia suas atividades vislumbrando um futuro que permita o reconhecimento da classe empresarial e do empreendedorismo brasileiro, além de promover o engajamento de pessoas e empresas para que sejam protagonistas de transformações do ambiente empresarial e social, principalmente diante deste cenário de retomada da economia.

A grande adesão de líderes empresariais, gestores públicos e ativistas sociais ao almoço de lançamento do Conselho é um termômetro de que as classes produtivas da Bahia estarão empenhadas na conquista de representação política junto ao Governo Federal, Congresso Nacional e as principais instituições do Estado.

Vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB) e coordenador de movimentos como o Via Cidadã e a Certificação da Gestão Consciente da Função Social da Empresa (C-Gescon), o empresário Paulo Cavalcanti justifica a criação do Conselho como uma demonstração de união e engajamento das entidades representativas das classes produtivas do estado em busca de um ambiente mais favorável e com segurança jurídica.

Como destaca Cavalcanti, o Conselho Consultivo de Entidades Empresariais do Estado da Bahia busca estimular a valorização das pessoas jurídicas, fazer com que a atividade empresarial tenha seus direitos constitucionais reconhecidos e respeitados, que cada vez mais empresários reconheçam a importância do seu trabalho e a necessidade de participar da gestão do Brasil.

"Por isso, estou constantemente empenhado em fazer com que cada vez mais empresários se reconheçam como ativistas da função social da empresa. Não podemos continuar limitando a nossa participação política a discussões emocionais nas redes sociais, tomando partido de um ou outro candidato, esperando sempre por um novo salvador da pátria. Este jogo de polarização e de discórdia em nada nos ajuda a transformar as estruturas do nosso país. As mudanças que queremos dependem da participação consciente de cada um de nós", conclui Cavalcanti.

Publicada às quartas-feiras, a coluna mostra a atuação da Associação Comercial da Bahia na defesa do empresariado baiano

## Preconceito é um desafio no mercado de trabalho

O primeiro passo é as empresas entenderem que só têm a ganhar com a diversidade, diz a tradutora Eurides. A partir daí, é preciso deixar os processos seletivos mais acessíveis, respeitando a necessidade linguística de cada deficiência. "Já presenciei PcDs que não conseguiram concluir todo o processo de seleção por não decodificar esse código tecnológico. Um dos problemas é esta questão, que vai desde o processo de divulgação da vaga: se eu for divulgar para uma pessoa cega, muitas vezes o card não dá essa visibilidade. Se for pra pessoa surda, muitos deles não conhecem a língua portuguesa, então essa divulgação poderia vir em língua de sinais, assim como

todo o processo", diz ela.

A dificuldade de comunicação no trabalho também é apontada como um grande problema por Elinilson, especialmente no período da pandemia. "O uso da máscara dificultou ainda mais para as pessoas surdas que fazem a leitura labial. E essa dificuldade perpassou por outros espaços também, na empresa, em espaços de saúde, em lojas. Eu mesmo fui demitido recentemente e enfrentei muitas barreiras. Por conta dessa falta de comunicação, muitos ouvintes ou pessoas que não têm deficiência, acabam compactuando com o capacitismo, achando que a pessoa surda não tem competências e habilidades. E isso acontece muito em Salvador. Muitos surdos, por exemplo,

fazem faculdade em várias áreas de conhecimento, mas não são contratados em cargos equivalentes à sua formação, ou nunca conseguem atuar no mercado de trabalho", relata.

"Precisamos tornar mais acessíveis os espaços de trabalho, contratando intérpretes, confiando funções de liderança também para pessoas surdas, no intento de que alguns preconceitos sejam dissipados, com isso, eu garanto que as pessoas surdas se sentirão mais incentivadas e produzirão ainda mais", continua.

### 'Repreensão e punição'

O advogado Bruno do Amor Divino dos Santos, militante na seara trabalhista e civil, explica que o capacitismo,

preconceito que tem como base a "capacidade" de outros seres humanos, é passível de repreensão e punição, desde que haja denúncia.

"É o pensamento preconceituoso de que a pessoa com deficiência é inferior àquela que não possui deficiência, passando o primeiro a ser tratado de forma jocosa como anormal, incapaz, isso em comparação àquele considerado "perfeito". Travestem-se de brincadeira jargões pejorativos ao profissional que incide em ato considerado prejudicial à empresa, como por exemplo o profissional que faz algo errado em sua função e é apontado por ter "dado mancada". Tal conduta impõe ao profissional que, por

exemplo, possui deficiência motora nos pés ou pernas, condição de inferioridade", afirma ele.

É fundamental que as pessoas com deficiência conheçam seus direitos trabalhistas. Bruno lembra que, por lei, é garantido ao trabalhador com deficiência o mesmo conjunto de normas aplicadas aos trabalhadores de modo geral, como: direito à remuneração, jornada salubre, proteção contra riscos e acidentes, intervalos intrajornada, descanso semanal remunerado, férias, recolhimentos fundiários e previdenciários, bonificações e percepção de horas extras, entre outras.

A Justiça também assegura o cumprimento das contratações de pessoas com de-

ficiência, através das cotas. "A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência", explica o advogado.

No entanto, os números de contratações mostram que as cotas nem sempre são cumpridas à risca. Já antes da pandemia, em 2019, o percentual de PcDs com emprego formal na Bahia correspondia a apenas 50,87% do total de pessoas que deveriam ter sido contempladas pela lei, conforme informações do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil.

LEIA MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

# Satélite



## Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

**“A nossa luta agora é para que o mérito seja trazido ao plenário. Sabemos que há recurso para a valorização dessa categoria tão importante. Foram os heróis sem capa na pandemia”**

**Daniel Almeida**

Deputado federal pelo PCdoB da Bahia, ao comemorar a aprovação do regime de urgência ao projeto que estabelece o piso salarial para profissionais de enfermagem

## Maestro vira equilibrista

O crescimento da oposição na Assembleia Legislativa vai desmontar, a partir do próximo dia 4, o rolo compressor usado pela articulação política do Palácio de Ondina para dominar a pauta nas comissões permanentes da Casa. Desde o primeiro mandato, o governador Rui Costa (PT) contava com ampla vantagem numérica da tropa aliada nos colegiados mais importantes da Assembleia, para acelerar o andamento de projetos de interesse do Executivo e frear propostas contrárias a ele. Segundo cálculos de líderes da base do governo e da bancada oposicionista, cada uma das duas alas passará a ter quatro membros titulares nas comissões estratégicas, como a de Constituição e Justiça e a de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

### PAU A PAU

Com a nova divisão de poder, que será formalizada após a janela de trocas partidárias se fechar, o governador terá extrema dificuldade para aprovar como bem entender matérias nos colegiados onde o comando está na mão dos adversários. É que, com igualdade de votos, cabe ao presidente da comissão desempatar o jogo.

## Volta de quem não foi

O deputado estadual Euclides Fernandes acertou as pontas com a cúpula do PDT e garantiu a permanência na legenda durante a corrida eleitoral. Pressionado pelos cardeais pedetistas, que impuseram sua saída da base governista como condição para ficar no partido, Fernandes prometeu seguir fielmente a ordem da direção da sigla. Ou seja, cortar o laço com o PT e aderir ao bloco do ex-prefeito ACM Neto (União Brasil) na disputa pelo governo. Já Roberto Carlos, embora tenha sinalizado desejo de continuar no PDT, não fez qualquer gesto concreto de que deixará o arco petista. “Sem isso, ele terá que buscar outro abrigo para tentar se reeleger”, resumiu o deputado federal Félix Mendonça Júnior, presidente estadual do partido.

## Ponto de peregrinação

Além de causar mais uma baixa na trupe do Palácio de Ondina com a ruptura de Euclides Fernandes, o PDT pode se beneficiar bastante da trapalhada do PT que implodiu o xadrez do governo para a sucessão estadual. Nos últimos dias, a sigla virou alvo do assédio de integrantes do PSB e PCdoB insatisfeitos com a lambança e dispostos a mudar de ares sem perder as origens. Traduzindo: buscam o PDT por ser um partido com viés de esquerda e não submisso aos petistas.

## No vácuo

Em movimento simultâneo, o deputado estadual Marcelinho Veiga fechou acordo para entrar no União Brasil. Genro do deputado federal Marcelo Nilo, Veiga acompanhou os passos do sogro, se desfilou do PSB e migrou para a oposição. Agora, só falta Nilo definir o futuro, em uma maratona que acaba em menos de duas semanas. Republicanos é o caminho ideal, mas ele ainda encontra resistências do lado de lá.

## Muro na pista

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral proibindo a sondagem do instituto Opnus que associa as intenções de voto do candidato petista, Jerônimo Rodrigues, e de ACM Neto ao apoio de presidienciáveis, divulgada anteontem, cria um precedente judicial para barrar a principal tática do PT. Em suma, manipular o cenário com a tortura de pesquisas.

**IMPLANTES ORTOPÉDICOS. (ÓRTESES, PRÓTESES, ARTROSCÓPIA)**  
**TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO.**  
**PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.**  
**ATENDIMENTO PERSONALIZADO.**

**BAHIA MED**  
Comércio de Materiais Hospitalares Ltda.  
Est. 1997

RUA PROFESSOR LEMOS DE BRITO, 28 - BARRA TEL 3264.9699

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI - BA**  
**AVISO DE LICITAÇÃO PP012-2022-SRP - PA 036-2022.** Objeto: Aquisição de pães para diversas secretarias. Data: 05/04/22, às 09hrs. Local: Centro de Cultura Albini Luciani, situado na Praça Custódio Barbosa, S/nº - Centro, Jaguarari-BA. Jaguarari-BA, 22 de março de 2022. TASSIO RODRIGUES PINHEIRO - Pregoeiro.

**AVISO DE LICITAÇÃO TP007-21 - PA 210-2021.** Objeto: Contratação de Serviços de Publicidade. Data: 28/03/22, às 09h00hrs. Local: Centro de Cultura Albini Luciani da Paróquia de Jaguarari, situado na Praça Custódio Barbosa, S/nº - Centro, Jaguarari-BA. Informações: licitajaguar@gmail.com. Jaguarari-BA, 22 de março de 2022. EDSON REIS DE OLIVEIRA, CAR Presidente CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AIQUARA**  
**CNPJ N: 13.769.609/0001-71**

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PE-002-2022-SRP**  
O MUNICÍPIO DE AIQUARA - BA, torna público, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-002-2022-SRP, menor preço por lote, que tem como objeto, Contratação de empresa através do registro de preços - SRP, para aquisição de gêneros alimentícios para atender às diversas, deste município, conforme termo referência, que será realizada no dia 05/04/2022, às 09:00 hs. Informações pelo tel: (0\*\*73) 3547-2312. Aiquara - BA, 23 de março de 2022, Victor Otavio de Souza Laurindo Presidente.

**AVISO DE LICITAÇÃO PE-004-2022**  
O MUNICÍPIO DE AIQUARA - BA, torna público, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-004-2022, menor preço por item, que tem como objeto, Aquisição de peixes congelados, a serem distribuídos na Semana Santa, para a população da sede e zona rural deste município, de acordo com as especificações, anexo I do edital, que será realizada no dia 04/04/2022, às 11:00 hs. Informações pelo tel: (0\*\*73) 3547-2312. Aiquara - BA, 23 de março de 2022, Victor Otavio de Souza Laurindo Presidente.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO**  
**CNPJ N: 13.452.058/0001-65**

**AVISO DE LEILÃO**  
DATA: 01 DE ABRIL DE 2022 AS 11:00 HORAS. LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO. VEÍCULOS (CAMINHÕES, CAMINHOTES, VANS, CARROS) E SUCAÇATAS DE MATERIAS DIVERSOS. DATA PARA VISITAÇÃO 28/03 A 01/04, AS 08:00 AS 13:00 HS. LEILOEIRO OFICIAL: ANTONIO ROMERO FERREIRA DA SILVA, MAT.07/1556567. INFORMAÇÕES: EDITAL COMPLETO NO SITE HTTP:// WWW.LEILOESCOSTAESILVA.COM.BR E WWW.CCJLEILOS.COM.BR. TELEFONES: (71)981719361(CLARO) (71)987395589 (OI)(71)99257571(TIM) (71)999245614(VIVO) (75)988180183(OI-WHATSAPP); EMAIL: ROMEROSILVA@LEILOS-COSTAESILVA.COM.BR

**AVISO DE RETIFICAÇÃO AO RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**  
Nas matérias veiculadas em 21/03/2022 no DOM - Edição nº 1749, o Jornal de Grande Circulação referente ao julgamento de Habilitação de Concorrência Pública N. 01/2022, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em engenharia civil para executar serviços na CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COM 12 SALAS DE AULA, PADRÃO FNDE, na sede deste Município de Sítio do Quinto, Leia-se "Sítio do Quinto, 18/03/2022, Maria Simone Vieira Cruz, Presidente da CPL", em complemento ao aviso. Inalteradas as demais disposições

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
O Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado da Bahia - SINDOPEC, CONVOCA OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS relacionadas abaixo, para Assembleias Gerais Extraordinárias, em primeira convocação com a presença de 2/3 dos empregados, ou em segunda, 30 minutos após, com 1/3, permanecendo até votar o último que comparecer, para deliberar sobre: 1) Pauta de Reivindicações a ser apresentada ao patronato; 2) Outorga de poderes ao Sindicato para negociar, assinar Acordos Coletivos de Trabalho, ou malogradas as negociações, ajustar Discurso Coletivo. EMPREGADOS DAS EMPRESAS, datas, horários e locais das assembleias: 1- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, dia 28/03/22, 09:00h, Sede - Av. Luiz Viana Filho, 250, Conj. SEPLAN - CAB, Salvador-Ba e Escritórios Regionais/CETAs: Feira de Santana - Rua Senador Quirino, 523 - Olhos D'Água Itabuna - Av. José Soares Pinheiro, 705 - Centro; Jacobina - Av. Orlando Oliveira Pires, 801 - Centro e Juazeiro - Lotamento São Francisco, Rua Engenheiro Geraldo Viana, 07 - Country Club; 2- Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, 24/03/22, 14:00h, no Auditório da Empresa, 4ª Av. 460-CAB, SSA -BA; 3 - FAPEX, dia 29/03/22, 6:30 h, Auditório do Hospital Ana Nery, Rua Saldanha Maranhão, 861, Caixa D'Água, Salvador-Bahia; 4- INTERTEK do Brasil Ltda, dia 30/03/22, 07:00h, Via Malum, s/nº, Porto de Aratu, Candeias-BA; 5- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado da Bahia - SEBRAE/BA, dia 31/03/22, 11:00h, Auditório Ed. Sede, Rua Artur de Azevedo Machado, 1225 - Costa Azul - Salvador-BA e Unidades Regionais: Barreiras - Av. Benedita Silveira, 132 - Ed. Portinari, Térreo, Centro; Itacá - Rua Coronel Terêncio Dourado, 161 - Centro; Feira de Santana - R. Governador Roberto Santos, 32 - Centro; Santo Antônio de Jesus, R. Ruy Barbosa, 22/26, Ed. Saena, loja 3, sala 104 - Ilhéus, Praça José Marcelino, 100 - Térreo, Centro; Jacobina - Rua J.J. Seabra, 69 - Prédio ACIJA - Centro; Juazeiro - Rua Coronel João Evangelista, s/nº 22 Térreo - Centro; Teixeira de Freitas - Av. Presidente Getúlio Vargas, 3896 - Centro; Vitória da Conquista - Rua Coronel Guigé, 221, Centro; 6- SCS do Brasil, dia 30/03/22, 08:30h, Refeitório da Empresa - Via Matum, s/nº, Porto de Aratu, Candeias-BA, Salvador, 21/03/2022. Louival Lopes - Coordenador Geral.

# Economize comprando o pescado da Semana Santa com antecedência



Foto: Romildo de Jesus

CLEUSA DUARTE REPORTER

As peixarias alertam a população para que não realizem as compras da Semana Santa na última hora. Os preços do peixe e camarão estão elevados em relação ao ano passado, mas a perspectiva é de que comece a aumentar em 2 dias. Por isso, quem desejar manter sua ceia bem feita sem gastar em excesso pode comprar agora e congelar aguardando a hora de colocar no fogo.

"O preço dos produtos está a mais ainda, mas futuramente é inevitável que suba, porque é época de comer peixe e frutos do mar. A demanda aumenta e vem o reajuste, infelizmente é isso", alerta Antônio da Peixaria Antônio do Camarão, no mercado do peixe.

Em relação aos camarões com casca existem três tipos: Pistola, intermediário e médio. O quilo da pistola está saindo por R\$45,00, do intermediário R\$35,00 e do médio R\$25,00. Já sem casca são dois tipos: o filezinho e filé médio que custam res-

pectivamente R\$30,00 ou R\$20,00.

"Eu falo sempre para os clientes que podem comprar até 20 dias antes, ou um mês sem medo é só colocar no freezer. Congela e depois tira no dia de fazer. Não pode ficar congelando e descongelando, tem que deixar congelado."

Já em relação aos peixes os preços mais em conta são da corvina e da arraia. "A corvina está saindo por R\$17,00 o quilo e a arraia o mesmo preço, mas a vista eu faço até por R\$15,00. Um pouco mais caro mas bastante pro-

## FEIRAS

Melhor comprar os produtos com antecedência para não ter que pagar mais caro

olho de boi está saindo por R\$30,00, "a tendência é começar a aumentar os preços com a aproximação da Semana Santa", reforça.

A dona de casa Luciana de Jesus vem realizando suas compras com antecedência e comentou que às

vezes falta até os produtos na última hora, "venho comprando, chego em casa limpo, descamo ou descasco e tempero. Coloco numa vasilha fechada e congelo. No dia descongelo e preparo o alimento. Nunca deu errado, vale a pena se adiantar."

vezes falta até os produtos na última hora, "venho comprando, chego em casa limpo, descamo ou descasco e tempero. Coloco numa vasilha fechada e congelo. No dia descongelo e preparo o alimento. Nunca deu errado, vale a pena se adiantar."

## Prefeitura nomeia mais 58 profissionais de saúde

Mais 58 profissionais de saúde aprovados em seleção pública foram nomeados para atuação na rede municipal. A lista com os selecionados foi publicada na edição desta terça-feira (22) do Diário Oficial do Município (DOM).

Entre os nomeados estão seis médicos sorocistas para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), quatro pediatras, três clínicos, 13 enfermeiros, cinco farmacêuticos, quatro psicólogos, dois sanitarianos, dois assistentes sociais, dois fiscais sanitários, cinco técnicos de laboratório, dois nutricionistas, quatro técnicos de saúde bucal, além de médico veterinário, odontólogo, auxiliar de

saúde bucal, técnico em radiologia, técnico em enfermagem e agente de combate às endemias.

Os convocados deverão se apresentar na sede da Secretária Municipal de Gestão (Semge), nos Barris, no prazo de 30 dias corridos da data da publicação, das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h. Para assinatura dos contratos, os candidatos deverão apresentar carteira de identidade, CPF, PIS/Pasep, carteira de trabalho, título de eleitor, comprovante de votação na última eleição e comprovante de residência, dentro outros documentos. A lista pode ser conferida no site [www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br](http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br).

Foto: Bruno Concha



## SELEÇÃO Convocados vão atuar na rede municipal de saúde

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRITIBA AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 03/2022. Tipo: Menor Preço Global. Abertura: Dia 07 de abril de 2022, na Sede da Prefeitura, às 09:00 horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção do sistema de abastecimento de água de comunidades rurais do município de Piritiba. Os interessados terão acesso ao instrumento convocatório e informações adicionais no Setor de Licitações com a CPL, à Rua Francisco Horácio Sampaio, S/N, Centro, CEP – 44.830-000, Piritiba - Bahia, fone (074) 3628-2153, das 8:00 às 11:30 horas. Piritiba-BA, 22 de março de 2022. - Leônir Araújo Pires – Pregoeiro Oficial.

### GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022 (SET/DES/DESB) Processo eletrônico (SIE) nº: 069.1469.2021.0002730-11. A Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia e a Mega Dades Comercio Eireli (CNPJ: 60.699.188/0001-30), firmam a presente Ata de Registro de Preços do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, LOTES DIVERSOS, PARA A PRÁTICA ESPORTIVA, com abrangência em todo o Estado da Bahia. Vigência: 12 (doze) meses. As despesas decorrentes da execução de cada contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente a cada Órgão ou Entidade solicitante. Salvador/BA - 22/03/2022. - Osvaldo Rodrigo dos Santos Ramos - Presidente da Comissão.

### UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO (PE) 045/2022 PE 045/2022 OBJETO – Aquisição de Gases Nitrogênio, Oxigênio, Patrimônio Líquido R\$ 30.000,00. ID B. BRASIL 927295. DATA: 06/04/2022 às 09:00h. Os interessados poderão obter informações e, ou, Edital e seus anexos no Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade, Km 16 da Rodovia Ilheus/Itabuna, Ilheus (BA), na sala do Setor de Licitação SILEC, no 3º andar da Torre Administrativa da UESC, ou através do site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) ou, pelo site [WWW.comprasnet.ba.gov.br](http://WWW.comprasnet.ba.gov.br) ou ainda no site de [www.uesc.br/road](http://www.uesc.br/road) Informações pelo (73) 3980-5056, no horário de 08:00 às 16:00 horas. Ilheus, 22 de março de 2022. – Patricia Evangelista Vendiano. – Pregoeira Oficial.

### GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO – SIHS CIA. DE ENGENHARIA HÍDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA – CERB

AVISO AOS ACIONISTAS H Convocação Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da Cia. de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia – CERB, na Sede da Empresa, localizada na Avenida Luiz Viana Filho, 3/Avenida no 300 – CAB, nesta Capital, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76, referentes às Demonstrações Financeiras do exercício de 2021.

Salvador, 21 de março de 2022.  
Fábio Rodamilans Silva  
Presidente do Conselho de Administração

## DIVERSIDADE Iniciativa visa diminuir a desigualdade racial no trabalho

Mulheres negras levam 10 anos a mais do que as brancas para ocuparem cargos de liderança, é o que nos informa o EmpregoAfro, consultoria em RH e Diversidade Étnico-Racial. O dado, que revela uma enorme desigualdade racial no mercado de trabalho, foi um dos pontos de partida para o desenvolvimento de Minha Cor S.A., criada como uma empresa fictícia para expandir a conexão entre recrutadores e profissionais autodeclarados negros no LinkedIn. A iniciativa da Avon, que já pode ser incorporada por profissionais e empresas, visa contribuir para romper barreiras de desigualdade, reforçar o orgulho identitário das pessoas negras e ajudar na transformação do mercado de trabalho.

Dando continuidade na jornada para se tornar tão diversa quanto o Brasil, a sua maioria, por pessoas brancas", complementa. E, com a empresa fictícia, queremos mudar esse cenário, rompendo barreiras que são frequentes em ações de recrutamento, como as redes de indicação, formadas, em Avon) que engloba diversas iniciativas, internas e externas, com foco em acelerar o cumprimento das metas do Compromisso Antirracista da companhia. "A ideia da Minha Cor SA surgiu para ajudar a Avon e outras empresas a encontrar talentos negros, especialmente mulheres negras. Sabemos que ainda há uma longa caminhada para a inclusão étnico-racial no mercado de trabalho e queremos contribuir para acelerá-la", explica Daniela Moura, diretora de Recursos Humanos na Avon Brasil. "Nosso desejo é ter mais empresas nesse movimento junto com a gente."

### TELEVISÃO ITAPOAN S/A

CONVIMOS AOS ACIONISTAS CNPJ Nº 15.122.492/0001-65 Comunicamos aos acionistas, que se acham à disposição da Companhia, localizada na Rua Jardim Freixo nº 81, Federação, Salvador, BA, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Salvador, BA, 23 de março de 2022.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DO FUNDADO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO DETRAN DO ESTADO DA BAHIA- SINDETRAN/BA A presidente do SINDETRAN/BA – Sindicato dos Servidores do DETRAN do Estado da Bahia, CNPJ 13.829.105/0001-80 com base territorial em todo Estado da Bahia, Sra. Rita de Cássia dos Santos Almeida Castro Tanajura, CPF 288.329.145-49, com endereço para correspondência na Rua Arthur D'Almeida Couto-46 - Ed. Estrela, Ap. 002 – Via Laura, Salvador/BA – CEP 40.270-100, convocamos todos os servidores do DETRAN/BA, ativos e aposentados, eletrônicos e físicos para Assembleia Geral Extraordinária de Ratificação da Fundação do Sindetrans/BA, conforme disposto na Portaria 07/2021 de 08/11/2021 do Ministério do Trabalho e Previdência e com todas as precauções e distanciamento conforme determina a legislação vigente e a OMS, em relação à proteção contra a COVID-19, a ser realizada no dia 27 de abril de 2022, tendo como local de realização a sala 205 de Edif. Sebastião Xavier nº 124, Ladeira Córrego Pereira, Macaé das Salvoiras/BA – CEP 40.302-270, iniciando às 10h00min em primeira chamada ou às 10h30min em segunda e última chamada com o seguinte número de inscrição: 01 (um) e 02 (dois) e a seguinte ordem do dia: 1) Ratificação de todos os atos administrativos e financeiros do Sindetrans/BA, realizados entre 22 de outubro de 2020 até 27 de abril de 2022; 2) Ratificação de Fundação do Sindetrans/BA (CNPJ 13.829.105/0001-80); 3) Leitura e aprovação do Estatuto Social do Sindetrans/BA; 4) Eleição, apuração dos votos e posse da Diretoria Executiva e demais cargos do Sindetrans/BA, em conformidade com o Estatuto aprovado; 5) Formação do Sindetrans/BA e FEITRAN (CNPJ 19.137.845/0001-51); 6) Eleição e posse dos representantes do Sindetrans/BA junto à FEITRAN; 7) Demais deliberações de interesse da categoria. Salvador, 23 de março de 2022. - Rita de Cássia dos Santos Almeida Castro Tanajura - Presidente do Sindetrans/BA.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE IGRAPUANA AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 02/2022

O MUNICÍPIO DE IGRAPUANA, ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, gestora do Sus/Grapiuna, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que iniciará, no período de 24/03/2022 até 31/12/2022, credenciamento de pessoas jurídicas privadas com ou sem fins lucrativos de assistência à saúde, interessadas em firmar Contrato visando a prestação direta de serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde de Grapiuna, em especialidades constantes das Tabelas do SIASUS editadas pelo Ministério da Saúde e publicadas no Diário Oficial da União e definidas neste Edital, cujo procedimento obedecerá as seguintes condições regulamentares. O Edital encontra-se disponível no Portal da Transparência (<http://grapiuna.ba.gov.br/transparencia>). Informações podem ser obtidas pelo e-mail [colic@grapiuna.ba.gov.br](mailto:colic@grapiuna.ba.gov.br). Grapiuna, 22 de março de 2022.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI CNPJ Nº 14.109.763/0001-80

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº. 0044/2022 (ELETRÔNICO) – COMPEL – AVISO DE SUSPENSÃO - A Comissão Central Permanente de Licitação – COMPEL, designada pelo Decreto Municipal nº 7.702/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que em virtude de questionamentos e pedido de impugnação, realizado por empresas interessadas em participar do certame e por não haver tempo hábil para resposta, fica SUSPENSA a sessão Acolhimento: 23/03/2022 a partir das 08h00min. Abertura: 23/03/2022, às 10h00min e Disputa: 23/03/2022, às 11h00min do PREGÃO Nº. 0044/2022 (ELETRÔNICO) – COMPEL, cujo objeto é o registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de oxigênio e ar comprimido, de frascos de vidro, incluindo locação de cilindros, transporte, instalação, conexão dos equipamentos de suprimentos e/ou reguladores de pressão, visando dar suporte aos pacientes do Município de Camaçari. Informações a nova data de abertura, em Camaçari, 22 de março de 2022. Monique de Jesus Fonseca Senra – Pregoeira Oficial. COMPEL.

## Rui autoriza construção de escola e recuperação de trecho da BA-120

Em visita a Gandu, nesta terça-feira (22), o governador Rui Costa assinou ordem de serviço para a recuperação de mais de 47 quilômetros da BA-120, no trecho entre o município e Ibiraitia, beneficiando 157 mil pessoas. Na ocasião, acompanhado do secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, Rui autorizou a ampliação e modernização do Colégio Polivalente, com implantação de 36 salas, laboratórios, biblioteca, auditório e complexo esportivo.

"Gosto sempre de comemorar com o que acho de mais importante, que para mim são os investimentos em educação, porque isso transforma a vida das pessoas. E hoje anunciei três ações importantes na área. A ampliação das

duas escolas estaduais, com equipamentos e construção de salas. Um convênio para que o município construa uma nova escola de tempo integral e um pedido que recrie aqui, de uma escola para acolher alunos com algum grau de deficiência, espaço que vai ser articulado pela Apaee", explicou Rui.

### ESTRUTURA

Após a reforma, que conta com um investimento de mais de R\$ 6 milhões em obras, o Polivalente terá estrutura com refeitório, setor administrativo e quadra poliesportiva coberta, vestiários e campo society com arquibancada e pista de atletismo para receber melhor os alunos matriculados na unidade.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI**  
CNPJ Nº 14.109.763/0001-80

**PREGÃO Nº. 0053/2022 (PRESENCIAL) – COMPEL - AVISO DE ABERTURA -**  
Objeto: Registro de preço para prestação de serviço especializado para organização e produção de eventos da Secretaria de Cultura. Abertura: 05/04/2022 às 09h00min – Edital/Informações: [www.compras.camacari.ba.gov.br](http://www.compras.camacari.ba.gov.br). Tel.: (71) 3621-6880. Michelle Silva Vasconcelos – Pregoeira da COMPEL.

**PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 0045/2022 - COMPEL - AVISO DE ABERTURA.**  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CHAMADA AVULSA, SOB REGIME DE COBERTURA TOTAL, DOS EQUIPAMENTOS DE AUDIO, ILUMINAÇÃO E CÊNICO DOS ESPAÇOS CULTURAIS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI-BA, INCLUINDO SERVIÇOS DE PLANTÃO, EMERGENCIA E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO COM ATENDIMENTO ON-SITE (NO LOCAL) E DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTRUTURA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Abertura: 06/04/2022 às 09h00min – Edital/Informações: [www.compras.camacari.ba.gov.br](http://www.compras.camacari.ba.gov.br). Tel.: (71) 3621-6880. Jussara Souza de Oliveira – Pregoeira da COMPEL.

**Cotação Agropecuária**

PRODUTO	PREÇOS	UNIDADE	PREÇO
BOI CORADO	ENFILADO	ARROBA	16,50
	FEIJO DE SANTANA	ARROBA	12,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	14,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
CARIÓTIPO	ANJARI	ARROBA	28,00
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	ARROBA	31,00
	CAMPO FORMOSO	ARROBA	33,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
LEITE	FRANCO DE CORTE	ARROBA	1,30
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	1,30
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	1,30
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	1,30
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	1,30
OVINO	ANJARI	ARROBA	28,00
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	ARROBA	31,00
	CAMPO FORMOSO	ARROBA	33,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
	FRANCO DE CORTE	ARROBA	12,00
SUÍNO	SUKOROR	QUILO	6,10
	SUKOROR	QUILO	6,10
AGRICULTURA	ALGODÃO EM FIBRA	BARRELA	276,00
	BOI DE CARIÓTIPO	BARRELA	304
	BOI DE CARIÓTIPO	BARRELA	304
	BOI DE CARIÓTIPO	BARRELA	304
	BOI DE CARIÓTIPO	BARRELA	304
CAFÉ ARABICA	DESPULPADO	SACA 60 KG	1.380,00
	DESPULPADO	SACA 60 KG	1.370,00
	DESPULPADO	SACA 60 KG	1.410,00
	DESPULPADO	SACA 60 KG	1.370,00
	DESPULPADO	SACA 60 KG	1.370,00
CAFÉ CONILON	1967	SACA 60 KG	720,00
	1967	SACA 60 KG	720,00
	1967	SACA 60 KG	720,00
	1967	SACA 60 KG	720,00
	1967	SACA 60 KG	720,00
FRIO - CARCÃO	FRIO - CARCÃO	SACA 60 KG	35,00
	FRIO - CARCÃO	SACA 60 KG	35,00
	FRIO - CARCÃO	SACA 60 KG	35,00
	FRIO - CARCÃO	SACA 60 KG	35,00
	FRIO - CARCÃO	SACA 60 KG	35,00
MILHO	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO	4,50
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO	4,50
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO	4,50
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO	4,50
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	QUILO	4,50
SOLSA	SOLSA	SACA 60 KG	17,67
	SOLSA	SACA 60 KG	19,88

CONFIRA TAMBÉM NO NOSSO SITE **SISTEMA.FAEB.ORG.BR**

**FAEB SENAR SINDICATOS**

# Secretário de Guedes critica ideia de subsidiar gasolina

BRASÍLIA

No momento em que o presidente Jair Bolsonaro defende abertamente zerar os impostos federais sobre a gasolina, o Ministério da Economia avaliou ontem que essa medida não é uma “boa política” pública. O secretário especial do Tesouro e Orçamento da pasta, Esteves Colnago, afirmou que subsidiar a gasolina beneficia principalmente a classe média alta.

Auxiliar do ministro Paulo Guedes, Colnago defendeu, porém, a redução dos impostos federais sobre o óleo diesel.

— O diesel é diferente porque está atendendo transporte urbano, caminhão, navios, quem transporta alimentos e a população. Ele tem uma externalidade positiva e um efeito econômico mais evidente do que reduzir (o imposto da) gasolina, que em grande parte atende a classe média alta — disse o secretário.

## ‘PRESSÃO SEMPRE PRESENTE’

O governo zerou os impostos federais sobre o óleo diesel, com impacto de R\$ 19 bilhões nas contas públicas e de R\$ 0,33 na bomba. Logo em seguida, Bolsonaro pas-

sou a falar publicamente na redução dos impostos federais sobre a gasolina.

Os impostos cobrados pelo governo federal sobre a gasolina representam R\$ 0,69 no litro do combustível, com arrecadação de cerca de R\$ 30 bilhões. Colnago admitiu que há pressão para reduzir o imposto, mas disse que essa não é uma boa política pública:

— A pressão está sempre presente. Para novas políticas públicas, para reduzir impostos. Existe essa pressão, (mas) nós entendemos que não é uma boa política, porque está atendendo a um pessoal de classe média alta. Eu deveria olhar aquele que mais precisa.

Colnago ressaltou que nem sempre é verdade que a gasolina atende principalmente a classe média alta, mas disse que reduzir o imposto desse produto é medida cara.

— É injustificável? Não. É muito caro e entendemos que há políticas mais adequadas, se for o caso e quando for o caso. Entendemos que ainda não é o caso. As coisas podem evoluir nesse sentido? Podem. Mas entendemos que ainda não está nessa situação — disse. (Manoel Ventura)



Convite à Apresentação de Manifestação de Interesse - Serviços de Consultoria Individual/Brasil - Contrato de Empréstimo N° 4554/OC-BR. Processo Licitatório N° 0004.2022.CELI3-PROFISCO.CI.001.SEFAZ-PE. Convidamos os profissionais de consultoria elegíveis pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID a apresentarem o seu interesse em participar da seleção para serviços de assessoria técnica na definição de concepção, licitação e acompanhamento dos projetos e licitação para execução dos serviços de implantação do sistema de climatização do Edif. Sede da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. Manifestações de Interesse até: 07/04/2022 às 17h00min. O Convite, na íntegra, poderá ser retirado no site: [www.licitacoes.pe.gov.br](http://www.licitacoes.pe.gov.br) - Secretaria da Fazenda - SEFAZ. informações pelo e-mail: [cel3profisco@gmail.com](mailto:cel3profisco@gmail.com). Recife, 22/03/2022. Maria Gorete Brandt de Carvalho - Presidente CEL I3/PROFISCO.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/03/2022	Coluna: Economia



## GOVERNO BLOQUEIA R\$ 1,72 BI DO ORÇAMENTO DE 2022



admin 22 Março, 2022

A possibilidade de estouro no teto de gastos fez o governo bloquear R\$ 1,722 bilhão do Orçamento de 2022, anunciou há pouco o Ministério da Economia. Segundo a pasta, o bloqueio será necessário para recompor despesas com o funcionalismo público, que estavam subestimadas, e aumentar subsídios.

O bloqueio de verbas foi divulgado hoje (22) e a distribuição dos cortes pelos órgãos do Poder Executivo Federal será divulgada em decreto presidencial a ser editado até o fim do mês.

O contingenciamento é bastante inferior ao corte de R\$ 28,9 bilhões do Orçamento de 2021. No primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do ano passado, foram vetados (definitivamente cancelados) R\$ 19,8 bilhões em gastos e contingenciados (bloqueados temporariamente) R\$ 9 bilhões. Nos quatro meses seguintes, o valor bloqueado foi totalmente liberado.

De acordo com o relatório, a estimativa de despesas com o funcionalismo federal para este ano foi revisada de R\$ 336,102 bilhões para R\$ 338,551 bilhões, alta de R\$ 2,448 bilhões. A previsão de gastos com subsídios, entre os quais estão englobados o Plano Safra, foi revisada de R\$ 13,378 bilhões para R\$ 18,472 bilhões, aumento de R\$ 5,094 bilhões.

Os aumentos em alguns gastos foram compensados em parte pela revisão de outras despesas, como o abono salarial e o seguro desemprego (-R\$ 1,446 bilhão) e demais despesas obrigatórias (-R\$ 2,105 bilhões). Mesmo assim, as novas estimativas estourariam o teto de gastos em R\$ 1,722 bilhão, o que justifica o bloqueio dos recursos.



Veículo: Metro1	
Data: 22/03/2022	Caderno: Economia



## ECONOMIA

### ***Governo anuncia bloqueio de R\$ 1,72 bi no orçamento 2022 por causa do teto de gastos***

Áreas onde as restrições vão ser implementadas ainda não foram detalhadas e devem constar em um decreto presidencial, a ser editado até o fim do mês



Foto: Agência Brasil

Por: **Metro1** no dia 22 de março de 2022 às 16:31

O Ministério da Economia anunciou nesta terça (22) um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão em gastos públicos previstos para 2022. A informação está no relatório de receitas e despesas do orçamento deste ano e foi divulgada pelo portal G1.

As áreas onde as restrições vão ser implementadas ainda não foram detalhadas e devem constar em um decreto presidencial, a ser editado até o fim do mês.

O Ministério da Economia diz que o bloqueio visa a recompor gastos obrigatórios, antes subestimados, como despesas com pessoal. Parte também vai ser usada para aumentar subsídios, incentivos a setores da economia, como o Plano Safra.

O valor do corte no orçamento é bem menor do que o realizado no ano de 2021, que totalizou R\$ 29 bilhões — anunciado no momento em que a peça orçamentária foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro.

O teto de gastos foi promulgado pelo Congresso em 2017. A regra prevê que a soma dos gastos primários do governo só pode crescer até o limite da inflação do ano anterior.

Veículo: Metro1	
Data: 22/03/2022	Caderno: Justiça



## JUSTIÇA

### ***TSE analisa se governo pode reduzir preço da gasolina em ano eleitoral***

Sessão será transmitida, ao vivo, a partir das 19h, pela TV Justiça e pelo canal do TSE no YouTube



Foto: **Reprodução**

Por: **Metro1** no dia 22 de março de 2022 às 19:00

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) analisa nesta terça-feira (22) se o governo pode baixar o preço do combustível em ano eleitoral. A informação foi divulgada pelo portal Metropoles.

A sessão será transmitida, ao vivo, a partir das 19h, pela TV Justiça e pelo canal do TSE no YouTube.

Os ministros analisam consulta formulada pela Advocacia-Geral da União (AGU) sobre o tema. O questionamento é se uma redução de alíquota de impostos em 2022, ano das eleições, viola a lei eleitoral.

A pergunta ocorre porque o presidente Jair Bolsonaro (PL), pré-candidato à reeleição, estuda enviar um projeto de lei complementar, com pedido de urgência, para o Congresso Nacional com a possibilidade zerar a cobrança do PIS/Cofins da gasolina.

Veículo: Política Livre	
Data: 22/03/2022	Caderno: Economia



22 de março de 2022 | 21:45

## ***Alta do petróleo deve reforçar caixa do governo federal em R\$ 37,2 bilhões***

### **ECONOMIA**

O presidente Jair Bolsonaro sempre critica o fato de os governadores tirarem proveito da alta do petróleo para arrecadar mais com o ICMS, mas a valorização do preço do barril no mercado internacional reforçará o caixa do governo federal, especificamente com mais R\$ 37,2 bilhões ao longo de 2022.

O salto de arrecadação ocorre porque o governo recebe receitas que estão diretamente relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e royalties (pagos pelas empresas como uma compensação financeira à União pela produção no Brasil).

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, os preços internacionais dispararam, o que levou ao megarreajuste do preço do diesel, gasolina e GLP (gás de cozinha) pela Petrobras.

O governo terá também um aumento de R\$ 1,8 bilhão de receitas vinculadas à exploração de minério de ferro, cujo preço também subiu no rastro do conflito na Europa. Com o cenário de guerra, as receitas com exploração de recursos naturais prevista para 2022 deu um pulo de R\$ 95,8 bilhões para R\$ 134,5 bilhões.

Esse excesso de arrecadação vem reforçando os argumentos de integrantes do governo que defendem a adoção de um subsídio temporário aos combustíveis com custo de até R\$ 37 bilhões. Esse mesmo valor vem sendo, inclusive, citado nos bastidores do governo por integrantes do Ministério de Minas e Energia e do Palácio do Planalto como um limite para uma política temporária de subsídio.

Em reação às críticas da população pela subida dos combustíveis, que minam sua popularidade, o presidente responde culpando a política de preços da Petrobras e os governadores por não cortarem o ICMS e estarem com caixa cheio com o aumento da arrecadação do imposto estadual que incide sobre os combustíveis.

Para calcular a previsão de receita com a renda do petróleo, o governo utilizou um preço médio do petróleo de US\$ 103,4 por barril, US\$ 26 acima da estimativa anterior de US\$ 77,4.

### **Bombando**

As estimativas do governo fazem parte do primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento deste ano. O relatório, que é uma fotografia do quadro do Orçamento no momento e serve de baliza para a gestão do Orçamento nos próximos meses, apontou um crescimento extraordinário de receitas, mesmo com a economia ainda em ritmo lento e a decisão do governo de abrir mão de R\$ 49,8 bilhões em cortes de tributos.

A previsão de receitas ficou R\$ 87,5 milhões maior, puxada pela arrecadação com petróleo, pagamentos de dividendos pelas estatais e receitas de concessões. No caso de dividendos, o ingresso maior de receitas também é influenciado pelo lucro maior da Petrobras proporcionado pela alta de preços. O governo estimou uma receita de mais de R\$ 12,9 bilhões de dividendos e R\$ 11,2 bilhões de concessões.

### **Incertezas da guerra**

Ao anunciar as novas previsões, o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, deixou clara a posição da equipe econômica em relação ao subsídio: é melhor aguardar o efeito da situação da guerra e das medidas já anunciadas como a redução do PIS/Cofins para diesel que custará este ano R\$ 14,9 bilhões. Colnago disse que não existe um ponto delimitado pelo governo de preço de barril para que o subsídio seja acionado.

Colnago sinalizou que o Ministério da Economia prefere um subsídio localizado, como o vale-gás via o Auxílio Brasil, e é contrário à redução de tributos incidentes na gasolina. Medida que, segundo ele, acabaria beneficiando a classe média mais alta e os mais ricos do País que têm automóveis particulares. “Não é uma boa política”, disse.

Para Colnago, não há “no momento” razões que justifiquem a abertura de um crédito extraordinário do Orçamento para bancar o subsídio. Esse tipo de crédito não é considerado no teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, mas exige urgência, relevância, condições que a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, não considera que existam até o momento. “Tenho dificuldade de ver o crédito extraordinário ser viabilizado, tem que ter justificativa”, disse.

O relatório também prevê um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas para recompor gastos necessários de órgãos do governo que sofreram cortes de recursos na votação do Orçamento pelo Congresso, que preferiu aumentar as emendas parlamentares em ano eleitoral.

O bloqueio ficou abaixo do esperado porque o Congresso não aceitou cortes nas suas emendas em ano de eleições. Não foi divulgada a divisão do bloqueio com os nomes de quais órgãos ou políticas públicas que perderão o dinheiro para preservar as emendas. O Ministério da Economia e Casa Civil ainda estão fechando os dados.

Veículo: Bahia Notícias	
Data: 22/03/2022	



Terça, 22 de Março de 2022 - 19:40

## ***Inflação pode sofrer pressão prolongada, escreve BC em ata do Copom***

**por Nathalia Garcia | Folhapress**

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central avaliou que o choque de oferta decorrente da guerra na Ucrânia pode se traduzir em pressão prolongada sobre a inflação, conforme ata da última reunião divulgada nesta terça-feira (22).

O conflito entre Rússia e Ucrânia e seus desdobramentos nortearam a discussão do colegiado sobre a política monetária brasileira. Na última semana, o Copom elevou a taxa básica de juros (Selic) em 1 ponto percentual, passando de 10,75% para 11,75% ao ano, maior patamar em cinco anos.

No encontro, o Copom considerou que o conflito no Leste Europeu adiciona ainda mais incerteza e volatilidade ao cenário atual, e impõe um choque de oferta importante em diversas commodities, em particular as energéticas.

"A reorganização das cadeias de produção globais, com a criação de redundâncias na produção e no suprimento de insumos e mudança no tratamento dos estoques de bens (no sentido de se deter maiores estoques), ganhou novo impulso com o conflito na Europa e as sanções aplicadas à Rússia", detalhou a autoridade monetária.

"Na visão do Comitê, esses desenvolvimentos podem ter consequências de longo prazo e se traduzir em pressões inflacionárias mais prolongadas na produção global de bens."

Diante da deterioração do ambiente externo, o Copom incluiu em sua análise um cenário alternativo, avaliando o impacto da trajetória de preços do petróleo sobre suas projeções. "O Comitê considera que a divulgação de cenário alternativo é particularmente útil e informativa em ambiente altamente incerto", disse.

Em sua avaliação, observou os preços dos contratos futuros de petróleo, negociados em bolsas internacionais, e as projeções de agências do setor, ambos convergindo para um preço do barril abaixo de US\$ 100 ao fim deste ano.

"O Copom concluiu que seria adequado manter a hipótese usual no cenário de referência, mas adotar como mais provável um cenário com hipótese alternativa para a trajetória de preços do petróleo até o fim de 2022", indicou.

Em sua estratégia de desacelerar o ritmo do aperto monetário, o colegiado indicou que o incremento de pelo menos 0,75% no ciclo de juros projetado em todo o horizonte relevante pesou em sua avaliação e explicou a decisão de elevar a Selic em 1 ponto percentual.

"Diante da volatilidade e incerteza da conjuntura atual, particularmente no cenário internacional, o Comitê optou por uma trajetória de juros mais tempestiva do que a embutida em seus cenários", pontuou.

Na ata, o Copom reafirmou a previsão de um ajuste adicional da mesma magnitude na próxima reunião, ou seja, de 1 ponto percentual, o que levaria a taxa básica de juros a 12,75% ao ano em maio. Mas o comitê pondera que seus próximos movimentos podem ser

ajustados, se necessário.

"O Comitê reconhece o cenário desafiador para a convergência da inflação para suas metas e reforça que estará pronto para ajustar o tamanho do ciclo de aperto monetário, caso o cenário evolua desfavoravelmente", disse.

O Copom volta a se reunir nos dias 3 e 4 de maio, quando o colegiado do BC passa a olhar integralmente para a meta de 2023 em suas decisões sobre os juros, dada a defasagem nos efeitos da política monetária na economia.

Em relação à atividade econômica brasileira, o Copom destacou que a inflação ao consumidor segue elevada, com alta disseminada entre vários componentes, e mais persistente que o antecipado.

"A alta nos preços dos bens industriais não arrefeceu e deve persistir no curto prazo, enquanto a inflação de serviços acelerou ainda mais. As leituras recentes vieram acima do esperado e a surpresa ocorreu tanto nos componentes mais voláteis como nos mais associados à inflação subjacente", sinalizou.

Na semana do encontro, a mediana da inflação projetada na pesquisa Focus pelos economistas para 2022 tinha subido de 5,65% para 6,45%, distanciando-se mais ainda do teto da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). O objetivo a ser perseguido pela autoridade monetária neste ano é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Esse foi o cenário utilizado na simulação do BC.

O choque de juros é uma resposta do BC às sucessivas revisões para cima das expectativas de inflação para o próximo ano.

Com um ano de altas consecutivas, somando 9,75 pontos percentuais, o ciclo do aperto monetário encontra-se em estágio avançado no Brasil. O aumento dos juros no país é o maior entre as principais economias ao redor do mundo. Em março de 2021, a Selic estava em 2% ao ano, menor patamar histórico.

## ECONOMIA

---

Publicado em 23/03/2022 às 08h57.

# Impulsionado pela gasolina, IPC-S sobe 0,94% no terceiro período de março

Sete das oito classes de despesa tiveram taxas maiores nesta rodada; acumulado de 12 meses do indicador inflacionário está em 9,24%

Redação



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da terceira quadrimestre de março de 2022 subiu 0,94%. O indicador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV-Ibre) acumula alta de 9,24% nos últimos 12 meses. Nesta apuração, sete das oito classes de despesa tiveram taxas de variação maior. A maior contribuição partiu do grupo transportes (passou de 0,46% para 1,37%), com destaque para a gasolina. O preço do combustível subiu 1,94%, ante deflação de -0,56% do período anterior.

Também registraram variações maiores os grupos: habitação (0,53% para 0,90%), saúde e cuidados pessoais (0,09% para 0,22%), vestuário (0,73% para 0,96%), educação, leitura e recreação (0,14% para 0,19%), despesas diversas (0,24% para 0,30%) e alimentação (1,79% para 1,82%). Em contrapartida, o grupo comunicação (-0,06% para -0,13%) apresentou recuo em sua



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 22/03/2022	Coluna: Economia



## BAHIA: ALTA NOS PREÇOS DOS FERTILIZANTES PREOCUPA PRODUTORES DE ALGODÃO



admin 22 Março, 2022  
Por Thiago Conceição

Os constantes aumentos nos preços dos fertilizantes preocupam os produtores de algodão do estado. A guerra na Ucrânia, que envolve os fornecedores desses produtos para a Bahia, ainda ameaça o desabastecimento do mercado ao longo do ano.

Em entrevista ao **Bahia Econômica**, o presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), Luiz Carlos Bergamaschi, revela que o aumento dos preços dos combustíveis ainda está entre as causas da alta dos preços dos fertilizantes, que ficará mais intensa com os impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

“O algodão é bastante dependente de fertilizantes, precisa muito do nitrogênio, do fósforo, do potássio. E a gente tem observado o aumento expressivo desses produtos. Os preços atuais de mercado dobraram em relação ao ano passado. O alto custo da lavoura é uma realidade influenciada também pelos preços dos combustíveis. O produtor tem sentido no bolso”, explica Bergamaschi.

Para Bergamaschi, o risco do desabastecimento no mercado existe. No entanto, o momento é de atenção para aquilo que pode ser feito dentro da “porteira da fazenda”. “Para quem não comprou fertilizante, fica a atenção para aproveitar o melhor momento. No caso daqueles que já compraram para a safra, que consigam ter os produtos entregues no prazo”, conclui.

Veículo: G1	
Data: 22/03/2022	Caderno: Economia



## Redução de tributos sobre gasolina 'não é uma boa política', diz secretário da Economia

*Esteves Colnago defendeu que medida atende, principalmente, a classe média alta. Segundo o secretário, o governo deveria 'olhar para aquilo que mais precisa' e beneficiar classes mais baixas.*

Por Alexandro Martello e Ana Paula Castro, g1 e TV Globo — Brasília

22/03/2022 16h42 Atualizado há 18 horas

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do [Ministério da Economia](#), Esteves Colnago, afirmou nesta terça-feira (22) que uma eventual política de redução de tributos sobre a gasolina não é boa, pois atenderia, principalmente, à classe média alta.

Em março, a Petrobras [anunciou](#) um alto reajuste no preço dos combustíveis devido a disparada do petróleo em decorrência da [guerra entre Rússia e Ucrânia](#). Na tentativa de diminuir o valor dos combustíveis, o [Congresso Nacional aprovou](#), e o presidente Jair Bolsonaro [sancionou](#), um projeto que zera até o fim deste ano o PIS/Cofins sob o diesel, biodiesel e gás liquefeito derivado de petróleo e de gás natural.

Colnago admitiu que há pressão para reduzir, também, tributos sobre a gasolina, mas acrescentou que, em sua visão, ainda não é o caso de levar adiante essa medida.

"Nós entendemos que [a eventual redução de tributos da gasolina] não é uma boa política porque você está atendendo uma população classe média alta. Se eu tiver que olhar as contas fiscais, eu deveria olhar para aquilo que mais precisa", declarou Colnago em uma entrevista coletiva no [Ministério da Economia](#) na tarde desta terça-feira (22).

"As coisas podem evoluir nesse sentido, podem, mas entendemos que ainda não estamos nessa situação", afirmou o secretário.

Ainda, segundo Colnago, ao reduzir a tributação sobre diesel, o governo está atendendo aos setores de transporte urbano, envolvendo navios, caminhões, e também a população, o que gera "externalidades positivas", ou seja, benefícios sociais.

"Entendemos que podem ter políticas mais adequadas, ainda não é o caso", concluiu.

Questionado quais políticas o governo estaria pensando para mitigar o efeito da alta da gasolina para a população de baixa renda, Colnago citou Auxílio Brasil, programa de transferência de renda do governo Bolsonaro, além do auxílio gás e das redução de tributos da cesta básica, que já foram adotadas.

"A gente precisa adotar as medidas conforme na necessidade, pois tem um custo para a sociedade. É um gastos de todos nós, que pode voltar como aumento dos juros e da inflação. Tem de ser de forma parcimoniosa", concluiu.

## mercado

# Governo precisa bloquear R\$ 1,7 bi para não furar teto

Tesourada deve recair sobre gastos de custeio ou investimentos

Idiana Tomazelli

**BRASÍLIA** O governo precisará realizar um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão em despesas do Orçamento de 2022 para não furar o teto de gastos.

Há necessidade de cobrir o aumento de gastos com subsídios do Plano Safra e com outras despesas que acabaram subindo mais que o esperado, como o pessoal. A revisão bimestral do Orçamento foi divulgada nesta terça (22) pelo Ministério da Economia. O valor foi antecipado pela Folha.

Para fazer a recomposição das despesas, será preciso cortar recursos de outras áreas, dada a limitação do teto, que impede a expansão de gastos em ritmo acima da inflação.

O governo tem até o fim do mês para definir os alvos da tesourada, que deve recair sobre gastos de custeio ou investimentos.

Inicialmente, a necessidade de bloqueio era maior, de R\$ 2,9 bilhões. No início da noite de segunda (21), integrantes do governo retomaram as negociações para reduzir o tamanho do buraco e evitar a imposição de restrições severas aos órgãos em ano eleitoral.

Com isso, uma recomposição de R\$ 1,2 bilhão em des-

pesas obrigatórias foi adiada para um segundo momento. Trata-se de recursos referentes a contratações do banco de professores do Ministério da Educação e aos subsídios para a contratação de operações do Plano Safra 2022/2023 — que será iniciado apenas no segundo semestre.

A avaliação dos técnicos é que essas despesas poderão ser tratadas no próximo relatório de avaliação do Orçamento, a ser divulgado em maio.

Representantes da Economia chegaram a sugerir o uso da reserva de R\$ 1,7 bilhão destinada à concessão de reajustes. Bolsonaro pretende ampliar salários de categorias policiais, que compõem sua base eleitoral, mas esbarra nas demais categorias, que cobram o mesmo tratamento e pressionam por aumentos.

O uso da reserva permitiria a recomposição integral das necessidades ao mesmo tempo que diminuiria o corte feito nas despesas de funcionamento dos órgãos do governo. Mas Bolsonaro vetou essa possibilidade e determinou a manutenção da verba para reajustes, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha.

Em entrevista para anunciar os dados, o secretário

especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que não houve “redução de última hora” e que as estimativas são baseadas em notas técnicas do governo. “Essa é uma fotografia do momento. Pode mudar? Pode”, afirmou.

“Todas as projeções são baseadas em estimativas técnicas”, disse o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Culau. “O relatório traz tudo aquilo que é obrigação. Agora, decisões futuras são decisões futuras”, acrescentou.

Apesar da pressão no lado dos gastos, as receitas do governo seguem em alta e devem contribuir para amenizar o déficit previsto para o ano. A projeção do rombo para as contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) em 2022 foi atualizada para R\$ 66,9 bilhões — abaixo da previsão de déficit de R\$ 76,2 bilhões fixada na sanção do Orçamento, no fim de 2021.

Houve um crescimento de R\$ 87,5 bilhões na projeção de arrecadação, puxado principalmente pelo maior volume de receitas com royalties de petróleo (alta de R\$ 38,6 bilhões), dividendos de empresas estatais (acréscimo de R\$ 12,9 bilhões) e concessões

so na arrecadação federal. O restante é subtraído dos cofres estaduais.

Em março, o Congresso aprovou e o presidente sancionou mudanças na cobrança do ICMS sobre combustíveis. O texto também zerou as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação. O impacto é de R\$ 14,9 bilhões, porque a medida começou a valer apenas em março.

A projeção atualizada do rombo não inclui, porém, um gasto contábil de R\$ 23,8 bilhões, que precisará ser considerado no resultado primário devido ao acordo entre União e Prefeitura de São Paulo para encerrar a disputa judicial em torno do Campo de Marte.

Como o acordo significa uma espécie de pagamento de indenização do governo federal à prefeitura, esse valor precisará ser contabilizado no resultado das contas públicas, embora não gere nenhum desembolso efetivo — em troca do fim da disputa, o governo vai extinguir a dívida do município de São Paulo com a União.

A inclusão desse impacto deve ser feita nas próximas avaliações do Orçamento, pois o acordo, embora já assinado, ainda precisa ser homologado pela Justiça.

O foco na divulgação desta terça foi a necessidade de bloqueio de despesas. Como mostrou a Folha, o governo tem precisado remanejar recursos para bancar o gasto adicional com subsídios a produtores do agronegócio no âmbito do Plano Safra e com outras subvenções custeadas pelo Tesouro Nacional.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização — o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Segundo a Economia, as despesas com subsídios subiram R\$ 5,1 bilhões. Parte do aumento é para cobrir gastos extras com as subvenções para a área agrícola.

Houve ainda altas de R\$ 2,4 bilhões nas despesas com salários do funcionalismo e de R\$ 2,4 bilhões nos gastos com sentenças judiciais.

Outra parcela do aumento no custo do subsídios agrícolas ficou para ser compensada em um segundo momento. Com isso, o valor total do bloqueio é suficiente apenas para cobrir parte do aumento de gastos obrigatórios, ou seja, que o governo não pode deixar de executar.

Há ainda outras situações emergenciais que não foram endereçadas. A pasta do ministro Paulo Guedes (Economia) teve os recursos cortados em 50% pelos parlamentares durante a discussão do Orçamento no Congresso.

Da tesourada de R\$ 2,5 bilhões na Economia, menos de R\$ 500 milhões puderam ser remanejados por meio de portarias até agora.

Na ala política, porém, há forte resistência a bloqueios mais agressivos, dado o espaço exigido para cortes. No início do ano, a Economia chegou a pedir um bloqueio de R\$ 9 bilhões, mas o veto presidencial foi de apenas R\$ 3,2 bilhões.

## R\$ 66,9 bi

é a previsão, revisada, de rombo para as contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) em 2022

## R\$ 87,5 bi

é a alta na estimativa de projeção de arrecadação, puxado principalmente pelo maior volume de receitas com royalties de petróleo, dividendos de empresas estatais e concessões



Pista na BR-101, entre Mangaratiba e Angra dos Reis (RJ); trecho foi classificado pela CNT como ruim, principalmente por causa da pavimentação e geometria da via. Eduardo Anicelli/Folhapress

## Corte no Orçamento federal deixa estradas sem manutenção

Eduardo Cuculo

**SÃO PAULO** As estradas federais estão entre os ativos de infraestrutura que mais sofrem diante dos cortes nos investimentos da União nos últimos anos.

Levantamento anual sobre a condição das rodovias no país realizado pela CNT (Confederação Nacional dos Transportes) mostrou que o valor aplicado em 2021 foi o mais baixo nas últimas duas décadas.

Em dezembro do ano passado, o governo federal lançou o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura 2021-2050, no qual traça caminhos para que seja possível elevar a taxa de investimento.

A expectativa é que o setor

privado, por meio de contratos de concessão, seja responsável pela ampliação da infraestrutura do país nessas três décadas, com exceção de rodovias, nas quais parcela considerável de investimentos virá dos orçamentos federal e estaduais.

Segundo a CNT, dos quase 10 mil quilômetros de estradas federais e estaduais pavimentadas em todo o país, 62% são considerados regulares, ruins ou péssimos em questões como pavimentação e sinalização. Dessas, 91% estão sob gestão do poder público.

Nas estradas federais sob administração pública, a qualidade da sinalização regrediu aos níveis de 2014, quando teve início uma melhora puxada pelo programa BR-Legal.

Os dez melhores trechos analisados estão em São Paulo. Os dez piores ficam em Pernambuco, Maranhão, Bahia, Amazonas, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O gasto federal anual médio em obras caiu de R\$ 204 mil por quilômetro em 2016 para R\$ 109 mil no ano passado. Nas vias concedidas, foi de R\$ 381 mil na média do período 2016-2020.

O plano integrado para 2021-2050 do governo federal prevê um crescimento do investimento total rodoviário de R\$ 14,4 bilhões no ano passado para uma média de R\$ 27 bilhões no período 2022-2030, com considerável parcela vinda do setor público.

Entre as principais concessões

destacadas no plano está a gestão conjunta da Dutra e da Rio Santos (BR-101/116/RJ/SP) por 30 anos pelo grupo CCR, que venceu leilão em outubro e assumiu a concessão recentemente.

Um trecho da Rio-Santos, entre Itaguaí (RJ) e Angra dos Reis (RJ), foi classificado pela CNT como ruim, principalmente por causa da pavimentação e da geometria da via.

A concessionária deve investir ao longo da concessão R\$ 14,8 bilhões na modernização das duas vias e aplicar outros R\$ 10,8 bilhões em serviços operacionais, segundo o Ministério da Infraestrutura.

No Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura 2021-2050, o governo afirma

que o estoque de capital de infraestrutura no Brasil é muito inferior, proporcionalmente ao tamanho da economia, ao de países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico), além de reduzir a competitividade e a produtividade da economia.

São traçados dois cenários principais. Caso sejam aprovadas reformas para o equilíbrio fiscal, mas com ausência de outras mudanças que atraíssem mais capital para o país, a taxa de investimento média seria de 18% do PIB no período, e o crescimento da produtividade seria nulo.

Se além da questão fiscal for implementado um amplo e profundo conjunto de medi-

das voltadas para o aumento do investimento e da produtividade da economia, a taxa de investimento média atingiria 19,5% do PIB. A proporção do investimento em infraestrutura corresponderia a 18,5% do total.

Em reais, o estoque poderia quase triplicar nesse cenário classificado como “desafiador”, na hipótese de manutenção de uma taxa de investimento em infraestrutura de 3% do PIB no período. Passaria dos atuais R\$ 3 trilhões para mais de R\$ 8 trilhões em 2050.

Com isso, um estoque de infraestrutura, estimado em 36% do PIB em 2018, poderia ultrapassar os 50% nível próximo ao de países desenvolvidos, segundo o documento.

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias\_debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não trazem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

## O desconforto de sermos plurais

Exercício da liberdade de expressão passa pelo fortalecimento da advocacia

"Alguém também algo ouviu? Nada, não. Enquanto o Gorgulho estivera aos gritos, sim, que repercutiam, de tornavoz, nos contrafortes e paredes da montanha, perto, que para tanto são dos melhores aqueles lanços. Agora e antes, porém, tudo era quieto."

“O RECADADO DO MORRO”,  
JOÃO GUILMARES ROSA

A constituição do Instituto Tornavoz se dá em razão do incômodo gerado com o paradoxo da comunicação que o país enfrenta: embora haja mais e mais espaço para a expressão da opinião, por novos e acessíveis meios, o risco envolvido no exercício desse direito é crescente e cruel.

Cada vez mais se tem notícia de artistas, jornalistas, professores e ativistas que se sentem pressionados a se calar ou, na melhor das hipóteses, a alterar seu discurso. Não bastasse, já foram identificados diversos casos de ajuizamento massivo de ações por conta da expressão de uma opinião, ou da divulgação de um fato considerado ofensivo.

A possibilidade dessa enxurrada de ações tornou-se uma ameaça real para aqueles que comumente expressam publicamente suas opiniões. O “projeto CtrlX”, da Abraj (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), identifica que mais de 5.500 processos judiciais foram movidos no país contra publicações de conteúdos diversos entre 2014 e 2021. Não à toa o Brasil vem caindo, nos últimos três anos, no ranking mantido pela ONG Reporters sem Fronteiras, que classifica os países conforme a efetividade das garantias à liberdade de expressão.

A isso se acrescentam as conhecidas dificuldades de se navegar o complexo, moroso e caro sistema jurídico

brasileiro. Ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha, na última década, reiteradamente defendido a liberdade de expressão, os casos individuais terminam logo nos julgamentos de primeira instância, e poucos deles chegam às cortes superiores — e, nestes casos, apenas após muitos anos de processo, o que comumente acarreta custos inacessíveis para pessoas físicas e pequenas empresas de mídia.

Essa conjuntura fez clara a necessidade de se estruturar um projeto para apoio, perante os tribunais, daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão, especialmente dos que não têm como arcar com os custos de um processo ou que não sabem a quem recorrer.

[...]

**Os noticiários locais, sobretudo os digitais, são importantíssimos para a democracia, principalmente em anos eleitorais (...). Nesse contexto surgiu o Instituto Tornavoz, que se propõe a financiar a defesa judicial daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão**

A pretensão de fomentar um ambiente mais seguro para o exercício da liberdade de expressão passa, necessariamente, pelo fortalecimento da advocacia nessa área específica do direito, com a criação, em todo o país, de uma rede estruturada de profissionais especializados.

Ainda que o Brasil seja um país continental, advogadas e advogados com atuação na defesa da liberdade de expressão encontram-se concentrados — com honrosas exceções — nas grandes capitais, deixando um enorme vazio em áreas distantes dos centros urbanos, onde justamente os pequenos veículos de mídia têm atuação mais relevante e estão mais sujeitos ao assédio por meio de processos judiciais. Os noticiários locais, sobretudo os digitais, são importantíssimos para a democracia, principalmente em anos eleitorais, porque é por meio deles que a população toma conhecimento das realizações e dos desmandos de seus representantes.

Nesse contexto surgiu o Instituto Tornavoz, que se propõe a financiar a defesa judicial daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão, criando, ao mesmo tempo, uma rede de advogados(as) para atuação rápida e efetiva nesses casos.

O Tornavoz pretende que as mais diversas vozes possam ecoar e que a sociedade possa aprender a conviver com o desconforto de ser plural. Pretende ainda que a liberdade de expressão seja garantida a todos, não se sujeitando a pressões econômicas ou a qualquer forma de abuso ou assédio, como elemento essencial da cidadania.

Charlene Nagae, Clarissa Gross, Laura Tkacz, Mônica Galvão e Taís Gasparian, fundadoras do Instituto Tornavoz



Bolsonaro, Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Airlton Moura, no Ministério da Educação, em fevereiro de 2020. Reprodução

### Mais um

Mais um caso de corrupção no governo Bolsonaro. Agora no Ministério da Educação e descoberto através de uma reportagem (“Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro”, Política, 22/3). A corrupção na Saúde foi amplamente desmascarada pela CPI. No Meio Ambiente, aproveitaram a pandemia para “passar a boiada”. Este governo tem método. A corrupção e a ideologia o norteiam.

Paulo Bittar (São Paulo, SP)

Espanta a desfaçatez do pastor à frente do Ministério da Educação, cumprindo mais um desvio constitucional desse desgoverno antirrepublicano. Atende o interesse privado e negligencia o público.

Jonas Nilson da Matta (São Paulo, SP)

O principal critério para a liberação de verbas é rezar pela cartilha evangélica. Estamos tratando de educação ou de evangelização?

Luiz José Almeida Fayad (Balneário Piçarras, SC)

Olá TCU. Que tal uma vitória nos processos de licitação dos ministérios?

Maria Antonia Di Felippo (São Caetano do Sul, SP)

O país começou a andar para trás desde o advento do império evangélico. Afrontam a cultura e o conhecimento científico para manipular o povo e enriquecer às suas custas. São tão profissionais quanto os mais velhos caciques do centrão.

Heigor Martins (São Paulo, SP)

No Mackenzie havia professores cracionistas e terraplanistas. E até um que calculava a velocidade do arcanjo Gabriel e dizia que a Terra tem 5.000 anos. Foi dali que saiu esse “ministro”.

Ernesto Pichler (São Paulo, SP)

Povo do nosso Brasil, se não fosse o Lira e o Aras esse escroque desse presidente já estaria na cadeia, junto com a sua família. Precisamos exigir que as instituições, Câmara e PGR, façam o que são obrigados a fazer, do contrário a coisa vai piorar muito, uma vez que as leis não valem nada para eles.

Gilmar Maghzenani (São Paulo, SP)

### PowerPoint

“Deltan é condenado a indenizar Lula por caso do PowerPoint” (Política, 22/3). Um manipulador oportunista igual a Sergio Moro: farinha do mesmo saco. Agora os dois concorrendo a cargos públicos tirando proveito da aceitação doentia de suas mentiras na esteira do antipetismo e do fanatismo de direita. A lama do poder.

Adalto Fonseca Júnior (Vitória, ES)

Sergio Moro declarado juiz parcial pelo Supremo Tribunal Federal e averiguado pelos milhões de reais recebidos por trabalho em empresas ligadas à Lava Jato; Deltan Dallagnol condenado pelo Superior Tribunal de Justiça; Lula com ações anuladas. O tempo é o senhor da razão...

Wilson Kfour (São Paulo, SP)

É uma total inversão de valores quando o condenado consegue indenização de membro do MPF. Isso equivale a obstrução de Justiça. Lamentável.

Osmar Silvio Garcia Oliveira (Santos, SP)

Não sou petista, não pretendo votar em Lula no primeiro turno e não acho ele seja um santo. Mas para a aberração que foi aquele PowerPoint esse valor de indenização é irrisório. Vale mais pela questão moral.

Luciano Trevisan (São Paulo, SP)

### Saúde

O artigo “Por que o ‘open health’?”, escrito por Arminio Fraga e Rudi Rocha (Tendências / Debates, 22/3), além de descrever os perigos do compartilhamento dos dados de saúde dos cidadãos para além do universo interessado nesses por questões médicas, termina com uma sentença lapidária: “O SUS enfrenta muitas dificuldades. O ministro da Saúde faria bem em dedicar a ele a sua atenção”.

José Elias Aiex Neto, médico (Foz do Iguaçu, PR)

### Botão vermelho

Entre os presidentes dos EUA que acompanhei, o único que me despertou alguma simpatia foi Jimmy Carter. O anônimo Joe Biden provavelmente cairá na vala comum dos demais. Mas fico imaginando o que seria da Ucrânia e do mundo hoje se Trump tivesse sido reeleito. Ruim com Biden, pior sem ele. Nem na época da Guerra Fria Khrushchev ou Brejnev me preocuparam tanto quanto Putin hoje. E muito mais afilto estaria se fossem dois os sociopatas estúpidos, que só precisam esticar o braço para alcançar o botão vermelho.

Celso Balloti (São Paulo, SP)

### Rio Pinheiros

Não é possível afirmar que houve transformações na qualidade da água do rio Pinheiros (“Doria mira vacinas como marca, fixa vitrínes, mas deixa promessas inacabadas”, Política, 22/3), já que o governo estadual ocultou a chamada demanda bioquímica de oxigênio (DBO), um dos parâmetros de aferição. O estado estipulou em 30 mg/l a meta para a DBO até o final de 2022, mas não revela esse dado durante o processo de depoluição. Embelezar as margens, retirar o lixo e eliminar parte do odor do rio não reflete mudanças na qualidade da água.

Fabrizio Amorim, movimento Volta Pinheiros (São Paulo, SP)

## ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

**PRIMEIRA PÁGINA (26.FEV.)** A legenda que acompanhou a reprodução do vídeo no qual um tanque passa sobre um carro afirmou indevidamente que o veículo de guerra era russo. Sua origem, porém, não pode ser determinada.

**MERCADO (22.MAR., PÁG. A16)** Campo Grande fica em Mato Grosso do Sul, não em Mato Grosso, como afirmado incorretamente no texto “Em ano eleitoral, governo vai retomar construção de casas populares”.

## Momento inoportuno para a reforma tributária

Não faz sentido mudar a Constituição agora para impor algo mal resolvido

João Diniz

Empresário e presidente da Central Brasileira dos Setores de Serviços (Cebrasse)

Faltam pouco mais de seis meses para as eleições. Em meio a esse contexto de indefinições, algumas forças políticas e um setor, a indústria, tenta empurrar de forma acodada a votação da PEC 110, que trata da reforma tributária sobre o consumo.

Não faz sentido agora mudar a Constituição em 90 dias para impor algo mal resolvido, que impacta toda a estrutura produtiva do país e que se refletirá no emprego, no consumo e na vida dos cidadãos pelos próximos 20 anos ou mais.

Some-se a isso o fato de que boa parte das questões serão resolvidas na legislação infraconstitucional, como o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que junta ISS e ICMS e não há nem sequer um rascunho da proposta de lei complementar, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que há o projeto de lei 3.887/2020, uma bomba atômica sobre expressiva parte dos serviços. Inaceitável!

Através da criação de uma alíquota única para bens e serviços, a PEC 110 transfere grande parte da carga tributária de uma indústria cada vez mais automatizada e dos bens importados para um setor empregador como o de serviços, presente em todos os estados brasileiros, o que é um acinte.

No caso da mensalidade escolar, hoje incidem 2% de ISS, somado a 3,65% de PIS e Cofins e mais uns 3% dos resíduos tributários. Com a reforma, ela poderá pagar de CBS mais IBS algo em torno de 28%! É possível imaginar os efeitos desses aumentos na educação e também sobre passagens, saúde, lazer, segurança, turis-

mo e diversos outros setores, com reflexos negativos nos empregos da população de renda mais baixa, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A pergunta estratégica é: se a tributação deixará de ser na origem e passará a ser no destino, faz sentido para um parlamentar votar em uma proposta para reduzir a carga tributária de bens fabricados em outros estados e até importados de outros

[...]

**Através da criação de uma alíquota única para bens e serviços, a PEC 110 transfere grande parte da carga tributária de uma indústria cada vez mais automatizada e dos bens importados para um setor empregador como o de serviços, presente em todos os estados brasileiros, o que é um acinte**

países e aumentar pesadamente impostos sobre os serviços que geram emprego na sua unidade federativa?

O fato é que falta consenso mínimo para que a proposta possa avançar. A maior parcela do setor produtivo brasileiro se opõe à proposta junto com os serviços. O mesmo ocorre com a Frente Nacional dos Prefeitos, que reúne municípios com 61% da população e 74% do PIB do país.

Ainda que não considere a proposta mais adequada, o setor de serviços não se furtou a conversar e colocou a sugestão de limites para alíquotas do setor, conforme as emendas 170 e 234, que impedem o seu aumento de carga. Com isso, além de preservar empregos, seria possível ainda eliminar pelo menos cinco anos de transição com a surreal inconveniência da CBS e do IBS com ISS e ICMS.

Assim, mesmo com as sugestões que impedem o aumento de carga sobre os serviços, a indústria ainda seria a grande beneficiada pela reforma: porém, tais limites impediriam que esse ganho da indústria ocorresse em prejuízo dos demais.

Felizmente, muitos senadores têm observado que são imprescindíveis as melhorias na PEC. O desenvolvimento regional tem pautado o debate. Os setores de serviços são a base para esse crescimento e para o emprego, especialmente nos estados que não têm uma boa estrutura industrial. Assim, até que uma solução que atenda a todos, e não apenas a um setor (indústria), seja alcançada, é preciso rejeitar ou adiar a aprovação da PEC 110 — para o bem dos brasileiros.

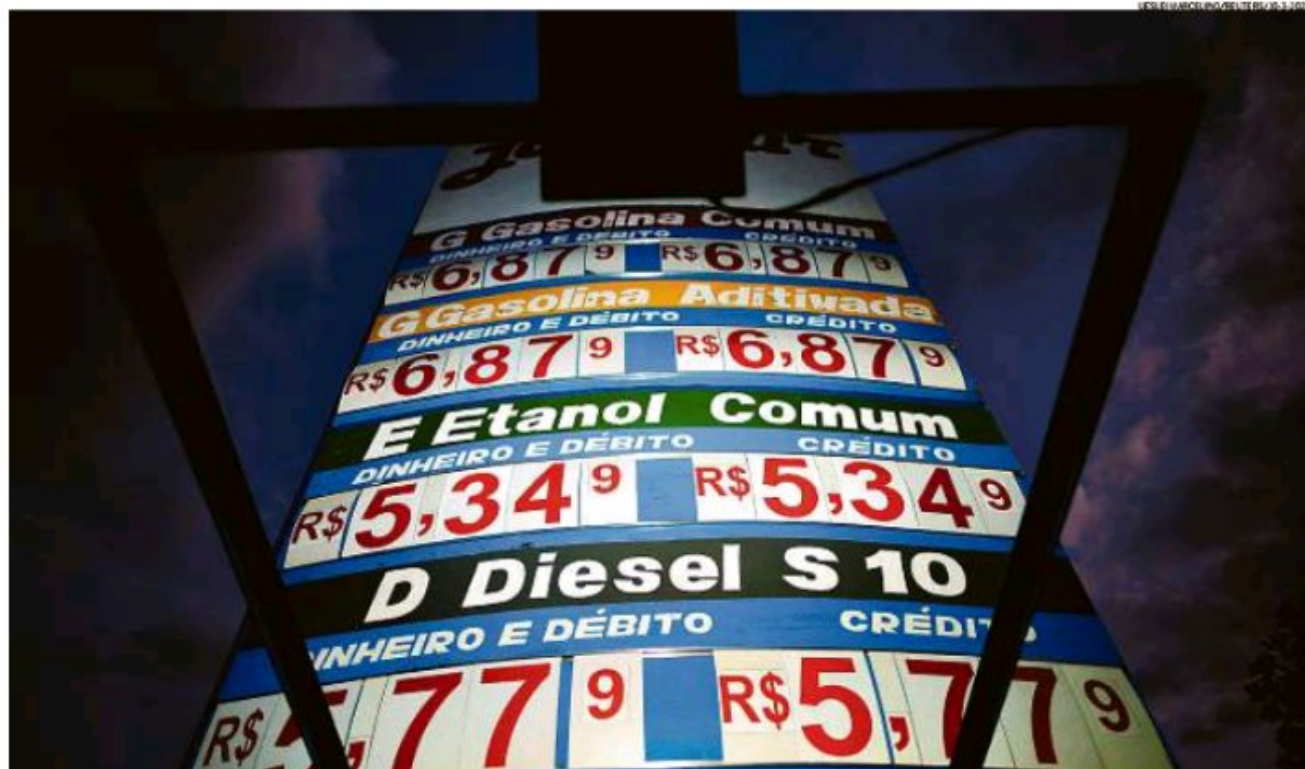


OPEN FINANCE

BC permite marketplaces de crédito

Será possível receber ofertas de empréstimos de várias instituições em uma

interface só

PARA  
ACESSAR  
APORTE  
O CÍCLULO  
PARA  
O QR CODE

Preços nas alturas. Governadores tentam proteger arrecadação e cumprir regra prevista em lei aprovada no último dia 11. Eles sugerem valor fixo, mas com possibilidade de oferecer descontos

## COMBUSTÍVEIS

## CAIXA BLINDADO

# Estados propõem alíquota fixa de ICMS de R\$ 0,999 por litro de diesel

G.ERALDA DOCA  
geraldadoca@oglobo.com.br  
IMAGENS

**D**iante do risco de perda de arrecadação de 25% a 30% caso não fechassem um acordo em torno de uma alíquota fixa de ICMS, os estados decidiram propor um valor de R\$ 0,999 por litro de diesel. A nova lei, em vigor desde 11 de março, exigia a formação de um consenso para evitar a adoção de um critério mais desvantajoso aos governos locais. Até a noite de ontem, técnicos ainda finalizavam a nota que embasa a mudança. A expectativa é que o Comsefaz, que reúne os secretários de Fazenda, vote a

mudança amanhã.

A fórmula encontrada pelos estados, porém, foi considerada uma saída política, que protege o caixa dos governos locais, mas que não resultará em benefício significativo ao consumidor que vai encher o tanque. Até agora, cada estado tinha uma alíquota própria de ICMS. A lei em vigor prevê a adoção de uma alíquota única. Caso a saída tivesse sido adotar um valor médio, nove estados e o DF teriam aumento da arrecadação, o que vai na contramão da intenção do governo federal, que propôs a mudança de olho em uma redução no preço na bomba.

O valor de R\$ 0,999 é, na

prática, maior do que o aplicado hoje pela maioria dos estados, mas os governos poderão dar "descontos" nessa alíquota. Ou seja, há uma espécie de teto geral, mas cada um pode manter o valor que pratica atualmente. Trata-se de uma mudança que, na prática, permite que a arrecadação permaneça como está, sem ganho ou perda.

## GASOLINA: ICMS CONGELADO

Antes da nova lei, os estados definiam um percentual que incidia sobre o preço, não um valor fixo. No caso do Rio, o percentual era de 12%, o que resultava em um valor de R\$ 0,60 por litro (já que o ICMS está congelado pelos gover-

nadores desde novembro, como parte do esforço para conter a alta dos combustíveis). Em vez de cobrar R\$ 0,999, o estado pode adotar o valor como referência e conceder um desconto, mantendo o R\$ 0,60 atual.

Só foi possível articular esse modelo "tudo muda para continuar exatamente igual" do ponto de vista da arrecadação porque a lei complementar 192 é considerada de caráter generalista. Ela foi aprovada no Congresso em um cenário de escalada do preço do petróleo sancionada em menos de 24 horas pelo presidente Jair Bolsonaro.

## 30%

Era o percentual máximo de perda de receita dos estados. Caso não definam um valor fixo, os governos locais teriam de seguir modelo menos vantajoso

O desconto proposto pelos governos locais, por exemplo, é considerado compatível, pois a lei prevê mecanismos de compensação entre os entes. A lei não obriga o estado a mudar seu regime de tributação, mas dá como alternativa uma opção bem menos vantajosa: adotar a média de preços dos últimos cinco anos, o que resultaria em perda de 25% a 30% na arrecadação. A nova alíquota

fixa, que ainda depende de votação, deve vigorar a partir de 1º de abril.

Para o consumidor, não há ganho imediato com o novo modelo, já que o efeito no valor na bomba é neutro. O único benefício é a menor volatilidade. Até então, o modelo de cobrança do ICMS fazia com que o valor pago em imposto acompanhasse o aumento de preços. Quando o combustível subia, a arrecadação com o imposto estadual aumentava.

Do ponto de vista regulatório, a cobrança do ICMS passa a ser monofásica, concentrada em uma única etapa da cadeia de comercialização, uma exigência da lei. Isso não reduz o preço ao consumidor, mas facilita a fiscalização.

Em ano eleitoral, Bolsonaro tem atribuído aos governadores a responsabilidade pela alta do combustível nos postos. A União já zerou tributos federais sobre o diesel, com a expectativa de reduzir o preço em R\$ 0,33 por litro.

O tributarista Giuseppe Melloti, sócio do escritório Bichara Advogados, vê problemas no novo modelo. Se houver queda de preço, pondera, o combustível pode ganhar peso no montante pago pelo consumidor. Por exemplo: se o diesel custa hipoteticamente R\$ 7, com o ICMS fixo em R\$ 0,999, o valor na bomba iria a R\$ 8 (sem considerar os demais impostos). Neste exemplo, o ICMS equivale a 15% do total pago. Se o preço na refinaria cair a R\$ 5, mas o valor do imposto for mantido, ele representará 20% do total pago pelo consumidor.

TSEREJEITA CONSULTA  
Enquanto não votam amanhã a saída para proteger o caixa com a nova lei para o diesel, os governadores decidiram prorrogar por 90 dias a fórmula de cálculo do ICMS para a gasolina. O montante está congelado desde novembro e seguirá vigente até junho.

Em outra frente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu não analisar uma consulta feita pelo governo, que questionava se era possível reduzir alíquota de impostos e contribuições sobre produtos e insumos por lei aprovada no Congresso em ano eleitoral. Os ministros avaliaram que os questionamentos eram muito genéricos. (Colaborou Manoel Ventura)

# Fim do frescor na corrida de táxi ou de aplicativo

Motoristas desligam ar-condicionado para economizar gasolina. Prefeitura do Rio diz que apps não são regulados, mas que nos demais casos o aparelho deve ser acionado se o passageiro pedir. Empresas deram reajuste para compensar disparada do combustível

RAPHAELA RIBAS  
raphaela.ribas@oglobo.com.br

Alta da gasolina acabou com um dos poucos subterfúgios para fugir das altas temperaturas: o ar-condicionado no táxi ou na corrida por aplicativo de Uber ou 99. Na internet, multiplicam-se os relatos em cidades como Curitiba, Natal e principalmente no Rio, de quem buscava, além do transporte, um frescor e aquela sensação de isolamento do trânsito. Mas a rotina para quem recorre ao serviço tem sido de calorão ao som do engarrafamento a plena potência. Foi o caminho encontrado pelos motoristas para fazer a gasolina a R\$ 8 caber no orçamento.

As justificativas dos motoristas são várias: o aparelho está quebrado, as regras do aplicativo ou da prefeitura

determinam andar com vidros abertos por causa da pandemia. Os clientes ponderam, porém, que parte dos profissionais já não usa máscara (especialmente em cidades onde já foram liberadas).

Motoristas da Uber relatam que, com o atual preço da gasolina, os carros da categoria X não ligam mais o ar-condicionado, mas a informação não consta no aplicativo. Procurada, a Uber não respondeu até o fechamento desta edição.

No caso do Rio, a Secretaria Municipal de Transportes esclarece que ônibus e táxis licenciados devem ligar o ar-condicionado sempre que solicitado pelo passageiro. E que a inoperância ou mau funcionamento é uma infração média. Em relação aos aplicativos, a secretaria explica que a atividade não é regu-



Suor. Para fazer a gasolina a R\$ 8 caber no orçamento, motoristas têm desligado o ar-condicionado durante o trajeto

lamentada, portanto, em caso de insatisfação, o usuário deve reclamar com as empresas.

O aplicativo Táxi.Rio Cidades corrobora a autorização da prefeitura e afirma que é facultado apenas ao passageiro a opção das janelas abertas.

A 99 informou, por nota, que os motoristas podem usar o ar-condicionado, mas não deixou clara a orientação no caso de o passageiro solicitar que o aparelho seja ligado.

O calorão, obviamente, não é só do lado do passageiro.

Muitos motoristas agora rodam com o tanque na reserva e alguns afirmam que pensam em desistir do trabalho em razão do aumento de custos. As empresas revisaram suas práticas diante da escalada dos preços nas bombas. A

Uber deu reajuste de 6,5%, e a 99 vai pagar aos motoristas um adicional de R\$ 0,10 a mais por quilômetro a cada real de aumento da gasolina. Os motoristas, porém, afirmam que o auxílio não cobre o aumento de despesa.

Mas, no fim das contas, suportar o calorão faz tanta diferença no bolso? No máximo, 10%. Segundo Renato Passos, engenheiro mecânico especializado na gestão e manutenção de frotas, o que consome mais é ficar ligado e desligando a toda hora.

Para entender o impacto no bolso, ele dá o exemplo de uma corrida de 30 quilômetros em um carro de passeio, ano 2015, que faz 11,5km por litro de gasolina, a R\$ 7,73 (média do Rio): — Sem ar, o preço da viagem ficaria em R\$ 19,17. Com ar, R\$ 20,17. Diferença de apenas R\$ 1.

## Governo deve estender corte no IPI a picape e carro importado

Neste mês, União já havia decidido zerar imposto de itens de luxo, como jet-ski

BRASÍLIA

O governo deve fazer novo ajuste no decreto que reduz o Imposto sobre Pro-

ductos Industrializados (IPI) em 25% para ampliar o benefício a picapes e veículos importados. O novo texto deve beneficiar inclusive os

veículos feitos no exterior que estão nos pátios das revendedoras pelo país.

Não é a primeira vez que o governo concede incen-

tivos fiscais a veículos e produtos considerados de luxo neste mês. No dia 3 de março, a União decidiu zerar o Imposto de Importação de jet-ski, balões e dirigíveis, sob o argumento de que a medida incentivaria o turismo.

Desta vez, o objetivo é que revendedoras e concessionárias também sejam autorizadas a realizar a chamada “devolução ficta” de automóveis em estoque para fins de registro fiscal e contábil dos produtores e distribuidores.

Com isso, os segmentos beneficiados poderão emitir nota fiscal com valor de IPI reduzido sem devolver fisicamente o veículo à montadora.

### ARRECADAÇÃO MENOR

O decreto original que cortou o IPI de forma linear em 25% para os demais produtos foi editado em 25 de fevereiro. O texto não alcançava os estoques existentes nas revendedoras e concessionárias. Em 8 de março, o governo editou novo decre-



Ajuda extra. Ao zerar IPI, governo deve beneficiar veículos feitos no exterior

to fazendo o ajuste, mas deixou de fora picapes e carros importados.

Segundo um auxiliar do ministro da Economia, Paulo Guedes, a inclusão dessa categoria no benefício já estaria decidida.

De acordo com estimativas do governo, o corte no

IPI vai reduzir a arrecadação em cerca de R\$ 20 bilhões em 2022, metade disso impactando o caixa de estados e municípios. A equipe econômica tem aproveitado a receita extra com impostos para desonerar alguns setores da economia. (Geraldina Doca)

DIVULGAÇÃO

# Para não furar teto, governo bloqueia R\$ 1,72 bi

Verba de R\$ 1,7 bilhão destinada a reajuste de servidor público ficou preservada, assim como o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões e as emendas de relator. Corte por ministério será definido até o fim do mês

MANOEL VENTURA  
manoel.ventura@lgb.com.br  
BRASÍLIA

O governo anunciou ontem que fará um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão no Orçamento deste ano, para ajustar as despesas obrigatórias — gastos que não podem ser cortados, como pagamento de salários e aposentadorias. O governo chegou a avaliar um bloqueio de cerca de R\$ 3 bilhões, mas refinou as contas e chegou a um número menor.

O contingenciamento ocorre para cumprir a lei do teto de gastos, que veda o crescimento das despesas federais acima da inflação, e foi divulgado no primeiro relatório bimestral do ano, no qual o governo revisa previsões de receitas e despesas do Orçamento.

Como as despesas totais são limitadas pelo teto de gastos, quando uma despesa obrigatória sobe mais que o previsto no Orçamento é necessário bloquear outros gastos (essencialmente investimentos e custeio da máquina pública).

O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, disse que a distribuição dos cortes por ministério

será definida até o fim do mês:

— Constatamos a necessidade de fazer uma limitação de R\$ 1,7 bilhão nas despesas do governo. Vamos demonstrar isso no fim do mês, por meio de um decreto. Vamos tentar proteger os ministérios que estão com maior dificuldade.

Colnago disse que continua prevendo recursos para reajuste de salários de servidores. O Orçamento reserva R\$ 1,9 bilhão para reajustar salários, sem indicar quais categorias serão beneficiadas. O governo Bolsonaro já sinalizou que pretende aumentar salários na Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional, o que causou protestos das outras categorias:

— O valor para aumento de pessoal está preservado. Não estamos mexendo nele. Essa é uma decisão que vai ser tomada pelo presidente da República. A reserva está preservada.

Colnago cita uma reserva de R\$ 1,7 bilhão, mas há ainda R\$ 200 milhões destinados a despesas financeiras, como Previdência.

O Orçamento de 2022 foi aprovado subestimando parte



Arrecadação em alta. O governo aumentou em R\$ 87,4 bilhões a previsão para aumento do recolhimento este ano

## 0,69%

é o déficit público sobre o PIB previsto para este ano

A melhora nas receitas com impostos tem reduzido o rombo do governo federal, previsto em R\$ 66,9 bilhões este ano

dos gastos obrigatórios, como salários de funcionários públicos. Daí a necessidade de fazer ajustes agora, bloqueando parte dos gastos. Será necessário aumentar a previsão de despesas com pessoal e também de subsídios aos financiamentos como Pronampe, já que os juros subirão.

O contingenciamento de recursos ocorre no momento em que o governo mantém no Orçamento um total de R\$ 36 bilhões em emendas parlamentares — recursos que os deputados e senadores destinam para projetos e serviços para as suas bases eleitorais. Desse total,

R\$ 16,5 bilhões são de emendas de relator, dos parlamentares da base aliada ao governo Jair Bolsonaro.

O Orçamento também prevê R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, que vai bancar as campanhas deste ano. Esse recurso continua intocado.

### MAIS RECEITAS

O bloqueio dos gastos não tem relação com o comportamento da arrecadação, cuja previsão para aumento este ano subiu R\$ 87,4 bilhões em relação ao Orçamento aprovado. O relatório divulgado ontem mostra que as receitas seguem crescendo mesmo com o anúncio de corte de impostos, como o que ocorreu com o IPI e com os tributos federais do diesel. Hoje, o Orçamento prevê um déficit de R\$ 76 bilhões este ano para o governo federal, mas o relatório aponta que o resultado será melhor.

Agora, o governo prevê um déficit de R\$ 66,9 bilhões (0,69% do PIB). O governo está autorizado a ter um rombo de até R\$ 170 bilhões. Portanto, há uma folga para fazer reduções de impostos — mas não autoriza aumento de gastos, travados pelo teto.



# Área técnica do TCU recomenda aval à privatização da Eletrobras

Tribunal analisa última etapa do processo, que trata do valor mínimo das ações

BRASÍLIA

Relatório da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda a aprovação da segunda e última análise da privatização da Eletrobras, segundo integrantes da Corte. O documento foi enviado para manifestação do Ministério Público de Contas e, depois, segue para a deliberação dos ministros do TCU.

Os ministros não marcaram a data de julgamento. Caso o colegiado aprove o relatório, o governo fica autorizado a marcar a data da capitalização. O governo trabalha com o fim de maio como data-limite para a operação, nas Bolsas de São Paulo e Nova York.

O TCU já analisou e aprovou a primeira parte do processo de privatização, que avaliou o preço das outorgas que serão

pagas pela Eletrobras privada ao governo federal.

Agora, o TCU se debruça sobre a privatização em si, especialmente o preço mínimo das ações. Também está em análise a cisão de Eletrobras (que cuida das usinas nucleares de Angra) e Itaipu, pois estas não podem ser privatizadas.

Nessa segunda análise, a área técnica do TCU solici-

tou detalhes aos ministérios da Economia e de Minas e Energia. Porém, as ressalvas não foram consideradas impeditivas à privatização.

O modelo prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido, após oferta de ações que não será acompanhada pela União. Sem acompanhar a capitalização, o governo teria sua participação diluída a menos

## R\$ 25,3

**bilhões é o total que seria destinado ao Tesouro**

O valor é referente ao pagamento de outorgas das hidrelétricas que terão contratos alterados

de 50% e perde o controle.

Embora tenha recebido aval da área técnica do tribunal, o relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, pode apresentar outros questionamentos e, inclusive, votar contra a privatização.

É possível que outros ministros peçam vista e adiem a aprovação. Isso ocorreu na primeira análise, quando o ministro Vital do Rêgo pediu vista e adiou por meses a definição. Seu voto divergiu da área técnica, mas acabou derrotado.

Há uma janela para realização da capitalização, que se encerra em 13 de maio. Isso ocorre por causa dos prazos da Comissão de Valores Mobiliários e da SEC (órgão equivalente à CVM nos Estados Unidos).

Depois, a operação somente poderia ocorrer em agosto.

No total, o governo calculou em R\$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização, mas nem tudo vai para os cofres públicos. Desse valor, R\$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras privada ao Tesouro este ano, pelas outorgas das usinas hidrelétricas que terão os seus contratos alterados.

Serão destinados R\$ 32 bilhões para aliviar as contas de luz por meio do fundo do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energético. O restante vai para a revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de rios de Minas Gerais e Goiás, e geração de energia na Amazônia. (Manoel Ventura)

# Preço dos alimentos não deve cair com isenção de imposto de importação

Dificuldade para obter produtos no exterior, alta de 'commodities' e incerteza sobre repasse para consumidor são obstáculos

ELIANE OLIVEIRA  
elianeof@brs.oglobo.com.br  
BRASILIA

A redução a zero do Imposto de Importação que incide sobre alguns alimentos da cesta básica e o etanol não deve gerar queda acentuada de preços. Embora o objetivo do governo seja frear reajustes, há uma série de obstáculos pela frente: dificuldades para comprar produtos no mercado global, alta das cotações das commodities e até a apropriação de parte do ganho com a queda das tarifas pelo comércio varejista, sem o repasse integral ao preço final.

O governo anunciou na segunda-feira que vai zerar as alíquotas de etanol —que, misturado à gasolina, pode ajudar a baratear o combustível no posto—, açúcar, macarrão, óleo de soja, margarina, queijo, café e óleo de soja. E ainda fez uma segunda rodada de redução, em 10%, das tarifas de importação de bens de capital, informática e comunicações. Foi uma reação à pressão inflacionária mundial, agravada pela guerra na Ucrânia.

Na avaliação do presidente da Associação de Comércio

Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, as medidas tomadas pelo Ministério da Economia têm um pano de fundo político. Segundo ele, a queda das alíquotas não deve surtir o efeito desejado, principalmente nos preços dos alimentos:

—Os preços sobem ao sabor do momento.

Alex Agostini, economista-chefe da agência de classificação de risco Austin Rating, avalia que os preços podem até cair, mas não na in-



*“Os preços dos derivados lácteos também subiram lá fora. Não foi só aqui”*

**Fábio Scarcelli**, presidente da Abiq, da indústria de queijo

*“Nem toda redução de impostos é repassada para o consumidor”*

**Alex Agostini**, economista-chefe da Austin Rating

tensidade desejada pela área econômica do governo. Segundo ele, as atenções estarão voltadas para o varejo.

—É claro que temos sempre a expectativa de um alento, mas vai depender se o varejo vai repassar a redução para o consumidor na ponta. O que se sabe é que nem toda redução de impostos é repassada para o consumidor final, ainda mais quando falamos sobre alimentos —diz Agostini.

## IMPACTO NA PRODUÇÃO

Se nos preços a medida poderá se tornar inócua, para os produtores nacionais poderá haver impacto, por substituição do produto nacional pelo estrangeiro, sem a efetiva redução do preço. O diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), Celirio Inácio, diz que a medida é preocupante. Ele teme que o produto importado entre com vantagem em relação ao nacional no Brasil.

—A indústria nacional seguirá pagando seus impostos, enquanto a comercialização e os insumos da cadeia cafeeira continuarão sendo



Pouco café de fora. No ano passado, o Brasil importou US\$ 3,98 bilhões do produto e exportou US\$ 5,8 bilhões

cotados internacionalmente pelas Bolsas de Nova York e Londres. E isso faz com que tenhamos todos os cuidados para que o princípio da isonomia comercial não seja desalinado —argumenta.

Fábio Scarcelli, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (Abiq), diz que a grande preocupação do segmento é se o produto que entra no Brasil recebeu subsídio em seu país de origem para ficar mais barato. Segundo ele, o grande prejudicado será o produtor nacional.

—Os preços dos derivados lácteos também subiram lá fora. Não foi só aqui. O produto importado pode ter sido subsidiado na Europa ou nos Estados Unidos, enquanto aqui não recebemos apoio algum —ênfatica Scarcelli.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) divulgou uma nota em que afirma entender que o objetivo do governo federal em zerar o imposto de importação do óleo de cozinha é aumentar a disponibilidade do produto no mercado. “Na avaliação da entidade, não há falta de óleo de soja no mercado interno, e os preços estão alinhados com a paridade internacional”, diz um trecho da nota.

## POUCA IMPORTAÇÃO

Segundo as últimas projeções da Abiove, a produção de óleo de soja para a atual safra deve ficar na casa de 9,7 milhões de toneladas, volume superior ao registrado no ciclo anterior.

Dados do Ministério da Economia mostram que,

com exceção do etanol, as importações dos alimentos com alíquotas zeradas são muito pequenas atualmente. Por exemplo, enquanto em 2021 o Brasil exportou US\$ 9,2 bilhões em açúcar para países como China, Argélia, Nigéria, Arábia Saudita e Egito, as importações somaram US\$ 63,8 milhões, vindas de Estados Unidos, China, Alemanha e Dinamarca, entre outros.

O Brasil importou US\$ 1,5 bilhão em álcool de EUA, Chile, Venezuela e Trinidad e Tobago. Mas comprou apenas US\$ 3,98 milhões de café do México e do Canadá, enquanto as exportações desse produto no ano passado somaram US\$ 5,8 bilhões. O Brasil é o maior produtor de café do mundo.

## ENTREVISTA

**Lucas Ferraz**, SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR

Ministério da Economia pode aumentar a lista de alimentos com tarifa zero de importação, conforme preços avancem internamente. Ele ressalta, no entanto, que não há 'bala de prata' contra a inflação

ELIANE OLIVEIRA e liane@bsb.oglobo.com BRASÍLIA

# 'PODERÁ HAVER MAIS MEDIDAS DE LIBERALIZAÇÃO'

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, afirmou ao GLOBO que o governo poderá ampliar a lista de produtos da cesta básica com tarifas de importação zeradas, como resposta a reajustes de preços acima da inflação que atinjam, principalmente, as famílias mais pobres. Anteontem, o governo anunciou redução das alíquotas de óleo de soja, açúcar, queijo, margarina, macarrão e café, do etanol e de bens de informática, telecomunicações e de capital.

## Há disponibilidade desses produtos no mundo para fazer diferença no Brasil?

O principal instrumento de combate à inflação é a política monetária. Contudo, esperamos que o choque de oferta associado à redução a zero das tarifas de importação dos seis produtos da cesta básica contribua para o arrefecimento da dinâmica de preços desses produtos, que são essenciais para as famílias, sobretudo as mais pobres. As altas tarifas de importação, que em alguns casos chegavam a 28%, nos

dão a convicção de que este movimento é positivo. Contudo, claro está, como sempre esteve, que não há "bala de prata" no combate à inflação.

## A lista de alimentos com tarifa zero pode aumentar?

O ministério segue vigilante e, dependendo do caso, poderá haver mais medidas de liberalização comercial. É o típico caso da utilização de um instrumento de política visando o aumento do bem-estar dos consumidores brasileiros, sobretudo os mais pobres.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Etanol. Ferraz: potencial para aumentar significativamente importação

zero dessas tarifas nos parece, no momento, a melhor forma de garantir alguma contestabilidade aos preços praticados no mercado local.

## Os EUA são a melhor opção para a importação de etanol?

Nossa principal origem para a importação de etanol são os EUA. Com a redução da tarifa a zero, temos potencial para aumentar significativamente nossas importações.

## A redução de 10% sobre bens de informática, telecomunicações e de capital será acompanhada da diminuição do custo Brasil? Chegou a ser tratada no âmbito do Mercosul?

Para a redução das tarifas de importação desses produtos não precisamos de autorização dos sócios do Mercosul, pois trata-se de um regime especial. Estamos avançando na redução do custo Brasil, sendo o exemplo mais recente a redução horizontal do IPI em 25%. Essas medidas nos dão a possibilidade de fazermos avanços na agenda de abertura comercial, lembrando que ainda temos uma das maiores tarifas de importação do mundo nesse setor, no qual 90% do comércio mundial já têm tarifa zero.

## O governo espera um impacto negativo na produção nacional com as medidas, que se inserem no processo de abertura comercial?

No caso específico dos produtos da cesta básica, estamos reduzindo as tarifas de importação em setores que têm tido aumento de preços acima da inflação anual. A abertura comercial que vem sendo conduzida pelo governo brasileiro, de forma gradual e concomitante com a melhoria do ambiente de negócios e a redução do custo Brasil, tende a

maximizar seus impactos positivos sobre a produtividade e minimizar custos de adaptação a um ambiente mais concorrencial.

## Qual a parcela importada do consumo desses alimentos?

Os produtos são, de forma majoritária, produzidos localmente. Contudo, as altas tarifas de importação que ainda conferem proteção comercial se tornaram claramente excessivas, sobretudo em tempos excepcionais, como o que estamos vivendo. A redução a

# Copom sinaliza fim do ciclo de alta dos juros em maio, a 12,75%

Ata da última reunião, no entanto, deixa claro que aperto monetário pode ser maior se cenário externo se agravar

GABRIEL SHINOHARA  
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic) está perto do fim, de acordo com o Banco Central (BC). A Selic passou de 2%, no início de 2021, para 11,75% ao ano na semana passada. Segundo a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou a taxa em 1 ponto percentual, o BC avalia que uma Selic em 12,75% seria suficiente para colocar a inflação de 2023 na meta. O risco vem do conflito na Ucrânia.

O documento ressalta que as projeções para a inflação “se encontram acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta para 2022, e ainda ao redor da meta para 2023.” Como o Copom já indicou que deve fazer uma nova elevação de 1 p.p. na próxima

reunião, em maio, a Selic estaria próxima do patamar suficiente para controlar a inflação no ano que vem.

As alterações na Selic demoram de seis a nove meses para ter impacto na inflação. Ou seja, o BC já está mirando o IPCA de 2023.

“A trajetória de juros projetada implica patamar significativamente contracionista da política monetária, que tem impacto principalmente na inflação de 2023, e é compatível com o combate aos efeitos de segunda ordem do atual choque de oferta”, diz a ata.

Com mais uma alta de 1 p.p., a Selic iria a 12,75%. O último Relatório Focus, porém, prevê a taxa em 13% no fim do ano.

## CHOQUE DE 'COMMODITIES'

Apesar de indicar que o fim do ciclo está próximo, o BC não descartou a possibilidade de elevar ainda mais os

juros, caso necessário.

“O Copom avalia que o momento exige serenidade para avaliação da extensão e duração dos atuais choques” — uma referência à invasão da Ucrânia pela Rússia, que provocou forte alta nos preços das *commodities*, de petróleo a grãos. “Caso esses (choques) se provem mais persistentes ou maiores que o antecipado, o Comitê estará pronto para ajustar o tamanho do ciclo de aperto monetário.”

A economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto, aposta que será necessária mais uma alta, com os juros chegando a 13,25% em junho:

— Acredito que o BC vai se apoiar na porta aberta que deixou para caso o cenário seja um pouco mais pessimista. Caso agente tenha um hipótese de trajetória mais agressiva dos preços de pe-



Meta. O objetivo do Banco Central, agora, é controlar a inflação de 2023. Para este ano, projeções vão de 6,3% a 7,1%

tróleo, ele pode rever e dar continuidade ao reajuste.

Maurício Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander, também avalia que a Selic encerrará seu ciclo de altas em 13,25%. Ele ressalta que as expectativas de inflação devem continuar subindo e que ainda há muita incerteza por causa da guerra.

Segundo a ata, o cenário externo “se deteriorou substancialmente”. Na avaliação do Comitê, o choque de oferta causado pelo conflito, como nos combustíveis e alimentos, tem potencial para “exacerbar pressões inflacioná-

as” no mundo todo.

— Embora reconheça que possa haver uma pressão sobre bens industrializados em função das mudanças na cadeia de produção global, o impacto principal é através das *commodities*, e nesse sentido o Banco Central se coloca como responsável de conter os efeitos secundários do choque — disse Oreng, do Santander.

## ATENÇÃO AO PETRÓLEO

A ata cita ainda o risco fiscal, no cenário interno. Mas afirma que “esse risco está parcialmente incorporado nas expectativas de inflação”.

Para a inflação, o Copom

projeta dois cenários, um no qual o IPCA chegaria a 7,1% este ano e a 3,4% em 2023, e outro, mais provável, segundo o Comitê, de inflação em 6,3% em 2022 e 3,1% no ano que vem. O determinante é o preço do petróleo, atualmente em torno de US\$ 115.

A meta deste ano é de 3,5%, e a de 2023, de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo.

Uma inflação mais alta levaria a uma Selic também maior. Em fevereiro, antes de estourar a guerra, o Copom projetava o pico de 11,75% este ano, estimativa que foi a 12,75% na semana passada.

## Economia

# Alta do petróleo deve reforçar caixa do governo federal em R\$ 37,2 bilhões

Excesso de arrecadação favorece o argumento de integrantes do governo que defendem um subsídio temporário aos combustíveis

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

22 de março de 2022 | 19h33

BRASÍLIA - O presidente [Jair Bolsonaro](#) sempre critica o fato de os governadores tirarem proveito da alta do [petróleo](#) para arrecadar mais com o [ICMS](#), mas a valorização do preço do barril no mercado internacional reforçará o caixa do governo federal, especificamente com mais **R\$ 37,2 bilhões** ao longo de 2022.

O salto de arrecadação ocorre porque o governo recebe receitas que estão diretamente relacionadas ao preço do petróleo, entre elas tributos e [royalties](#) (pagos pelas empresas como uma compensação financeira à [União](#) pela produção no [Brasil](#)).

---

### LEIA TAMBÉM



Projeto do Congresso abre brecha para Petrobras mudar política de preços, dizem empresas do setor

---

Com a invasão da [Ucrânia](#) pela [Rússia](#), os preços internacionais dispararam, o que levou ao megarreajuste do preço do [diesel](#), [gasolina](#) e [GLP](#) ([gás de cozinha](#)) pela [Petrobras](#).

O governo terá também um aumento de **R\$ 1,8 bilhão** de receitas vinculadas à exploração de [minério de ferro](#), cujo preço também subiu no rastro do conflito na [Europa](#). Com o cenário de guerra, as receitas com exploração de recursos naturais prevista para 2022 deu um pulo de R\$ 95,8 bilhões para R\$ 134,5 bilhões.

Esse excesso de arrecadação vem reforçando os argumentos de integrantes do governo que defendem a adoção de um [subsídio](#) temporário aos [combustíveis](#) com custo de até R\$ 37 bilhões. Esse mesmo valor vem sendo, inclusive, citado nos bastidores do governo por integrantes do [Ministério de Minas e Energia](#) e do [Palácio do Planalto](#) como um limite para uma política temporária de subsídio.

Em reação às críticas da população pela subida dos combustíveis, que minam sua popularidade, o presidente responde culpando a política de preços da Petrobras e os governadores por não cortarem o ICMS e estarem com caixa cheio com o aumento da arrecadação do imposto estadual que incide sobre os combustíveis.

Para calcular a previsão de receita com a renda do petróleo, o governo utilizou um preço médio do petróleo de US\$ 103,4 por barril, US\$ 26 acima da estimativa anterior de US\$ 77,4.

## Bombando

As estimativas do governo fazem parte do primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do [Orçamento](#) deste ano. O relatório, que é uma fotografia do quadro do Orçamento no momento e serve de baliza para a gestão do Orçamento nos próximos meses, apontou um crescimento extraordinário de receitas, mesmo com a economia ainda em ritmo lento e a decisão do governo de abrir mão de R\$ 49,8 bilhões em cortes de tributos.

A previsão de receitas ficou R\$ 87,5 milhões maior, puxada pela arrecadação com petróleo, pagamentos de dividendos pelas estatais e receitas de concessões. No caso de dividendos, o ingresso maior de receitas também é influenciado pelo lucro maior da Petrobras proporcionado pela alta de preços. O governo estimou uma receita de mais de R\$ 12,9 bilhões de dividendos e R\$ 11,2 bilhões de concessões.

## Incertezas da guerra

Ao anunciar as novas previsões, o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, [Esteves Colnago](#), deixou clara a posição da equipe econômica em relação ao subsídio: é melhor aguardar o efeito da situação da guerra e das medidas já anunciadas como a redução do [PIS/Cofins](#) para diesel que custará este ano R\$ 14,9 bilhões. Colnago disse que não existe um ponto delimitado pelo governo de preço de barril para que o subsídio seja acionado.

Como revelou o **Estadão**, Colnago sinalizou que o [Ministério da Economia](#) prefere um subsídio localizado, como o vale-gás via o [Auxílio Brasil](#), e é contrário à redução de tributos incidentes na gasolina. Medida que, segundo ele, acabaria beneficiando a classe média mais alta e os mais ricos do País que têm automóveis particulares. "Não é uma boa política", disse.

Para Colnago, não há "no momento" razões que justifiquem a abertura de um crédito extraordinário do Orçamento para bancar o subsídio. Esse tipo de crédito não é considerado no teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, mas exige urgência, relevância, condições que a equipe do ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), não considera que existam até o momento. "Tenho dificuldade de ver o crédito extraordinário ser viabilizado, tem que ter justificativa", disse.

O relatório também prevê um bloqueio de R\$ 1,7 bilhão em despesas para recompor gastos necessários de órgãos do governo que sofreram cortes de recursos na votação do Orçamento pelo [Congresso](#), que preferiu aumentar as emendas parlamentares em ano eleitoral, como antecipou ontem o **Estadão**.

O bloqueio ficou abaixo do esperado porque o Congresso não aceitou cortes nas suas emendas em ano de eleições. Não foi divulgada a divisão do bloqueio com os nomes de quais órgãos ou políticas públicas que perderão o dinheiro para preservar as emendas. O Ministério da Economia e [Casa Civil](#) ainda estão fechando os dados.

## Economia

# Brasil pode se beneficiar dos efeitos da guerra envolvendo Rússia e Ucrânia, diz presidente do BC

Campos Neto voltou a prever que o pico da inflação em 12 meses ocorrerá em abril deste ano

Eduardo Rodrigues e Guilherme Pimenta, O Estado de S.Paulo

23 de março de 2022 | 11h06

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta quarta-feira, 23, que o Brasil pode se beneficiar dos efeitos do choque da guerra envolvendo Rússia e Ucrânia se o país tiver fertilizantes para a produção de alimentos, com a alta dos preços. Essa é a primeira vez que o presidente da autoridade monetária se manifestou publicamente sobre o conflito no leste europeu.

"O Brasil não se inseriu nas cadeias globais de valor durante grande parte do período de especialização, e temos agora oportunidade com a redivisão das cadeias globais para estarmos muito mais presentes. Há uma oportunidade secular para o Brasil, se tiver as políticas certas, para entrar nas cadeias globais de valor. O que está acontecendo no mundo é grande oportunidade para o Brasil", concluiu o presidente do BC.

Ao participar de evento promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Fiesp, Campos Neto disse que o conflito entre Rússia e Ucrânia resultou em uma grande crise energética mundial, intensificando os problemas da pandemia. O conjunto de sanções dos países contra a Rússia, disse, é o maior da história, e isso traz implicações para todo o mundo.

Assim, completou Campos Neto, a crise energética fica mais intensa, já que os grandes países da Europa dependem do gás russo. "Isso está sendo colocado em teste agora. "O mundo sairá polarizado no fim do conflito", afirmou o presidente do BC. "Há um redesenho das cadeias globais, é um movimento importante e duradouro. Haverá um mundo mais polarizado, com divisão entre empresas privadas."

O impacto no curto prazo, segundo ele, será o aumento dos desafios na transição para uma economia verde, com maior incentivo para utilização de fontes alternativas. O mais importante, disse ele, será o

redesenho das cadeias globais.

"Há empresas que querem diversificar os contratos, o que significa mais custo e menos eficiência", declarou o presidente do BC. "Isso representa para o mundo um período relativamente longo de menos crescimento e mais inflação", afirmou o presidente do BC.

## Inflação

Campos Neto voltou a prever que o pico da inflação em 12 meses ocorrerá em abril deste ano e afirmou que o IPCA passará a recuar a partir de então.

De acordo com os analistas de mercado ouvidos semanalmente pelo BC na Pesquisa Focus, a inflação deve ter alta de 0,99% em março e 0,88% em abril. Para maio, porém, os economistas esperam uma deflação de 0,20%.

"Falando em inflação brasileira, devemos chegar ao pico em abril, e voltar a cair. Estimamos que o número de curto prazo seja até um pouco mais alto do que tínhamos imaginado inicialmente", afirmou, em seminário sobre regras fiscais organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Fiesp.

Campos Neto enfatizou que o Brasil tem se diferenciado de outros países no combate à inflação, com um movimento mais forte de aperto monetário. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic (a taxa básica de juros) em 1 ponto porcentual, para 11,75% ao ano e indicou uma nova alta de mesma magnitude na reunião de maio.

"O Brasil tem sido mais atuante em uma inflação que entendemos ser mais persistente. A inflação contaminou os núcleos e hoje está acima da meta em serviços, comércio e indústria. Precisamos endereçar esse problema com serenidade e firmeza", completou.

Na véspera da divulgação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) com novas projeções do BC para o Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, Campos Neto adiantou que a instituição está com um número melhor que o do mercado para a atividade. No último Focus, os analistas projetaram um crescimento de 0,50% em 2022.

"Estamos com um número um pouco maior que o mercado de crescimento. Os números na ponta estão surpreendendo para cima. Temos crédito subindo em dois dígitos mesmo com os juros crescendo e a parte de investimentos no Brasil está com fluxo positivo desde o início do ano", argumentou.

Sobre fiscal, que era o tema do seminário, Campos Neto lembrou que não cabe ao BC fazer política fiscal, mas ressaltou que a calibragem da política monetária depende também do resultado das contas públicas. "Vemos uma grande melhora no curto prazo do fiscal. O aumento dos preços das commodities melhora o fiscal da União e dos Estados, porque melhora a arrecadação. O resultado primário surpreendeu e continua positivo no curto prazo. E existem questões sobre a sustentabilidade do fiscal no longo prazo."

Tudo o que sabemos sobre:

Banco Central do Brasil

Roberto Campos Neto

inflação

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

## DESTAQUES EM ECONOMIA



**Empresários pressionam governo contra importação da China por pessoa física**



## Economia

# Corte de tarifa de importação deve ter efeito limitado para conter alta de preços, dizem economistas

Mesmo com a medida, os especialistas mantêm as previsões para o IPCA em 2022 na faixa de 7%

Márcia De Chiara, O Estado de S.Paulo  
23 de março de 2022 | 05h00

A **decisão do governo de zerar o imposto de importação** de etanol, café, margarina, queijo, macarrão e óleo de soja e de reduzir em 10% as alíquotas de **importação** sobre itens de informática e bens de capital terá impacto limitado para conter a alta de preços e segurar a **inflação**, segundo economistas ouvidos pelo **Estadão**.

Mesmo com essa medida, eles mantêm as previsões para o ano do **Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)** na faixa de 7%. Na prática, a zeragem do imposto tem muito mais um caráter populista, no sentido de o governo demonstrar preocupação com a inflação em ano eleitoral, do que equacionar a forte pressão inflacionária, que mantém os índices em 12 meses em dois dígitos.

---

### LEIA TAMBÉM



**Governo zera tributos de importação de etanol e de alimentos, como café e macarrão; veja os produtos**

---

Nas contas de André Braz, coordenador de índices de preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), o **etanol** e os **alimentos**, cujas alíquotas estão zeradas até o final do ano, representam menos de 3% do orçamento familiar. “Eles pesam menos do que a conta de luz, que responde por 5% do IPCA”, compara.

Além de o peso desse grupo de itens ser pequeno na inflação, como os preços são livres e o momento atual é de muita volatilidade, a isenção do imposto não necessariamente se traduz em preços menores

ao consumidor, diz o economista. A decisão pode, no máximo, impedir um aumento maior no preço final, observa.

O motivo é que as cotações das **commodities**, como soja, trigo, milho, petróleo, seguem muito pressionadas no mercado internacional por causa da guerra entre **Rússia** e **Ucrânia**. “Parece que essa decisão está na conta de medidas em torno das eleições, do interesse do governo de se posicionar melhor na corrida eleitoral.”

O economista Fábio Silveira, sócio da consultoria MacroSector, concorda com Braz. “O anúncio desse pacote tem um caráter populista e eleitoreiro.” Ele diz que a desaceleração da inflação no segundo semestre já é prevista por causa de outros fatores e que o efeito da zeragem do imposto é muito pequeno. “Não é isso que vai conter preços.”

Entre os fatores que devem levar a uma desaceleração da inflação no segundo semestre, apesar de a sua projeção do IPCA para o ano continuar na faixa de 7% por causa da disparada de preços do primeiro semestre, o economista aponta a alta dos **juros** no mundo, especialmente nos **Estados Unidos**. “A subida dos juros dos títulos do Tesouro americano reduz os movimentos especulativos de fundos que apostam em commodities e impulsionam os preços”, explica.

Outro fator apontado por Silveira é a entrada, no segundo semestre, das safras de grãos no mercado internacional, o que amplia a oferta de produtos e segura os preços. Além disso, a valorização do **dólar** em relação ao real deve limitar a alta da inflação no **Brasil**.

## Câmbio

“Se o **câmbio** continuar se valorizando, ele terá impacto muito mais importante para segurar a inflação do que essas reduções de **impostos**”, afirma o economista Guilherme Moreira, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da **Fipe**.

Moreira pondera que toda a redução de imposto é bem-vinda, mas destaca que o problema da inflação neste momento é muito maior do que os itens nos quais o governo decidiu zerar ou reduzir o imposto de importação. “A inflação está muito espalhada.”

No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de fevereiro, o último dado disponível, 74,8% dos 377 itens que compõem o indicador registraram aumento de preços, um recorde histórico, aponta levantamento da LCA Consultores.

Fabio Romão, economista da LCA, diz que a decisão do governo pouco vai influir na inflação. No caso do etanol, ele observa que o produto importado respondeu por apenas 3,8% da oferta no mercado interno no ano passado. “É muito pouco, não tem oferta”, argumenta. Além disso, o etanol importado é produzido a partir do **milho**, que está em alta no mercado internacional. “Não deve ter um efeito relevante para o preço da **gasolina**”, afirma. O economista não alterou a previsão de alta de 10% para a gasolina neste ano e de um IPCA de 6,7%.

## Empresas criticam a medida

A redução no imposto de importação pegou de surpresa as empresas dos setores afetados pela medida.

Segundo a Abinee, a associação que representa a indústria de produtos eletroeletrônicos, o novo corte quebra a confiança no diálogo com o governo. “Essa decisão (...) aumenta a insegurança jurídica, o que afeta qualquer intenção de investimento e de reindustrialização no País”, disse o presidente da entidade, Humberto Barbato, em nota.

Em um ano, esta é a segunda redução do imposto cobrado na importação de aparelhos de informática e de telecomunicações, como computadores, tablets e celulares, repetindo a dose – corte de 10% – de

março de 2021. Máquinas e equipamentos também tiveram o imposto de importação reduzido em mais 10%.

Para a Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio), a decisão do governo de zerar tributos de importação do etanol é negativa, sem o compromisso de um corte semelhante da parte de outros países. "A medida compromete o ânimo da produção e da geração de empregos e não oferece ao nosso setor reciprocidade alguma para **exportação**, por exemplo, de açúcar para os EUA", disse o presidente da entidade, Renato Cunha.

Já a União Nacional do Etanol de Milho (Unem) disse que a retirada da alíquota para importação do **biocombustível** causa "extrema preocupação". "A medida poderá gerar efeitos adversos e indesejados num momento de instabilidade do mercado, tais como a insegurança jurídica, aumento de custo para indústria nacional, inibição da geração de emprego e o processo de desinvestimento", afirma a entidade em comunicado. Para a Unem, o ideal seria incentivar a produção de combustíveis mais limpos e de matriz energética renovável. / **COLABORARAM EDUARDO LAGUNA E AUGUSTO DECKER**

## NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Governo zera tributos de importação de etanol e de alimentos, como café e macarrão; veja os produtos](#)  
[Venda de etanol cresce, mas preço sobe junto com o da gasolina; veja quando vale a pena trocar](#)  
[Bolsonaro joga gasolina na fogueira e atropela Guedes ao defender zerar tributo sobre o combustível](#)  
[Guerra na Ucrânia ameaça causar uma crise global de alimentos e agravar a fome, já em alta](#)

Tudo o que sabemos sobre:

imposto

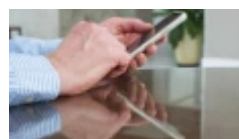
importação

etanol

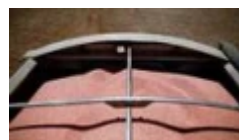
alimento

Encontrou algum erro? [Entre em contato](#)

## DESTAQUES EM *ECONOMIA*



**Empresários pressionam governo contra importação da China por pessoa física**



**Preço do potássio triplica e bate recorde após guerra na Ucrânia**



**Faculdade do Comércio quer usar capilaridade da ACSP para avançar no interior**

## Economia

# Secretário de Guedes contradiz Bolsonaro e diz que zerar tributos de gasolina não é 'boa política'

Esteves Colnago defendeu a redução de impostos sobre o diesel, já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente, que terá impacto de diminuir R\$ 0,33 por litro do combustível nas bombas

Lorena Rodrigues e Antonio Temóteo, O Estado de S.Paulo

22 de março de 2022 | 20h02

BRASÍLIA - Depois de o presidente [Jair Bolsonaro](#) defender a redução de tributos sobre a [gasolina](#), o secretário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, [Esteves Colnago](#), disse que essa “não é uma boa política” porque beneficia principalmente a classe média alta.

Em entrevista coletiva nesta terça-feira, 22, Colnago defendeu a redução de impostos sobre o [diesel](#), já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente, que representará uma renúncia anual de R\$ 19 bilhões e terá impacto de diminuir R\$ 0,33 por litro do [combustível](#) nas bombas.

---

### LEIA TAMBÉM



**Alta do petróleo deve reforçar caixa do governo federal em R\$ 37,2 bilhões**

---

“Reduzir tributo sobre diesel é diferente porque atende quem transporta alimentos, quem usa transporte público. É muito caro reduzir tributo para gasolina. Entendemos que podem ter políticas melhores”, afirmou.

Perguntado sobre novas medidas para conter a alta de preços dos combustíveis, Colnago disse que este é o momento de “aguardar” o efeito das ações já anunciadas pelo governo que, ontem, cortou também o imposto de importação do [etanol](#), o que, nas contas da equipe econômica, pode representar uma economia de R\$ 0,20 no litro da gasolina.

“Não podemos adotar medidas desenfreadas, tem um custo para a sociedade. [Gastos] Voltam para a sociedade, seja por alta de [juros](#) ou [inflação](#)”, afirmou. Não existe nada pré-determinado [para novas medidas], não existe ‘há se o [dólar](#) chegar a R\$ 7 ou o brent a US\$ 300. Entendemos que é momento de aguardar para ver como vai evoluir”.

O secretário foi questionado se havia novas políticas em estudo para amenizar o efeito da alta de combustíveis para as classes mais baixas. “Já temos política hoje para a baixa renda que é [Auxílio Brasil](#) e auxílio gás”, afirmou.

## Aumento

Apesar de fontes da equipe econômica preferirem uma maior transferência de renda a subsídios ou reduções de tributos para a gasolina, Colnago disse que hoje não há espaço no teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à inflação, para um eventual aumento no Auxílio Brasil. A regra limita o crescimento das despesas do governo à inflação do ano anterior.

Nesta terça-feira, o [Ministério da Economia](#) indicou que será necessário bloquear R\$ 1,72 bilhão do orçamento de 2022 para enquadrar as despesas previstas ao teto de gastos. “

“Tenho dificuldade de visualizar crédito extraordinário para aumento de Auxílio Brasil. É preciso que o órgão setorial justifique a necessidade de crédito extraordinário. Hoje não vislumbro”, afirmou.

Colnago reforçou ainda que também não há espaço para eventual aporte de recursos no fundo de estabilização para combustíveis já aprovado pelo [Congresso Nacional](#). “Hoje não tem espaço no teto para nada, tenho uma falta de R\$ 1,7 bilhão”, completou

## NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Alta do petróleo deve reforçar caixa do governo federal em R\\$ 37,2 bilhões](#)

[Projeto do Congresso abre brecha para Petrobras mudar política de preços, dizem empresas do setor](#)

[Assessor de Guedes entra na lista de cotados para presidir a Petrobras](#)

[BC diz que guerra entre Rússia e Ucrânia pode gerar mais inflação e exigir juros mais altos](#)

[Dólar fecha abaixo de R\\$ 5 em dia de ata do Copom; Bolsa encerra em alta](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Esteves Colnago

Paulo Guedes

Jair Bolsonaro

óleo diesel

combustível

petróleo

gasolina

## VEJA TAMBÉM



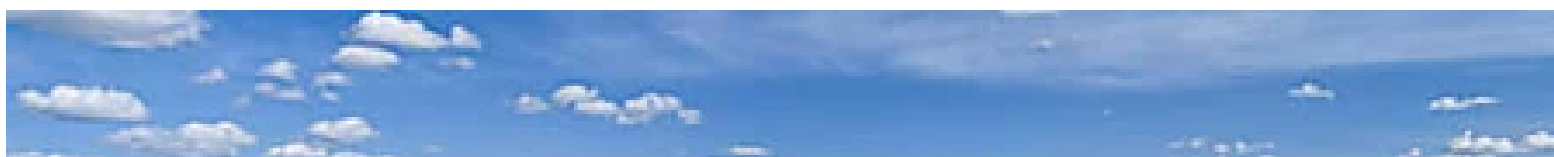
MRV inaugura usina de energia solar na Bahia - Economia



Tenha sempre um plano B para aluguel de imóvel



Bolsonaro volta a rechaçar interferência na Petrobras e a culpar 'corrupção' por alta do combustível - Economia



## Economia

# União ou contribuinte? STF decide quem ganha quando der empate em tribunal de recursos de autuações

O STF dará sequência, nesta quarta-feira, 23, ao julgamento que analisa a constitucionalidade da lei que instituiu o desempate pró-contribuinte em julgamentos do Carf

Guilherme Pimenta e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo  
23 de março de 2022 | 09h36

Brasília - Em um dos processos mais aguardados do ano por grandes empresas, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** dará sequência, nesta quarta-feira, 23, ao julgamento que analisa a constitucionalidade da lei que instituiu o desempate pró-contribuinte em julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, tribunal administrativo responsável por julgar recursos de autuações da **Receita Federal** antes de ir à Justiça.

Desde 2020, há uma regra que favorece quem paga imposto. Até então, a lei permitia ao presidente de cada turma do Carf, que é um funcionário da Fazenda Nacional, desempatar o julgamento. Quase sempre a vitória era da União.



O STF dará sequência, nesta quarta-feira, 23, ao julgamento que analisa a constitucionalidade da lei que instituiu o desempate pró-contribuinte em julgamentos do Carf Foto: Felipe Sampaio/STF

Assim que instituída, a legislação que favorece o contribuinte logo foi questionada no Supremo pela União. O julgamento começou e está empatado: hoje, já há um voto para derrubar a regra, do ex-ministro **Marco Aurélio Mello**, e outro, do ministro **Luís Roberto Barroso**, que favorece o contribuinte, mas permite à União recorrer ao Judiciário em caso de empate. **Alexandre de Moraes** então pediu vistas (tempo para analisar) do processo.

Em seu voto, o ex-ministro Marco Aurélio defendeu que a norma que instituiu o desempate favorável às empresas e às pessoas físicas é inconstitucional porque foi inserida como um “jabuti”.

Conforme revelado pelo *Estadão/Broadcast* no início deste ano, o Carf tem R\$ 1 trilhão em créditos tributários paralisados que aguardam decisão do conselho. O quadro se agravou este ano, já que as sessões do tribunal foram suspensas por falta de quórum em razão da operação-padrão de servidores da Receita, o que elevou o estoque de processos pendentes de julgamento.

Na noite da última quinta-feira, 17, o Conselho Federal da **OAB** protocolou um memorial no Supremo no qual solicita a manutenção do desempate pró-contribuinte. Segundo a entidade, os pontos questionados pela Fazenda Nacional “nada mais representam do que uma tentativa de tornar o STF em um instância revisora de uma decisão perfeitamente legítima do Congresso Nacional, a qual estabeleceu um critério de julgamento no âmbito do Carf”.

A OAB sustenta que, ao contrário de outros casos nos quais o Supremo julgou “jabutis” inconstitucionais, ao entender que eles representam “contrabando legislativo”, no caso envolvendo o voto de desempate no Carf, a matéria foi incluída em uma legislação que já tratava de assuntos tributários. Assim, portanto, não seria possível dizer que ela foi instituída em uma lei que não tinha relação com a proposta.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, não vai apresentar memoriais aos ministros do Supremo.

## **Consequências**

Na avaliação do advogado tributarista Breno Vasconcelos, caso o Supremo julgue a lei inconstitucional e, portanto, derrube o voto de desempate pró-contribuinte, haverá uma “uma enorme insegurança jurídica para os casos passados”, quando empresas e pessoas físicas foram beneficiadas.

Além disso, na sua avaliação, isso poderia criar uma instabilidade financeira para empresas que já provisionaram suas despesas em curto e médio prazo. “Instabilidade, essa, que certamente repercutirá para toda a sociedade”, destacou o advogado.

Luiz Bichara, procurador tributário da OAB nacional, avalia que não há jabuti no texto aprovado pelo Congresso. “Há enorme diferença entre esse caso e os precedentes do chamado contrabando legislativo . Na ADI 5020 - paradigma invocado - se tratava de uma MP que tratava de parcelamento Tributário, e a emenda era relativa aos limites da floresta de bom futuro”, explicou.

“Neste caso, a diferença entre os temas era gritante mesmo para um leigo. Já no caso do voto de qualidade, a emenda tinha absoluta pertinência temática com o objeto da MP, conforme exaustivamente debatido pelo parlamento. Podemos gostar ou não da lei . Mas isso não é conducente à inconstitucionalidade”.

Já para Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, é difícil prever o veredicto do Supremo, já que os argumentos da constitucionalidade podem ser tanto direcionados para um caminho quanto para outro.

“Se de um lado há lógica em se derrubar uma autuação se houver empate, pois esse placar indicaria forte dúvida sobre a correição da cobrança, a regra anterior também tinha uma premissa lógica, eis que trata-se de um potencial prejuízo ao interesse público (perda de arrecadação), tendo sempre o contribuinte o caminho do Judiciário a percorrer, se o CARF mantém a cobrança”, argumentou o advogado tributarista.

Tudo o que sabemos sobre:

STF [Supremo Tribunal Federal]

Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]

União Federal [governo do Brasil]

Poder Judiciário

## VEJA TAMBÉM



A reforma do setor elétrico é uma das mais relevantes da pauta econômica - Economia



ctv-kdr-niquel - Economia - Estadão



Tenha sempre um plano B para aluguel de imóvel





# Relatório preliminar do TCU dá sinal verde para venda

Relatório final pode chegar no início da próxima semana o relator, ministro Aroldo Cedraz

Por Murillo Camarotto — De Brasília

23/03/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

Uma versão preliminar do relatório técnico que vai direcionar a decisão final do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a privatização da Eletrobras já chegou ao Ministério Público de Contas e está sendo analisada. Segundo apurou o **Valor**, o documento faz algumas ressalvas e questionamentos, mas recomenda a aprovação da operação.

Ontem, a expectativa era que os ministérios da Economia e das Minas e Energia encaminhassem até hoje as informações complementares solicitadas pelos auditores e que o relatório final chegue no início da próxima semana ao gabinete do relator, ministro Aroldo Cedraz.

Diferentemente do que aconteceu na primeira etapa do processo - que analisou o valor atribuído aos ativos da estatal -, a análise pelo Ministério Público de Contas deve ser mais breve na segunda fase.

Essa segunda fase avalia os parâmetros da operação de aumento de capital que viabilizará a desestatização.

Enquanto que na primeira fase era possível questionar as escolhas do governo para a definição dos valores dos ativos e da outorga que deverá ser paga, na etapa atual a análise jurídica se restringe a possíveis inconsistências metodológicas ou de premissas do "valuation".

Considerando a tendência de que o relator também recomende a aprovação da operação, a definição vai ficar mesmo na seara política,

onde será definido o timing da análise final da matéria pelo plenário de ministros.

Um eventual pedido de vista pode se alongar por até 60 dias, abrindo a possibilidade de inviabilizar a privatização ainda neste ano.

Conforme informado na semana passada pelo **Valor**, além das eleições presidenciais deste ano, o sucesso do processo de privatização da Eletrobras passa também pelo calendário dos fundos de investimento, pela cotação do dólar e por outras variáveis.

Nesse cenário, um eventual pedido de vista poderá se transformar em uma queda de braço pública entre ministros.

Internamente, a maioria dos ministros aprova a privatização, apesar de muitas ressalvas.

O ministro Benjamin Zymler, que tem experiência no setor elétrico e é um dos mais respeitados pelos pares, votou a favor da aprovação da primeira etapa, ao mesmo tempo em que disse que, fosse ele governo, não venderia a Eletrobras nas condições colocadas.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**Esse chinelo Nike te dá a sensação de estar andando nas nuvens**

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

**Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador**

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

**40 Piores filmes de todos os tempos, de acordo com o Rotten Tomatoes**

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

**Queima de estoque: de R\$297,90 por R\$147,90**

FERRAMENTAS MODERNAS

LINK PATROCINADO

**Os irmãos tiraram a mesma foto de aniversário por 33 anos, sem saber o quanto a vida mudaria**

FACTS THERAPY

LINK PATROCINADO

# Produtores criticam desoneração de alimentos e etanol

Ministra da Agricultura defende medida como ferramenta para combater inflação

Por Rafael Walendorff e Fernando Lopes — De Brasília e São Paulo

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

A retirada até o fim deste ano do imposto de importação incidente sobre seis itens da cesta básica, além do etanol, anunciada pelo governo na noite de segunda-feira como medida para conter a inflação de alimentos e combustíveis, tem poucas possibilidades de baixar preços e já provoca reações negativas de produtores do país.

Com arsenal limitado para atacar a alta dos alimentos básicos nas gôndolas dos supermercados e com poder ainda menor para manobrar os efeitos da disparada das cotações internacionais das commodities, a desoneração tem viés populista em um ano eleitoral.

A União Nacional do Etanol de Milho (Unem), por exemplo, já afirmou que não vislumbra um “resultado efetivo” de redução de preços da gasolina nos postos com a retirada do imposto sobre o biocombustível importado. A entidade ressaltou que a medida enfraquece a indústria nacional e desestimula os investimentos, que no segmento ultrapassam R\$ 6 bilhões na expansão de plantas já em operação. A equipe econômica disse que o litro da gasolina pode ficar até R\$ 0,20 mais barato.

A Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), com forte representatividade entre os produtores de etanol do Nordeste, sempre foi contra facilidades para importação do combustível, que vem dos Estados Unidos (onde é produzido de forma subsidiada a partir do milho) e inunda a região, reduzindo o lucro das usinas.

Na segunda, a entidade saudou o governo e garantiu apoio à reeleição de Jair Bolsonaro em encontro no Palácio do Planalto com a presença

de Paulo Guedes, ministro da Economia. Mais tarde, veio o anúncio da desoneração para o etanol importado. A Feplana ainda não se manifestou sobre a retirada do imposto.

“Muitos produtos têm preços em dólar. Então, mesmo que importe, não muda o patamar de preços”, afirmou um executivo da indústria. Além do câmbio, a logística cara e complicada com a pandemia e a guerra no Leste Europeu inibe os negócios. Também faltam fontes exportadoras. No caso do etanol, o Brasil compra basicamente dos EUA (negócios de US\$ 225 milhões em 2021), em volumes pequenos diante do consumo doméstico.

Os produtos cujas tarifa de importação foram zeradas (café moído, etanol, açúcar, óleo de soja, margarina, queijo e macarrão) têm peso quase insignificante nas importações. Foram menos de 500 mil toneladas somados os sete itens, com US\$ 487 milhões em negócios no ano passado.

Em 2021, as importações de café moído da Europa somaram 3,8 mil toneladas, ou US\$ 67 milhões. O saldo da balança comercial do agronegócio brasileiro fechou o ano passado em mais de US\$ 105 bilhões.

No mercado de açúcar, outro produto que tem no Brasil o maior exportador mundial, também é difícil pensar em importações relevantes, que teriam que vir de países como Índia e Tailândia, com custos logísticos desfavoráveis.

Para o óleo de soja, a indústria nacional considera que a desoneração não terá maiores consequências - no máximo permitirá algumas compras mais para o fim do ano por causa da quebra de safra do grão no Sul, embora o principal fornecedor potencial, a Argentina, tenha aumentado a retenção (bloqueio à exportação) de óleo e farelo em 33%.

No caso de queijo e da margarina, pesa contra as importações, como informou o **Valor**, a apertada relação entre oferta e demanda de lácteos no exterior, que reduziu estoques de leite em pó e elevou preços.

Para a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, a retirada do imposto de importação sobre seis alimentos e etanol até o fim do ano pode ajudar no combate à inflação. Ela disse que medidas que não afetem a produção precisam ser usadas pela equipe econômica para conter a alta de preços.

“Neste momento, todas as ferramentas que puderem ser usadas para diminuir a inflação sem prejudicar a produção devem ser usadas”, afirmou.

Vale lembrar, ainda, que as tarifas de importação de soja em grão e milho de países que não pertencem ao Mercosul estão zeradas, em medida válida até maio após decisão do fim do ano passado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

**Sabia que sua empresa pode estar perdendo dinheiro? Veja!**

FLASH BENEFÍCIOS

Leia mais

LINK PATROCINADO

**Saiba como empresas de benefícios ajudam seus colaboradores**

FLASH BENEFÍCIOS

Leia mais

LINK PATROCINADO

**Coleção única para 2022 com desconto e frete grátis**

HOOFTSTORE.COM

Saiba mais

LINK PATROCINADO

**Você já viu estes preços de laptops? Clique aqui para pesquisar opções em Salvador**

PORTÁTEIS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

**Fibromialgia: Finalmente um aparelho que pode mudar sua vida**

G3 NOTÍCIAS

LINK PATROCINADO

**Dores no joelho: Aposentada de 64 anos descobre adesivo incrível e volta a andar**

HEALTH TAPE

---

**Mudanças ambientais afetaram povos pré-colombianos no Brasil há 2 mil anos**

UM SÓ PLANETA

**Filha de Angelina Jolie usa look do Oscar da mãe em red carpet**

UM SÓ PLANETA

**Biden diz que Putin é um 'criminoso de guerra'; Kremlin diz que fala é 'imperdoável'**

# Privatização da Eletrobras pode ficar para agosto, admite presidente

Quanto mais próximo da eleição, maior é a incerteza sobre a viabilidade da venda, segundo especialistas

Por Gabriela Ruddy e Robson Rodrigues — Do Rio e de São Paulo

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

---



Rodrigo Limp, da Eletrobras: o preço mínimo da oferta de ações será definido entre Tribunal de Contas da União e BNDES — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

A Eletrobras ainda trabalha com a expectativa de realizar a operação de capitalização e a consequente privatização da empresa em maio, mas há possibilidade de que o processo seja concluído somente em agosto, admitiu ontem o presidente da companhia, Rodrigo Limp, em teleconferência com analistas.

O prazo-limite para a liquidação da oferta de ações da companhia é 13 de maio. A data é explicada porque a empresa tem 134 dias para liquidar a operação a contar de 31 de dezembro caso queira usar o balanço do quarto trimestre para fazer a oferta. Mas, se a oferta ocorrer em data posterior, a Eletrobras vai precisar se basear no balanço do primeiro trimestre de 2022, que tem previsão de publicação em 16 de maio. Nessa hipótese, a oferta passaria para meados de agosto. O problema é que quanto mais próximo da eleição aumenta a incerteza sobre a viabilidade da privatização, dizem especialistas.

Inicialmente agendada para fevereiro, a publicação do balanço anual da Eletrobras só saiu na noite de sexta. Segundo Limp, mesmo com a mudança na data de publicação dos resultados, ainda há possibilidade de realização da oferta de ações no prazo previsto pelo governo, em maio.

A privatização da Eletrobras será realizada por meio de um aumento de capital. A empresa vai emitir novas ações por meio de uma oferta primária e a União renunciará ao direito de subscrição, com o objetivo de reduzir a participação na companhia dos atuais 72,33% do capital votante para 45%. A operação será realizada de forma simultânea no Brasil, na B3, e no exterior, na bolsa de Nova York (Nyse). Caso a oferta primária não seja suficiente para reduzir a participação da União ao limite pretendido, será feita uma oferta secundária das ações ordinárias.

Entre as etapas que ainda precisam ser vencidas para que a operação ocorra em maio, está a publicação do formulário 20F (exigido pelo regulador do mercado de capitais americano) referente ao ano passado, cuja data prevista é 25 de abril. Falta também o aval do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão aprovou a primeira fase de estudos para operação mês passado.

Ainda está em andamento uma segunda deliberação a respeito dos preços mínimos para a oferta e o “valuation” da empresa.

Em entrevista ontem, o presidente da Eletrobras disse que o preço mínimo das ações para a oferta será definido entre o TCU e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “O governo tem trabalhado nas tratativas com o tribunal”, afirmou o executivo.

Limp disse que a empresa acompanha o processo e que tem enviado informações ao TCU. Ele não acredita que as conversas entre o tribunal e o governo sobre o tema serão prejudicadas pelas trocas ministeriais previstas para as próximas semanas, dado o prazo para que os interessados em concorrer nas eleições de outubro se descompatibilizem dos cargos. “Esse processo [da privatização] tem sido discutido há bastante tempo, é maduro. Imagino que o diálogo entre tribunal e governo vai continuar ocorrendo”, disse.

Limp ressaltou, no entanto, que é importante que ocorra ainda um “road show” para a apresentação da oferta a investidores. “A etapa do road show é super importante, considerando o tamanho da oferta”, afirmou.

O executivo disse estar otimista, apesar das etapas internas e externas que ainda precisam ser cumpridas para a privatização: “Trabalhamos com a expectativa de que exista interesse do mercado na capitalização da empresa”.

Ontem, executivos da Eletrobras também comentaram o andamento das obras da usina nuclear de Angra 3. A companhia adiou a previsão de conclusão das obras em um ano e agora a expectativa é de entrada em operação em novembro de 2027.

A Eletrobras concluiu em dezembro de 2021 os investimentos de R\$ 1,4 bilhão para a aceleração das obras do caminho crítico da construção da usina. Agora está prevista a realização de uma concorrência que vai definir a empresa que fará o projeto, engenharia e construção do projeto, além da definição da tarifa da energia gerada na usina, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).



# Orçamento terá bloqueio de R\$ 1,7 bilhão

Decisão sobre ministérios afetados ocorrerá até o fim deste mês, segundo ministro

Por Lu Aiko Otta e Estevão Taiar — De Brasília

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas



Estevão Colnago: Proteção a ministérios com maiores dificuldades — Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

O governo federal anunciou ontem o bloqueio de R\$ 1,72 bilhões em despesas do Orçamento de 2022, para que os gastos fiquem dentro do limite estabelecido no teto, de R\$ 1,68 trilhão. Essa foi a conclusão a que chegou a área econômica, após rever nos últimos dias as projeções de receitas e despesas para este ano.

Em sua edição de ontem, o **Valor** informou que seriam bloqueados cerca de R\$ 3 bilhões, com base em informações

preliminares que circularam na área técnica. O número, no entanto, estava em revisão e acabou reduzido.

As novas projeções, divulgadas no Relatório Bimestral de Receitas e Despesas referente ao primeiro bimestre, mostram que as receitas líquidas do governo ficarão R\$ 42 bilhões acima do que era previsto no Orçamento de 2022, aprovado pelo Congresso no ano passado. Assim somarão R\$ 1,686 trilhão. Ao mesmo tempo as despesas serão R\$ 32,7 bilhões maiores, ao atingir R\$ 1,753 trilhão.

Com isso o resultado primário, que é a diferença entre os dois, será um déficit de R\$ 66,9 bilhões, quase R\$ 10 bilhões menor do que o projetado no Orçamento. Para este ano, a meta de déficit é de até R\$ 170,5 bilhões, o que significa que há “folga” de R\$ 103,6 bilhões.

## Impacto do petróleo

Novas projeções de receitas e despesas - R\$ milhões

	No orçamento	Nova projeção	Diferença
Receita primária total	2.030.520,20	2.118.013,20	87.492,90
Receita líquida	1.644.118,90	1.686.085,90	41.967,00
Despesas totais	1.720.286,10	1.752.991,50	32.705,40
Resultado primário	-76.167,20	-66.905,60	9.261,60
Meta	-170.473,70	-170.473,70	0
Folga	94.306,50	103.568,10	9.261,60

Fonte: Ministério da Economia

Parte dessa folga será gasta em operações de encontro de contas entre a União e detentores de precatórios, informou o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago. A emenda constitucional que estabeleceu uma nova regra para o pagamento de sentenças judiciais contra o governo permite que esses créditos sejam usados para quitar dívidas com a União, ou para comprar ações de empresas estatais, por exemplo.

No cenário de maior pressão possível sobre as contas públicas, o pagamento dos precatórios somaria R\$ 34,81 bilhões, segundo o secretário do Tesouro, Paulo Valle. Mas o número será menor, já

que a quitação à vista dessas despesas pelo governo é feita com desconto.

Por sua vez, as projeções de receitas para este ano cresceram impulsionadas pela valorização das commodities, que têm efeito sobre a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), principalmente. A alta do petróleo e o aumento da produção também ajudam a inflar a conta, com o pagamento de royalties e participações especiais, destacou Colnago.

O movimento tem dado ao governo espaço para cortar impostos, como PIS/Cofins sobre o diesel e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). No total, as medidas que reduzem a arrecadação somam R\$ 55 bilhões em 2022. Mas a previsão de receitas administradas diretamente pela Receita recuou só R\$ 3,3 bilhões, para R\$ 1,286 trilhão. “Isso mostra que os outros tributos cresceram a ponto de quase zerar a devolução à sociedade de parte dos tributos pagos.”

Já a estimativa de receitas com concessões e permissões aumentou R\$ 11,2 bilhões, apesar de a Eletrobras não estar na conta. Colnago explicou que a outorga da empresa, cuja desestatização está prevista para maio, não entrou na estimativa porque o pagamento pode ser feito também por meio de encontro de contas.

Pelo lado das despesas, ainda há questões em aberto. O secretário informou que, por causa da alta dos juros, os gastos com subsídios, subvenções e Proagro vão subir. Ainda não há um número fechado, mas o dado mais recente apontava para R\$ 2,9 bilhões. O governo avalia se será possível editar um crédito extraordinário para cobrir esse gasto, porém Colnago disse não ver condições para tanto. Créditos extraordinários ficam fora do teto de gastos, mas só podem ser editados para cobrir despesas claramente imprevistas e urgentes - como o combate à pandemia.

Ainda segundo o secretário, o governo federal decidirá até o fim deste mês como será feito o bloqueio de R\$ 1,72 bilhão. “Vamos tentar proteger ministérios com maiores dificuldades”, disse.

# Economistas veem impacto limitado do imposto zero

Medida foi anunciada em meio à inflação pressionada pela guerra

Por Marcelo Osakabe, Anais Fernandes e Alessandra Saraiva — De São Paulo e Rio

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas

---



Felipe Sichel: "Nível de preços muda, mas a dinâmica permanece complicada" — Foto: Divulgação

O impacto na inflação da decisão de zerar a tarifa de importação de algumas categorias de alimentos e etanol pode ser menor do que o governo espera. Para economistas consultados pelo **Valor**,

os efeitos vão depender do quanto essas reduções, de fato, serão repassadas ao consumidor.

Para Felipe Sichel, sócio e economista-chefe do banco Modal, a medida pode implicar uma redução de até 0,24 ponto porcentual da inflação de alimentos para este ano. Com isso, a inflação desse grupo - que corresponde a 20,83% do IPCA cheio - cai de 10% em 2022 para até 9,76%. “É uma medida paliativa, mas com isso governo compra tempo para ver efeitos do conflito no Leste Europeu sobre os preços”, diz Sichel.

Anunciada na noite de segunda-feira, a medida reduziu a zero as alíquotas sobre sete produtos: café, margarina, queijo, macarrão, açúcar, óleo de soja e etanol. Além disso, houve também corte de 10% nas tarifas sobre bens de capital e informática.

A avaliação da equipe econômica é que as medidas levarão a uma queda da ordem de R\$ 0,20 da gasolina e que, embora, não tenham força para deter a inflação, gerarão um efeito importante.

As ações, no entanto, não alteram a projeção 7% do IPCA cheio do Modal. “Na medida em que a decisão do governo é válida somente até o fim do ano, ela deve tirar de 2022, mas acrescentar em 2023. Com isso, não muda nosso cenário ainda muito difícil. O nível de preços muda, mas a dinâmica permanece complicada e não deve ter efeito sobre a política monetária”, diz Sichel.

Leonardo Costa, economista da ASA Investments, também não alterou sua projeção de IPCA de 7% neste ano. Para ele, o impacto das medidas tende a zero.

“No máximo, ajuda a mitigar o avanço desses itens domesticamente, mas o movimento de alta é global”, afirma.

Costa, inclusive, pôs viés de alta para sua projeção de 7%, por causa dos repasses de combustíveis maiores do que o previsto. “Eu já tinha subido, imaginando que, por ser choque, seria mais alto”, afirma. A conta da ASA inclui um “alívio” de 0,3 ponto porcentual no IPCA pela desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), já em vigor.

Responsável pela elaboração dos indicadores inflacionários da família dos Índices Gerais de Preços da FGV, André Braz lembra que os itens selecionados têm formação de preço livre, e não monitorada, como o da gasolina e do diesel. Isso significa que fatores fora do controle do governo, como relação entre oferta e demanda e a cotação das commodities, entram na composição de preço do produto no mercado doméstico e podem atuar no sentido contrário, frustrando o objetivo final da medida.

Braz citou o etanol. Com a gasolina mais cara, o menor imposto sobre o etanol o deixaria mais atrativo ao consumidor que possui um carro flex. “Mas, se com aumento de demanda, a oferta do etanol não acompanhar [a procura] isso vai levar a uma relação de oferta menor do que demanda, e acabar deixando o etanol mais caro.”

Outro aspecto é que os produtos alvos da medida do governo pesam muito pouco nas despesas do brasileiro - cerca de 3% no IPCA. “Para ter uma ideia, somente aluguel residencial pesa mais que isso, em torno de 3,66%. O gasto com energia elétrica do consumidor, 4,99%”, pondera.

Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, observa que não é simples precisar o impacto das medidas sobre o IPCA. “Depende da estrutura de preços de cada item, se seria repassado para o consumidor”, afirma. Feita a ponderação, ele diz que o potencial seria de reduzir a inflação cheia em algo ao redor de 0,5 ponto percentual.

O Alfa, porém, segue projetando um IPCA de 6,3% neste ano, já incorporando algum efeito do corte de IPI. “Acho que chega um pouco [do efeito do corte ao consumidor]. Na verdade, não reduziria o preço, apenas evitaria uma aceleração mais forte. Se não considerasse esse efeito, a minha projeção estaria entre 6,5% e 7%”, afirma Leal.

# Comissão do Senado convida Silva e Luna

Presidente da Petrobras terá que explicar os critérios de distribuição de mais de R\$ 100 bilhões em dividendos

Por Rafael Bitencourt — De Brasília

23/03/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou ontem um convite ao presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, para que ele explique os critérios de distribuição de mais de R\$ 100 bilhões em dividendos pela companhia.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), endossou a decisão da Comissão de Infraestrutura da Casa de convidar o presidente da petroleira, Silva e Luna. Segundo ele, a Petrobras precisa esclarecer como a redução no preço do barril de petróleo não se traduziu em queda nos preços dos combustíveis.

“De fato, a Petrobras deve explicações à sociedade em vários aspectos, sobretudo porque hoje mesmo eu avaliava a questão da redução do preço de barril de petróleo, a redução do câmbio, sem que haja uma redução no preço dos combustíveis nas refinarias, nas distribuidoras e nos postos de combustíveis. Alguma coisa está errada e isso precisa ser esclarecido”, disse.

Como mostrou o **Valor** na semana passada, a diretoria da Petrobras deve ser abandonada tanto pelo Palácio do Planalto como pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Ao contrário do que costuma acontecer, o Executivo não mobilizou sua base aliada para evitar, desta vez, que o presidente da estatal fosse convidado a prestar esclarecimentos nas comissões do Senado.

A manifestação do senador Jean Paul Prates (PT-RN), autor do requerimento aprovado pela comissão e que foi relator do chamado

“pacote de combustíveis” no Senado, deu uma amostra do tom dos questionamentos que o presidente da Petrobras poderá enfrentar.

“Todo o Brasil precisa entender, compreender melhor, a questão dos dividendos da Petrobras, do critério de distribuição que a Petrobras utilizou este ano. São mais de R\$ 100 bilhões. Mais de 90% do lucro foi distribuído diretamente aos acionistas, inclusive o governo, mas não só o governo”, afirmou Prates.

A comissão prevê uma audiência pública exclusiva com Silva e Luna, no formato de oitiva, e, em seguida, deverá ser realizada uma segunda etapa, com a participação de especialistas.

Prates entendeu que o principal executivo da companhia precisa detalhar o que gerou os dividendos distribuídos. “Primeiro, precisamos entender de onde veio o lucro de fato. Foi de eficiência da empresa? Foi de venda de ativos?”, questionou. Ele classificou a venda de subsidiárias e estrutura de operação da Petrobras como “criminosa” porque, em sua visão, o procedimento é feito “sem qualquer critério” e deveria, antes, passar pelo Congresso Nacional.

Para o senador do PT, o resultado positivo pode vir do “windfall profit”, que ele mesmo explicou: “É aquele [lucro] que nós colocamos na conta de estabilização, aquele lucro vindo do vento, vindo do acaso, do preço da commodity, que disparou lá fora”, afirmou, se referindo ao projeto de lei que cria um fundo de estabilização do preço dos combustíveis (PL 1.472/21), já aprovado no Senado, mas ainda parado na Câmara.

Prates afirmou que o “lucro bilionário da Petrobras foi praticamente todo distribuído aos acionistas, sem qualquer reserva para investimento, inclusive em refinarias, que muitos andaram defendendo”.





Por Daniel Rittner

Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi correspondente na Argentina e atualmente é repórter especial e trabalha na sucursal de Brasília

# BNDES-Amapá, uma dobradinha de sucesso

Caso raro no país, parceria entre Estado e banco de desenvolvimento deixa de lado divergências políticas em prol da cooperação

23/03/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

No meio da destruição institucional orgulhosamente levada a cabo pelo governo Jair Bolsonaro surgiu uma dobradinha de sucesso, improvável diante do desestímulo presidencial a qualquer diálogo civilizado, entre um banco federal e um Estado administrado pela oposição. A parceria BNDES - Amapá tornou-se vantajosa para os dois lados, referência para outros gestores públicos, exemplo de que um ambiente de cooperação jamais deve ser contaminado pelo radicalismo político. Jogo de ganha-ganha.

Dois leilões, realizados no ano passado, demonstram o êxito da parceria. O BNDES foi responsável pela estruturação de ambos. A Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), distribuidora de energia que frequentemente recebia o troféu de campeã nacional de apagões, teve sua privatização em junho. O grupo vitorioso fará investimentos de R\$ 2,4 bilhões, quitará R\$ 1,1 bilhão em dívidas e se comprometeu com um aporte imediato de R\$ 400 milhões na empresa. Em setembro, houve o leilão de saneamento. Com o aval das prefeituras, a concessão de água e esgoto abrangeu todos os 16 municípios do Estado. A previsão é de R\$ 3 bilhões para universalizar os serviços até 2033. Houve pagamento de R\$ 930 milhões em outorga (com 1.730% de ágio sobre o valor mínimo do edital) e 20% de desconto na tarifa máxima.

Parece mais do mesmo, mas não é. Qualquer ex-diretor da Aneel pode relatar, em uma conversa franca, as pressões contrárias à desestatização da CEA desde os anos 2000 - quando o descumprimento de obrigações regulatórias deixou insustentável a manutenção do contrato. No saneamento básico, juntar quase duas dezenas de municípios para viabilizar uma concessão ao setor privado (obedecendo à lógica de misturar áreas com operação superavitária e deficitária no modelo “filé com osso”) não é uma solução tão simples politicamente. Basta olhar para outros Estados na região Norte. Roraima preferiu seguir com sua companhia estatal de água e esgoto, mas ela nem sequer entregou à agência reguladora os documentos exigidos para comprovar sua capacidade econômico-financeira. No Acre, a cizânia entre governo estadual e a prefeitura de Rio Branco tem impedido a montagem de um único bloco de concessão.

## Estado tornou-se um laboratório de projetos pioneiros

Bons contratos, trazendo a eficiência do setor privado e mediante uma fiscalização rigorosa do poder público, costumam ser positivos em qualquer circunstância, por melhorar a qualidade dos serviços prestados e elevar a produtividade. No caso de uma economia de menor dimensão, como o Amapá, a diferença é sentida no dia a dia. Em um Estado com 73 mil pessoas sem trabalho e taxa de desemprego acima de 17%, uma das maiores no país, 500 jovens estão sendo contratados pela nova empresa de água e esgoto. Ao todo, a previsão é de 2.800 vagas. “Só esses dois contratos [o de saneamento e o da CEA] têm uma expectativa de investimentos que equivalem a metade do nosso PIB”, afirma o ex-secretário de Planejamento e atual presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá, Antônio Teles Júnior.

Diante do êxito recente nos leilões de saneamento, que envolvem histórias como a Ceade (RJ) e a de Alagoas, o BNDES resolveu estruturar também projetos de resíduos sólidos. E vai começar pelo Amapá. Um acordo assinado em fevereiro permitirá ao banco modelar sua primeira concessão do setor no país, provavelmente com os 16 municípios do Estado em um único contrato, a fim de dar escala ao negócio. Além da construção de aterro sanitário e do manejo dos dejetos urbanos, pode haver aproveitamento do lixo para geração de energia.

O presidente da Associação das Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes (Abetre), Luiz Gonzaga, está animado com as perspectivas. Para ele, projetos com a modelagem do BNDES ganham em segurança jurídica e costumam estar mais alinhados aos marcos legais, além de normalmente contar com maior viabilidade. “Essa concessão [no Amapá] poderá servir de exemplo para outras regiões iguais ou com algumas similaridades”, diz o executivo.

Há mais parcerias entre o banco e o Estado. Eles desenham a concessão de parques estaduais que somam até 650 mil hectares, tendo o manejo sustentável da floresta (extração de madeira com as árvores em fim de ciclo e posterior replantio, exploração de matérias-primas para a indústria de biofármacos e cosméticos, créditos de carbono) como receitas potenciais.

O BNDES também fechou um apoio financeiro, com R\$ 27,1 milhões em recursos a fundo perdido, para a revitalização e a conservação da Fortaleza de São José do Macapá. Tombada pelo Iphan e indicada para o título de patrimônio da humanidade, um reconhecimento da Unesco, a fortaleza ganhará um estudo de viabilidade turística e financeira, apontando alternativas para sua gestão, incluindo a possibilidade de uma futura PPP ou concessão.

“Há uma transformação em curso no Estado, que tem um histórico de dependência do repasse de recursos federais e está abraçando investimentos privados”, afirma o diretor de concessões e privatizações do BNDES, Fábio Abrahão. “Não elegemos o Amapá como um laboratório, não se trata de uma experiência. O que houve foi o florescimento de uma parceria.”

Para ele, uma lição deve ser aprendida, mostrando que o porte relativamente pequeno do Estado não é um empecilho na atração de investidores. “A partir do momento em que há uma governança que funciona e tem credibilidade, embora isso não seja condição única, problemas de alta complexidade podem ser resolvidos com boa estruturação dos projetos”, avalia Abrahão.

Teles Júnior, do governo do Amapá, diz não temer eventual descontinuidade por causa das eleições e da troca de gestão em 2023. “A maioria do secretariado aqui é composta por servidores de carreira”, observa. Ele próprio atua como professor concursado da universidade federal. “Isso veio para ficar. Há dez anos, o Estado ia ao BNDES para pedir empréstimos. Hoje o diálogo é para estruturar concessões.”

O governador Waldez Góes (PDT) tem sido crítico severo da política ambiental de Bolsonaro e de sua gestão na pandemia. Gustavo Montezano, o chefe do BNDES, morava no mesmo condomínio do presidente e é amigo de seus filhos. Nada disso impediu conversas civilizadas e o desenvolvimento conjunto de projetos. É assim que deve ser.

## **Daniel Rittner é repórter especial em Brasília e escreve às quartas-feiras**

**E-mail: [daniel.rittner@valor.com.br](mailto:daniel.rittner@valor.com.br)**

---

### **Conteúdo Publicitário**

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

**Nike lança nova linha de chinelo Air Zoom. Veja onde encontrar**

ACHEI OFERTA

LINK PATROCINADO

**Finalmente pen drive de 2 terabytes barato chega em Salvador**

PEN DRIVE

LINK PATROCINADO

**O que fazer para ter melhores salários?**

DESCOMPLICA PÓS

LINK PATROCINADO

**Nunca mais gastei fortunas em óculos de grau (e nem você deveria)**

ORTIXPRO

LINK PATROCINADO

**Mestres da Restauração" é falso e aqui está o porquê**

CAR NOVELS

LINK PATROCINADO

**40 Piores filmes de todos os tempos, de acordo com o Rotten Tomatoes**

DESAFIOMUNDIAL

---

**Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil**

UM SÓ PLANETA

**Flagrante de ataque de foca ganha prêmio internacional de fotografia**

UM SÓ PLANETA

**Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"**

UM SÓ PLANETA